DANIELE ALMEIDA DUARTE

A MIGRAÇÃO LABORAL NO SETOR DE PRODUÇÃO DE ENERGIA HIDRELÉTRICA:

efeitos na subjetividade dos trabalhadores na contemporaneidade

ASSIS
2009

DANIELE ALMEIDA DUARTE

A MIGRAÇÃO LABORAL NO SETOR DE PRODUÇÃO DE ENERGIA HIDRELÉTRICA:

efeitos na subjetividade dos trabalhadores na contemporaneidade

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para obtenção do título de Mestre em Psicologia (Área de Conhecimento: Psicologia e Sociedade)

Orientadora: Drª. Cristina Amélia Luzio

ASSIS
2009

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

D812m

Duarte, Daniele Almeida
A migração laboral no setor de produção de energia hidrelétrica: efeitos na subjetividade dos trabalhadores na contemporaneidade / Daniele Almeida Duarte. Assis, 2009
128 f.: il.

Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista.
Orientadora: Cristina Amélia Luzio

1. Subjetividade. 2. Migração. 3. Precarização -Trabalho. 4. Globalização. I. Título.

CDD 301.1
331

DANIELE ALMEIDA DUARTE

A MIGRAÇÃO LABORAL NO SETOR DE PRODUÇÃO DE ENERGIA HIDRELÉTRICA:
efeitos na subjetividade dos trabalhadores na contemporaneidade

BANCA EXAMINADORA

_____

Drª. Cristina Amélia Luzio, Orientadora

Universidade Estadual Paulista, UNESP, Campus de Assis

_____

Drª. Catarina Satiko Tanaka

Universidade Estadual de Maringá, UEM

_____

Prof. Dr. Francisco Hashimoto

Universidade Estadual Paulista, UNESP, Campus de Assis

Aos trabalhadores migrantes do setor de produção de energia hidrelétrica e aos meus familiares, que também vivenciaram a experiência migratória.

AGRADECIMENTOS

Minha caminhada até aqui teve vários momentos solitários, mas, antes de tudo, foram veredas percorridas em companhia, uma construção coletiva de que cada um participou a seu modo e a seu tempo.

À Deus, autor e consumador da minha fé.

Ao Alexandre, à Márcia, à Aline e à recém-chegada Luiza, meus eternos amores e minha família migrante, com quem atravessei distintos territórios, dividi inseguranças, desafios. Com vocês, eu pude conhecer, descobrir e admirar a riqueza e a diversidade deste país, suas terras, gentes e costumes. Meus companheiros de afeto, de lutas e de vitórias, com quem sempre pude me entristecer e alegrar.

Aos meus avós paternos, *in memoriam*, que também migraram e desbravaram territórios e territorialidades. Com eles sempre pude reviver lembranças e reavivar a memória. Partiram, porém deixaram em mim marcas de seus afetos, suas histórias e, é claro, saudades.

Aos meus avós maternos, que, na distância sempre se fizeram presentes. Amores que revigoram nossa história passada, presente e ressignificam a futura.

Aos entrevistados, sem os quais esta pesquisa não teria o mesmo sentido. Com eles eu me encontrei e me perdi, processos inseparáveis, contínuos e complementares, na intensidade da experiência migratória.

À Cristina Amélia, minha orientadora, com quem ousei atravessar fronteiras, percorrer outros territórios e a quem aprendi admirar ainda mais, por seu caráter, sua incessante busca pela construção do conhecimento e esmero na arte de ensinar. Com ela me permiti desterritorializar e reterritorializar, na multiplicidade do saber e da vida.

Ao Francisco Hashimoto e à Catarina Satiko Tanaka, professores que colaboraram para a realização deste trabalho. Suas sugestões e críticas me possibilitaram rever, melhorar e aprender a valorizar o processo de construção do conhecimento.

À professora Maria Angela D'Incao, que ministrou a disciplina "Globalização, modernidade e sociedades complexas", do Curso de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, campus de Presidente Prudente. Sua atenção e dedicação estimularam e ampliaram a minha visão em busca de novas áreas de saber.

Ao Adriano Amaro, geógrafo e colega de sala de aula, pela sua disposição e extrema atenção com que me acolheu, na minha aventura transdisciplinar realizada junto à Pós-Graduação em Geografia.

À Tatiana, Ana Carolina, Marcelle e demais amigos de Assis, do Nordeste, do Centro-Oeste, do Sudeste, do Sul – e a todos aqueles com quem dividi minha vida de forma intensa. Pessoas preciosas, cujos laços afetivos me acompanham na mobilidade e me permitem superar a distância e suprir a ausência.

A todos os funcionários e professores da Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP, que também participaram desta construção. Vocês viabilizaram, cada um a seu modo, a produção deste trabalho, em diferentes instâncias.

Enfim, a cada um de vocês, de forma especial, meus sinceros agradecimentos. Obrigada por fazerem parte da minha vida e nos encontrarmos neste percurso tão significativo da minha história.

A ilusão do migrante

Quando vim da minha terra,
se é que vim da minha terra
(não estou morto por lá?),
a correnteza do rio
me sussurrou vagamente
que eu havia de quedar
lá donde me despedia.
Os morros, empalidecidos
no entrecerrar-se da tarde,
pareciam me dizer
que não se pode voltar,
porque tudo é conseqüência
de um certo nascer ali.

Quando vim, se é que vim
de algum para outro lugar,
o mundo girava, alheio
à minha baça pessoa,
e no seu giro entrevi
que não se vai nem se volta
de sítio algum a nenhum.

Que carregamos as coisas,
moldura da nossa vida,
rígida cerca de arame,
na mais anônima célula,
e um chão, um riso, uma voz
ressoam incessantemente
em nossas fundas paredes.

Novas coisas, sucedendo-se,
iludem a nossa fome
de primitivo alimento.
As descobertas são máscaras
do mais obscuro real,
essa ferida alastrada
na pele de nossas almas.

Quando vim da minha terra,
não vim, perdi-me no espaço,
na ilusão de ter saído.
Ai de mim, nunca saí.
Lá estou eu, enterrado
por baixo de falas mansas,
por baixo de negras sombras,
por baixo de lavras de ouro,
por baixo de gerações,
por baixo, eu sei, de mim mesmo,
este vivente enganado,
enganoso.

(Carlos Drummond de Andrade)

RESUMO

DUARTE, Daniele Almeida. A migração laboral no setor de produção de energia hidrelétrica: efeitos na subjetividade dos trabalhadores na contemporaneidade. 2009, 128 p. Dissertação de Mestrado. Faculdade Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2009.

A compreensão do processo de migração do trabalhador do setor hidrelétrico requer a reflexão acerca do cenário social, econômico e político que o constitui, ou seja, articulá-lo com as transformações advindas da globalização neoliberal, da desregulação do Estado-nação e dos processos de precarização das condições e relações de trabalho, que atingem de forma proeminente o mundo de trabalho. Na atualidade, essa categoria profissional vivenciou o fenômeno da privatização e da extensão do setor energético, bem como as suas consequências em termos da transformação do mercado de trabalho, na qual se intensificou a migração. Nessa perspectiva, o objetivo deste estudo é contextualizar o mundo do trabalho, na atualidade, e compreender os meios encontrados por esses trabalhadores para se reorganizarem e desbravarem novos territórios, como reagem e se adaptam ao novo ambiente de trabalho e às suas famílias. Nesse percurso, buscamos traçar um eixo teórico que viabilizasse o diálogo da Psicologia com a Sociologia e a Geografia, a fim de compreender a complexidade do nosso objeto de estudo, a partir das contribuições de Birman (2001, 2006), Bosi (1987, 2000), Dejours (1986, 1996, 1997, 2001), Haesbaert (2005), Minayo-Gomez e Barros (2002), Pagès (1987), Pochmann (1999, 2001), Santos (2000, 2005), Santos (2002), Sennett (2008), Singer (2001), Vainer (2005), Weil (1996, 2001). Também realizamos entrevistas semi-estruturadas com trabalhadores do setor de produção de energia hidrelétrica, que hoje trabalham nos Estados de Santa Catarina e de Goiás. A análise, inspirada no método dialético, apontou-nos que as exigências explícitas ou não do seu trabalho constituem-se um processo complexo, inserido num contexto maior, mas que não deixa de causar impactos diferenciados e singulares sobre as suas vidas e de seus familiares. O modo que cada trabalhador-migrante encontra para se reorganizar (material e imaterial) varia conforme a relação estabelecida com o local de origem, com o seu núcleo familiar e com o próprio trabalho. O conflito entre esse tipo de trabalho e sua família persiste no discurso de cada um como algo difícil de ser conciliado. E, por fim, colaboram igualmente com essa situação as dificuldades advindas da ameaça constante do desemprego e/ou das condições de trabalho e moradia.

Palavras-chave: subjetividade, migração, precarização-trabalho, globalização.

ABSTRACT

DUARTE, Daniele Almeida. *Labor migration in the sector of hydropower energy production*: the effects on workers' subjectivity in contemporaneity. 2009, 128 p. Dissertation (Master degree in Psychology) – Science and Linguistics College, Campus of Assis – University of São Paulo State – UNESP, 2009.

The understanding of the worker´s migrating process in hydroelectricity´ sector requires reflection on the social, economic and political scene that he is part of, in other words, to articulate him with the changes arising from neoliberal globalization, the Nation-State´s deregulation and the precarious conditions processes and their working relationships that affect prominently the world of work. Nowadays, this profession has experienced the privatization´s phenomenon and the extent of the energy sector and its consequences in terms of transforming the labor market, which intensified the migration. Thus, the present study aims to contextualize the work world today and to understand the means found by these workers to reorganize and explore new territories, how they react and adapt to the new working environment and also to their families. In this way we sought to outline a theoretical basis that would enable the dialogue of psychology with sociology and geography in order to understand the complexity of our study´s object, based on the contributions of Birman (2001, 2006), Bosi (1987, 2000); Dejours (1986, 1996, 1997, 2001); Haesbaert (2005); Minayo-Gomez, Barros (2002); Pagés (1987); Pochmann (1999, 2001), Santos (2000, 2005), Santos (2002), Sennett (2008), Singer (2001); Vainer (2005), Weil (1996, 2001). We also did semi-structured interviews with workers in the sector of hydroelectric power´s production that currently work in the state of Santa Catarina and Goiás.
The analysis, inspired by the dialectical method, showed us that the work´s requirements that were explicit or not consist in a complex process that is inserted in a larger context which never stops causing singular and differentiated impacts on their lives and families. The way that every migrant worker reorganizes himself (material and immaterial) varies according to the established relationship between his place of origin, nuclear family and the work itself. The conflict between that type of work and their families remains in each one' speech as something difficult to reconcile. Finally, it also corroborates with the situation the difficulties arising from the constant threat of unemployment and / or working and housing conditions.

Keywords: subjectivity, migration, precarious working, globalization **.**

SUMÁRIO

Apresentação 12

Introdução 15

Capítulo 1 O percurso da pesquisa..... 19
1.1. Delimitação das indagações..... 20
1.2. A especificidade do estudo: objetivos..... 23
1.2.1. Geral..... 23
1.2.2. Específicos..... 23
1.3. O desenho da pesquisa..... 24
1.3.1. A pesquisa bibliográfica..... 25
1.3.2. Entrevistas com os trabalhadores..... 26
1.3.3. Participantes..... 28
1.3.4. Os caminhos da análise do material das entrevistas..... 30

Capítulo 2 O mundo do trabalho na atualidade..... 33
2.1. Os desdobramentos da globalização e o projeto neoliberal..... 34
2.2. O mundo do trabalho na atualidade e os processos de precarização das condições e relações de trabalho..... 39
2.3. A privatização..... 49

Capítulo 3 O processo migratório e o trabalhador-migrante..... 53
3.1. Território, territorialidade e enraizamento: repercussões de sua construção e desconstrução na vida do homem..... 54
3.1.1. O território e a territorialidade..... 55
3.1.2. O (des)enraizamento..... 58
3.2. O processo migratório e o processo de des-reterritorialização do trabalhador-migrante..... 61
3.3. Algumas considerações sobre o desenraizamento e a desterritorialização principiados pela organização..... 67

Capítulo 4 Histórias de vida marcadas pela mobilidade..... 70
4.1. Como aconteceu o processo migratório: adaptação e relação com o novo trabalho e com a cidade..... 73
4.2. A participação da família nesse processo..... 88
4.3. A criação de novos vínculos e/ou a manutenção dos anteriores e posteriores..... 97
4.4. Algumas experiências vivenciadas no processo migratório e as perspectivas diante de uma nova migração..... 100
4.5. Efeitos subjetivos produzidos pela distância e a sensação de ser um trabalhador-migrante..... 106

Considerações Finais 114

Referências Bibliográficas 121

Anexo 127

APRESENTAÇÃO

Antes de introduzir o tema desta pesquisa, o percurso realizado e as suas indagações, creio ser indispensável esclarecer, ao leitor, as implicações iniciais que me impulsionaram a este trabalho e que dizem respeito à minha história de vida. Não pretendo, nem cabe aqui, fazer disso uma biografia, muito menos transportar questões meramente pessoais para um contexto coletivo. Todavia, acredito que a pesquisa, seu tema e motivação podem estar mais ou menos claros para cada um. Assumir os significados desse empreendimento, articulá-los com a história de vida de outras pessoas e conhecer as tramas sociais nele envolvidas possibilita reconhecer a nós mesmos, enquanto seres humanos implicados num viver coletivo e que não aceitam os fatos como naturais e universais.

Feito tal esclarecimento, sinto-me à vontade para discutir o contexto deste estudo com o objetivo de compreendê-lo e refutá-lo em seu desenvolvimento, sempre na perspectiva coletiva e não mais no trabalho solitário.

O trabalhador-migrante do setor de produção de energia hidrelétrica destacou-se, aos meus olhos, porque não somente experienciei as vicissitudes do processo migratório decorrente do trabalho de um membro de minha família, como também pude vivê-lo e observá-lo em outras vertentes. A partir disso, surgiram algumas questões. Seria esse trabalhador mais livre, liberto mediante sua capacidade de mobilidade? Ou mais cerceado, atado em seu movimento? Diante disso, surge o complemento dessa pergunta: haveria liberdade, de fato, na possibilidade migratória, ao vivenciar contatos diversos com pessoas de distintos lugares, costumes, hábitos, geografias, entre outros? Ou seria um indivíduo imobilizado no seu movimento, em virtude das condições de trabalho, por estar destituído de suas raízes, referências, terra, objetos, afetos, eventos – enfim, de tudo que o faz reconhecer-se enquanto um ser singular?

No início desta pesquisa, vi-me impelida a considerar a realidade do movimento migratório como resultado das exigências do trabalho, restrita à perspectiva do sofrimento e da destituição de si. Durante o percurso do estudo, a partir dos caminhos apontados pelas leituras realizadas, do relato dos participantes, das discussões com a orientadora e dos encontros coletivos, no Curso de Pós-Graduação e nos eventos científicos, pude descobrir outras possibilidades de análises para esse fenômeno complexo e multifacetado. Não devemos ofuscar as forças advindas da capacidade criativa e singular, única e excepcional do ser humano. Quando o desejo pode ser respeitado ou refletido, o movimento é capaz de ser

efetivado, de modo que o homem pode buscar e usufruir, resistir e militar, por condições melhores e mais satisfatórias no trabalho e até mesmo construir um projeto de vida constituído na mobilidade. Ou seja, o ser humano pode içar novas raízes e levar outras, consigo. Pode reconstruir a sua história, estabelecer novos vínculos sociais, econômicos, políticos e afetivos com o novo lugar, construindo novas territorialidades ou re-territorialidades.

A realização de uma pesquisa é instigante, porém difícil, uma vez que é um processo moldado no tempo e sujeito a constante (re)construção, tanto de nossas ideias quanto de nós mesmos. Ter vivenciado o processo de migração provocado pelas exigências do trabalho e ter, posteriormente, a oportunidade de encará-lo nos moldes da produção científica, fez-me mergulhar em um turbilhão de sentimentos. No entanto, essa trajetória tem-me propiciado a oportunidade de desenvolver um novo olhar para o funcionamento social, econômico, cultural, e articulá-lo com a noção de subjetividade como algo aberto e em permanente construção. Portanto, a subjetividade é atravessada por muitos conflitos, mas igualmente por muitas possibilidades que se encontram articuladas com as outras esferas, e não fechada e intocável em si mesma.

Ao desenvolvermos este estudo, procuramos transitar por campos de saberes múltiplos, a fim de colher informações oriundas de cada um deles e associá-las num contexto onde o seu encontro favorecesse o diálogo e a reflexão. Compreender o trabalhador-migrante de usinas hidrelétricas requer pensar o cenário sócio-econômico-político que o constituiu, isto é, o projeto neoliberal e o processo de globalização, além de exigir que abordemos os processos de precarização das condições e relações de trabalho, na atualidade. Também se fez necessário conhecer as concepções de território e ponderar sobre os seus desdobramentos na vida do homem, ou seja, a territorialidade, a des-reterritorialização e o (de)enraizamento. Trilhar tal caminho foi essencial para perceber outras leituras e articulações estabelecidas com o processo migratório e o trabalhador contemporâneo.

Dessa maneira, esperamos ter conseguido tangenciar nosso objeto de estudo e favorecer uma discussão e reflexão sobre um contexto atual, de forma a colaborar para a sua compreensão e com propostas que visem à melhoria das condições e relações de trabalho pautadas nessa conjuntura.

Organizamos esta pesquisa em capítulos articulados entre si. O capítulo 1 contém a configuração como a pesquisa está organizada, a delimitação do nosso objeto de estudo, os objetivos deste trabalho, o caminho metodológico, quem são os participantes, a pesquisa

bibliográfica e o trajeto da análise dos dados das entrevistas. Tecemos algumas considerações sobre o mundo do trabalho contemporâneo e a forma como compreendemos a subjetividade.

O capítulo 2 refere-se ao mundo do trabalho, na atualidade; nele, procuramos traçar os elementos marcantes que o reconfiguraram e lhe trazem profundas transformações. Ao partirmos do conceito de globalização, enredamos a perspectiva neoliberal e seus desdobramentos sobre a política adotada pelo Brasil e pela economia mundial, que constituíram uma relação conflitiva entre as esferas global e local. Tais relações provocaram modificações profundas no vínculo empregatício, nas relações entre os trabalhadores, no significado estabelecido com o trabalho e que figuraram o processo de precarização das condições e relações de trabalho. Entre esses elementos, visualizamos as privatizações e as políticas que adotaram uma postura individualista, perversa e fragmentada.

Por sua vez, o capítulo 3 está constituído do processo migratório, oportunidade em que fazemos uma incursão em alguns elementos da Geografia, da Sociologia e da Filosofia, a fim de dialogar e estabelecer uma comunicação que possa contribuir com nosso entendimento da vivência subjetiva, no contexto da migração. Apresentamos os elementos que constituem a vida do ser humano, os quais servem por referência, mas que também se (des)(re)fazem, por terem um caráter dinâmico e mutável, ou seja, o território, a territorialidade e o enraizamento. Verificamos esses elementos no cenário contemporâneo e ainda na perspectiva das condições laborais do trabalhador-migrante.

O capítulo 4 remete aos relatos dos participantes da pesquisa, os quais constituem parte especial deste estudo, pois em seu bojo estão transcritas as experiências e as relações estabelecidas desses indivíduos com o processo migratório. Em seus discursos, visualizamos como eles vivenciaram e continuam a vivenciar a mobilidade reincidente durante muitos anos. Os meios que cada um encontra, as estratégias elaboradas e os recursos utilizados retratam a relação estabelecida com o seu local de origem, com seus afetos e sentidos de trabalho. As condições experimentadas são diferentes, para cada um. Em alguns momentos se aproximam, em outros, distanciam-se. Mas todos se referem aos conflitos e às possibilidades que essa atividade profissional lhes proporciona.

E, por fim, elaboramos as Considerações Finais, que está organizada como síntese, direcionando ao percurso realizado por todo o conteúdo da pesquisa, porém, sem encerrar ou pretender esgotar o conteúdo abordado, mas ampliar as questões suscitadas, durante a elaboração deste estudo.

INTRODUÇÃO

Segundo Pochmann (1999), o mundo do trabalho está marcado pela instabilidade e insegurança. Presenciamos diariamente, de forma crescente, o processo de precarização das condições e relações de trabalho, a permanência de elevadas taxas de desemprego, os oscilantes índices de crescimento econômico, a concorrência desregulada e as profundas incertezas que atingem não apenas a economia mundial e os países dela participantes, mas também os trabalhadores (com ou sem trabalho).

São transformações que não se restringem ao universo quantitativo que aponta as taxas hesitantes das referências numéricas de distintas ordens, mas se estendem ao universo qualitativo da organização do trabalho e das relações nele pautadas. São mudanças que contribuíram para a abundante força de trabalho disponível e não se limitaram apenas à redução de hierarquias, da inserção de novas formas de gestão de pessoas e da constituição de outras relações de trabalho. Nesse mercado, em geral, a inserção dos trabalhadores tornou-se gradativamente precária, incerta e heterogênea. O movimento do capitalismo contemporâneo e as políticas sociais e econômicas estão desprovidos de uma coordenação favorável à produção de pleno emprego, de um amplo padrão de crescimento sustentado e de um melhor enfrentamento da desigualdade e da exclusão social.

Referendando Guareschi (1999), verificamos que a maneira de produzir e de executar os serviços sofreu uma transformação profunda. O desenvolvimento das novas tecnologias e das relações transnacionais alterou radicalmente as relações centrais que definiam até então a nossa sociedade. Não tratamos apenas da exploração e da dominação como aspectos intrínsecos do modo de produção capitalista, mas temos que lidar, em acréscimo, com a exclusão de milhares de indivíduos do mundo do trabalho.

O neoliberalismo redesenhou as relações políticas, econômicas, sociais e subjetivas. Apresenta-se como um modelo moderno e indispensável, nos dias de hoje, uma fórmula para lograr o desenvolvimento e o progresso. Para tanto, instaurou-se um novo mandamento entre as pessoas, grupos e países: a competitividade. O mercado ganhou liberdade plena. Todavia, a competitividade somente pôde se instalar e permanecer, porque envolve para a maioria as relações de diferença e exclusão *versus* o privilegiamento de uma restrita minoria. Esses parâmetros de funcionamento não se restringiram apenas ao mercado, mas estenderam-se entre os seres humanos. Um novo tipo de guerra institui-se:

> O ser humano como ser isolado e egoísta (dogmas do liberalismo), tem de competir para sobreviver, de um lado, e de outro lado, para trazer progresso [...] assim como na natureza existem os predadores, que eliminam os "supérfluos", assim também no mundo econômico devem existir predadores que, através da competição vão eliminar os "parasitas" da sociedade (os pobres, desempregados, os *excluídos*). O social é tratado como se fosse algo natural, e passa-se do natural ao cultural com uma desenvoltura de dar inveja. (GUARESCHI, 1999, p. 147).

As ordens agora são globalização, privatização, desregulação, privatização, reestruturação, redução de custos, cortes, enxugamento etc. E as consequências são milhares de pessoas excluídas nessa relação de competitividade instituída. Há o aumento do fosso entre ricos e pobres, a transformação do bem público em um bem privado, o absolutismo do Estado neoliberal, a substituição do papel de cidadão pelo de consumidor, o reinado absoluto do mercado e de suas leis (BOURDIEU, 1998, apud GUARESCHI, 1999).

Deparamo-nos com um processo de desigualdade, polarização entre ricos e pobres, individualização do trabalho, superexploração dos trabalhadores, exclusão social e integração perversa. Um funcionamento onde paira a injustiça, a indiferença e a falta de solidariedade. Isso requer o resgate e a invenção de novas formas de um trabalho político coletivo, uma revisão da produção do campo científico, a fim de não legitimar esse funcionamento, superar a ética individualista e buscar caminhos humanizantes, de sorte a recobrar relações pluralistas, participativas e democráticas (GUARESCHI, 1999).

Nesse contexto, faz-se necessário conhecer os trabalhadores que vivenciam tal realidade, pois estes, além de experienciarem a reconfiguração do mercado de trabalho, estão enfrentando o processo migratório, a fim de atender às exigências da sua atividade profissional e/ou manter-se empregado. Um deslocamento espacial que pode ser uma alternativa para enfrentar esse cenário referido ou que pode reforçar a lógica da exclusão e da inclusão subalterna.

Sabemos que a migração não é algo recente na história da humanidade, tendo sido impulsionada por variados contextos e motivações. Se articulada às distintas atividades profissionais, remete a um campo vasto e diversificado. Por isso, nosso estudo se concentra nos trabalhadores com mão-de-obra qualificada[1], que vivenciaram a migração interna reincidente, em função de sua atividade laboral. Quer dizer, indivíduos que se submeteram à

[1] Compreendemos como mão-de-obra qualificada os indivíduos que possuem não apenas uma formação específica voltada para a sua área de atuação, mas também habilitação (com qualificações próprias) para o desempenho de sua atividade profissional. Muitos desses trabalhadores se distinguem dos demais pelos anos de experiência que possuem, pela especificidade do desempenho de suas tarefas e pelas responsabilidades envolvidas na concepção e execução de seus serviços.

mobilidade espacial dentro do território brasileiro para atender, prioritariamente, às demandas de sua atividade profissional, às exigências da empresa ou para se manter no mercado de trabalho. Escolhemos estudar os efeitos da migração nos trabalhadores do setor de produção de energia hidrelétrica. Ao optarmos por essa categoria, buscamos conhecer outras vertentes, diferentes daquelas relacionadas aos temas impacto ambiental, econômico e social, pois as condições de trabalho atual desse profissional refletem, de forma expressiva, os efeitos das transformações do mercado de trabalho advindos da globalização neoliberal.

Adotamos, como método de investigação, a pesquisa qualitativa, transdisciplinar. Buscamos traçar um eixo teórico que criasse vias comunicantes, em constante diálogo, orientadas pelos fundamentos da Psicologia, da Sociologia e da Geografia, com o intuito de compreender a complexidade do nosso objeto de estudo e as diferentes problemáticas em causa. Essa foi a possibilidade encontrada, pois pensamos assim conseguir tangenciar pontos necessários para efetivar uma discussão reflexiva e circunstanciar o emaranhado, no qual o trabalhador migrante está envolvido. Em decorrência, contextualizar os elementos que fazem parte desse todo e perceber as relações complementares e antagônicas, as realidades que são simultaneamente solidárias e conflitivas. Para isso, recorremos a Morin (2000, 2003), que empreendeu uma leitura em cujo seio os saberes são articulados para chegar ao paradigma da complexidade[2].

Nesse sentido, para esta trajetória utilizamos os aportes teóricos de Birman (2001, 2006), Bosi (1987, 2000), Dejours (1986, 1996, 1997, 2001), Haesbaert (2005); Minayo-Gomez e Barros (2002), Pagès (1987), Pochmann (1999, 2001), Santos (2000, 2005), Santos (2002), Sennett (2008), Singer (2001), Vainer (2005), Weil (1996, 2001).

Partilhamos com vários autores (IANNI, 1993, 1994, 1999; GIDDENS, 1991; POCHMANN, 1999, 2001; SANTOS, 2000, 2005) o pressuposto de que a globalização deve ser entendida como diferentes e contraditórios processos decorrentes das interações transnacionais, os quais vêm ocorrendo no mundo, nas últimas décadas, e se desdobram em vários níveis de efeitos sobre diversos âmbitos: político, econômico, social, cultural, entre outros. De uma maneira geral, a globalização, na perspectiva do modelo econômico neoliberal, preconiza restrições drásticas à regulação estatal da economia; novos direitos de propriedade internacional; subordinação dos Estados nacionais às agências multilaterais. Os

[2] Morin (2000) afirma que o paradigma da complexidade está fundamentado sobre a distinção, a conjunção e a implicação mútua, em que devemos aprender a religar seus elementos e a problematizar. Mediante isso, o desafio da complexidade se intensifica no mundo contemporâneo, já que estamos em uma época de mundialização, porque os problemas agem sobre os processos locais, que, por sua vez, retroagem sobre os processos mundiais. Enfrentar esse desafio de forma a contextualizá-lo em escala mundial, globalizando-o, tornou-se vital.

tradicionais poderes do Estado, tais como autonomia política, soberania e centralidade, sofreram a supressão e o arrefecimento pela supremacia dos Estados hegemônicos e das instituições multinacionais. A diminuição do papel do Estado e a maximização do princípio e regras do mercado geraram profundas transformações, no mundo do trabalho. A globalização altera significativamente os processos de trabalho, seus conteúdos, bem como produz consequências significativas, na constituição subjetiva dos trabalhadores e outras formas de mal-estar.

Portanto, não se pode perder de vista que o fenômeno da migração, para muitos, é uma necessidade para se manter empregado. No caso do setor hidrelétrico, observamos atualmente o aumento de projetos[3] e empreendimentos da iniciativa privada, no setor de construções de hidrelétricas, consequentemente, um aumento do número de trabalhadores-migrantes, cujas condições de trabalho e de vida devem ser conhecidas pelos profissionais que atuam no campo da saúde do trabalhador. Ademais, existem outras categorias profissionais vivenciando processos de trabalho semelhantes, isto é, que também sofrem a precarização do trabalho, a des-reterritorialização e o desenraizamento por distintas vias.

[3] Os últimos trinta anos receberam investimentos com intensidade muito maior que no passado, fazendo o Brasil figurar como um dos dez países mais dependentes da hidreletricidade. A partir, de 1998, período em que a ANEEL começou a funcionar, foram expedidas 1.482 outorgas de geração (concessões, autorizações, registros e ampliações), totalizando 61.727 MW e investimentos estimados em R$ 90,2 bilhões. Por ser a energia hidrelétrica classificada como limpa (não poluente), no mercado internacional, a demanda por novas construções está articulada com o crescimento econômico e impulsionada por ser o Brasil um país considerado em desenvolvimento.

CAPÍTULO 1

O PERCURSO DA PESQUISA

Pequena Central Hidrelétrica no Estado de Goiás (Arquivo pessoal)

1.1. Delimitação das indagações

Atualmente, acentuaram-se as grandes organizações e o contexto social, político e econômico que tem imprimido marcas decisivas na subjetividade dos trabalhadores, marcas que não se limitam apenas à esfera individual, mas estendem-se à coletividade e delineiam formas específicas de existência. Exige-se um perfil profissional capaz de se adaptar às constantes mudanças de equipe proporcional à velocidade do desenvolvimento tecnológico.

Para assegurar seu sucesso e segurança, as empresas utilizam mecanismos de poder cada vez mais sofisticados que envolvem o trabalhador com a finalidade de que este esteja sempre disposto a responder às demandas da organização e do sistema, principalmente o capitalista neoliberal. Por conta dessas constantes mobilidades e instabilidades profissionais, o trabalhador tem que estar "pronto" para ser deslocado para outras filiais da organização ou para outro lugar onde consiga trabalho. Tem de estar disposto a enfrentar o custoso processo de desterritorialização e desenraizamento de forma recorrente. Já não há um ambiente profissional que lhe seja tão familiar e enraizado, o que interfere em sua relação com o trabalho, seu significado e no vínculo estabelecido com este e seus companheiros.

Partilhamos com Minayo-Gomez e Barros (2002) a ideia de que a compreensão dos contextos do mundo do trabalho e suas especificidades podem auxiliar a construção de novos olhares no campo das articulações da relação saúde-trabalho. Para isso, é preciso buscar um aporte conceitual que contemple a complexidade das situações de trabalho envolvidas a fim de lançar outros olhares sobre a subjetividade que está se delineando na contemporaneidade. A construção desses outros olhares pode nos ajudar a visualizar novas articulações entre saúde e trabalho e construir novas práticas. Colaborar para a vivência do trabalho como expressão e pontecializador da vida e não como sua negatividade.

Em acréscimo, é importante explicitar os elementos que perpassam o conceito de saúde em questão, pois ultrapassamos a mera ausência sintomática de doenças. Tampouco nos restringimos a sua cura ou prevenção. Mas pleiteamos a implementação de recursos e meios que promovam melhores condições de vida para o ser humano. Portanto, um conceito que remete ao dinamismo e à transformação, tal como afirma Dejours (1986, p. 11), "[...] a saúde para cada homem, mulher ou criança é ter meios de traçar um caminho pessoal e original, em direção ao bem-estar físico, psíquico e social", na qual a liberdade entra em cena para o indivíduo se adaptar às situações cotidianas, expressar o desejo, poder organizar a sua vida e agir individualmente e coletivamente sobre a organização de trabalho.

Nesse sentido, a saúde é considerada algo mutante e não um estado de equilíbrio, pois se relaciona a uma sucessão de compromissos assumidos com a realidade, os quais se transformam, se conquistam, se defendem, se perdem e se ganham. Por isso o papel de cada indivíduo é fundamental. Finalmente, enfatizamos que esse conceito de saúde apresentado por Dejours (1986) é composto também pela realidade material, afetiva e social, ou seja, as instâncias territoriais e suas condições, as relacionais, as familiares etc. – elementos fundamentais na constituição da história do indivíduo, de sua subjetividade e para a compreensão do tema desta pesquisa.

Posto isso, trilhamos outros caminhos que não são os das tradicionais abordagens do viés da Psicologia atrelada à administração/gerenciamento do trabalho, que tem como objeto clássico de estudos as questões no âmbito do trabalho industrial e organizacional, mas construímos um campo onde o encontro com outros saberes pudesse dialogar e nos auxiliar nessa leitura subjetiva e social contemporâneas.

Escolhemos estudar os efeitos da migração nos trabalhadores do setor de produção de energia hidrelétrica por ser um número representativo desse contexto. Seguem dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) (2004):

> O Brasil detém um dos maiores potenciais hidrelétricos do mundo, sendo que, atualmente, sua matriz energética é composta, predominantemente, por esta fonte, ficando o restante distribuído entre as outras fontes de geração, quais sejam, eólica, solar e térmica.

A primeira UHE[4] do Brasil foi construída no final do século XIX. Com a evolução tecnológica, foi possível obter maior eficiência e confiabilidade no sistema, o que impulsionou, ao longo de 60 anos, a ampliação do parque hidrelétrico de forma a atingir grande parte do território brasileiro. Os últimos 30 anos receberam investimentos com intensidade muito maior que no passado, fazendo o Brasil figurar como um dos dez países mais dependentes da hidreletricidade. A partir de 1998, período que a ANEEL começou a funcionar, foram expedidas 1.482 outorgas de geração (concessões, autorizações, registros e ampliações), totalizando 61.727 MW e investimentos estimados em R$ 90,2 bilhões. Por ser a energia hidrelétrica classificada como limpa (não poluente), no mercado internacional, a demanda por novas construções está articulada com o crescimento econômico e impulsionada

[4] A ANEEL adota três classificações, conforme a potência instalada, para determinar o porte da usina: CHG (Central Geradora Hidrelétrica: com até 1 MW de potência instalada), PCH (Pequena Central Hidrelétrica: entre 1,1 MW e 30 MW de potência instalada e com o reservatório com área igual ou inferior a 3 km²) e UHE (Usina Hidrelétrica de Energia: com mais de 30 MW).

por ser o Brasil um país considerado em desenvolvimento. Isso é verificável ao observamos, na atualidade, o aumento de projetos e empreendimentos da iniciativa privada no setor de construções de usinas hidrelétricas e PCH's nos últimos anos e, consequentemente, um aumento do número de trabalhador-migrante.

A oferta de energia elétrica caminha ao lado da implantação de projetos de crescimento econômico, pois está atrelada ao crescimento dos setores produtivos, influenciando e sendo influenciada de modo respectivo. Westberg (2002, p. 1), presidente do conselho de administração da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE), esclarece:

> Crescimento econômico e oferta de energia podem relacionar-se gerando um círculo virtuoso ou um círculo vicioso. Maior oferta de energia estabelece condições para o crescimento econômico e o crescimento incorpora mais energia ao processo produtivo. Ou, ao contrário, menor oferta de energia freia o crescimento, que, por sua vez, desarticula o setor de produção de energia elétrica.

Outro aspecto relevante nesse contexto, segundo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – (BNDES) (1998) é a eletricidade a principal fonte de energia consumida no Brasil – marca atingida ao longo dos últimos 39 anos. Em 1998, a eletricidade representou 39% de toda energia consumida, seguida pelos derivados de petróleo: óleo diesel, óleo combustível e gasolina. Devido à prevalência do consumo de eletricidade e o vasto recurso hídrico disponível no território brasileiro, além da expressividade do mercado consumidor de energia, faz com que o Brasil não apenas possua o décimo maior parque instalado de geração do mundo, mas também seja o terceiro maior parque hidrelétrico, perdendo apenas para os Estados Unidos da América e para a China. Ademais, há a previsão de continuidade do crescimento e consumo de energia hidrelétrica para os próximos anos, uma taxa média calculada em 4,7% ano, segundo o planejamento indicativo do setor elétrico – Plano Decenal de Expansão 1999/2008. Esse plano projeta a necessidade de expansão da capacidade instalada de geração do país para 104.666 MW em 2008, o que representará um acréscimo de 71% ao parque gerador existente em 1998, de 61.219 MW.

Diante disso, podemos verificar o grande número de empreendimentos e de investimentos nessa área. Há diversas obras em execução e outras previstas para atender tanto a demanda interna, quanto impulsionar o crescimento do país. Portanto, haverá não apenas a necessidade de requisitar a mão-de-obra para esses fins, alocá-las até os lugares próximos desses empreendimentos, como também aumentará a mobilidade interna entre distintas

regiões do país. Estarão em cena distintas empresas, trabalhadores, políticas públicas e privadas para atender e requerer ações para a consecução desses projetos, o que nos impulsiona a compreender melhor tal contexto e seus componentes, ou seja, o trabalhador inserido no processo migratório.

1.2. A especificidade do estudo: objetivos

Os objetivos norteadores desta pesquisa são:

1.2.1. Geral

- Compreender a vivência subjetiva do trabalhador com mão-de-obra qualificada do setor de produção de energia hidrelétrica, ao enfrentar o processo migratório interno.

1.2.2. Específicos

- Contextualizar o mundo do trabalho, na atualidade, e compreender como os trabalhadores enfrentam o processo migratório, reagem e se adaptam ao novo ambiente de trabalho, em relação aos seus familiares e diante das influências da globalização e do processo de precarização das condições e relações de trabalho.
- Compreender como essa forma de relação de trabalho, na contemporaneidade, influencia no processo subjetivo do trabalhador e na sua escolha por migrar novamente ou não.

1.3. O desenho da pesquisa

Ao optarmos pela pesquisa qualitativa, encontramos um espaço favorável à construção de interlocuções com outras áreas do saber. Um caminho onde se busca o estabelecimento de alianças e relações para que o objeto possa ser estudado e explorado em suas diversas facetas. Para empreender essa trajetória, é necessária a árdua confrontação com a pluridisciplinaridade, pois o interesse reside no indivíduo em situação, em relação e inacabado. Ao considerarmos essa leitura de subjetividade, recusamo-nos a separar o indivíduo e o coletivo, o afetivo e o institucional, os processos inconscientes e os processos sociais. Partimos do pressuposto de que os fenômenos sociais e psíquicos estão interligados, pois não são totalmente autônomos e influenciam-se conjuntamente. Diante disso, cabe ao pesquisador posicionar o sujeito no lugar de intersecção entre as esferas social e psíquica, para que a construção das problemáticas possa ser pensada nas articulações, nas influências e nos elos estabelecidos entre esses processos.

O indivíduo, portanto, está situado no conjunto dessas contradições onde sua existência estará constantemente marcada pela confrontação, onde se encontra submetido a múltiplas influências e exigências conflitantes e perante as quais procurará elaborar propostas, respostas, projetos e estratégias. Enfim, o pesquisador, ao longo de todo o seu trabalho, buscará colocar em relação os processos sociais e psíquicos, articulá-los com as outras esferas onde a vida humana se manifesta e desvendar sua problemática rumo à compreensão.

Ainda nessa perspectiva, para nos auxiliar nesta discussão e facilitar a visualização das articulações entre organização do trabalho, produção de saúde-doença e processos de subjetivação em curso, recorremos a Minayo-Gomez e Barros (2002). Para eles os processos de trabalho não podem ficar restritos aos saberes isolados, pois estamos diante de uma complexa dinâmica das relações humanas e sociais, pertinentes ao campo do trabalho. Desse modo, a experiência no campo da saúde do trabalhador precisa ser revista e considerar as situações de trabalho na sua dimensão criativa e enigmática. Isso requer a convocação de saberes que auxiliem nessa tarefa de análise, considerando o contexto social, político e econômico das configurações contemporâneas.

> Assim, as práticas em Saúde do Trabalhador articulam diferentes níveis de análise rompendo com uma tendência que focaliza, predominantemente, no ambiente físico, as situações que podem defini-lo como insalubre ou perigoso. Contrapõe-se a um reducionismo que desconsidera o trabalho humano num sentido mais amplo, ou seja, na sua inventividade,

> variabilidade e imprevisibilidade. Pretende-se, assim, superar a visão monolítica e restritiva da nocividade do trabalho. (MINAYO-GOMEZ; BARROS, 2002, p. 655).

Isso significa que estamos lidando com um universo em constante transformação por estar em foco conjuntos de práticas e saberes que (de)compõem/(des)constroem as abordagens sobre subjetividade e trabalho – as quais remetem a um momento histórico.

1.3.1. A pesquisa bibliográfica

Com base no acima exposto, os pesquisadores e trabalhadores da área de saúde do trabalhador têm como desafio confrontar e lidar com o saber produzido em outros campos. Minayo-Gomez e Barros (2002) afirmam que a construção de novos quadros teóricos e conceituais pode contribuir para a ruptura das formas hegemônicas de trabalho, no capitalismo, os quais produzem subjetividades serializadas e modelizadas conforme o funcionamento social preponderante. Nesse percurso, estamos considerando que a subjetividade não se restringe a um campo restrito e centrado apenas em agentes individuais.

> Ao contrário de se confundir com o sujeito, com o pessoal, esse conceito de subjetividade visa, exatamente, a embaralhar as dicotomias sujeito-objeto, indivíduo-sociedade, corpo-psiquismo, interior-exterior. É uma noção inseparável da noção de produção, cujas máquinas sociais de sua produção são muito variadas. (MINAYO-GOMEZ; BARROS, 2002, p. 662).

Nesses termos, o indivíduo está posicionado no entrecruzamento de diversos elementos que compõem a subjetividade. Ou seja, é histórica e produzida. Sendo assim, outras formas de ser e existir, como trabalhador e como indivíduo, podem ser constituídas, inventadas e exercitadas, com a finalidade de romper com o modo hegemônico que as circunstanciam.

A escolha metodológica decorre da visão ou concepção de ciência do pesquisador. Dessa maneira, o método de investigação escolhido é a pesquisa qualitativa, transdisciplinar. Como já anunciamos na Introdução, construímos um eixo teórico a partir do diálogo com pressupostos teóricos da Psicologia, da Sociologia e da Geografia, a fim de compreender a complexidade do nosso objeto de estudo e as diferentes problemáticas em causa. Para empreender essa trajetória, retomamos os fundamentos teóricos advindos de Morin (2000,

2003), o saber situado no paradigma da complexidade. Diante disso, deparamo-nos com a necessidade de estabelecer um diálogo entre distintos autores e suas contribuições para nos auxiliar na compreensão dos seguintes problemas das diversas formas de mal-estar na atualidade, da relação entre trabalho e sofrimento, dos atuais exercícios de poder das organizações e das formas de trabalho, da noção de subjetividade, da migração e suas diversas relações com o território e o enraizamento, da globalização e suas consequências subjetivas. Para tal, recorremos a Birman (2001, 2006), Bosi (1987, 2000), Dejours (1986, 1996, 1997, 2001), Giddens (1991), Haesbaert (2005), Ianni (1993, 1994, 1999), Minayo-Gomez e Barros (2002), Pagès (1987), Pochmann (1999, 2001), Santos (2000, 2005), Santos (2002), Sennett (2008), Singer (2001), Vainer (2005) e Weil (1996, 2001).

1.3.2. Entrevistas com os trabalhadores

A fonte de dados para a compreensão da nossa problemática foram as entrevistas com os trabalhadores, que consideramos uma das etapas mais profícuas da pesquisa, pois nos remeteram a distintas ações e representações da realidade que nos propomos investigar. Um processo onde a construção e a reconstrução caminham juntas e de modo dinâmico.

Nesses termos, o pesquisador necessita esforçar-se para detectar as relações existentes entre as expressões de sofrimento e de prazer, verbalizações que façam menção à organização do trabalho, pois nesta reside uma ampla gama de males sobre a saúde do trabalhador, que se desdobra em outros efeitos subjetivos. Além disso, também procuraremos perceber as estratégias elaboradas para realizar enfrentamentos e as possibilidades e limites de sua realidade. Esperamos, assim, poder empreender uma investigação que não obtenha apenas sucesso metodológico, mas que elucide os processos de subjetivação fomentados pelo mundo do trabalho no cenário contemporâneo.

Ademais, há o processo migratório onde estará dinamizada a relação do homem com o território e a territorialidade, onde o enraizamento e o desenraizamento irão adquirir distintos matizes, de maneira a produzir formas diferenciadas de subjetivação e processos de des-reterritorialização. As entrevistas são instrumentos em que podemos entrar em contato com esse conteúdo e verificar os enfrentamentos e capturas, o que nos faz rememorar as palavras de Bachelard (1989, p. 31), em sua obra *A poética do espaço*:

> Toda pessoa deveria então falar de suas estradas, de suas encruzilhadas, de seus bancos. Toda pessoa deveria fazer o cadastro de seus campos perdidos [...]. Abrangemos assim o universo dos nossos desenhos vividos. Esses desenhos não precisam ser exatos. Basta que sejam tonalizados no mesmo modo do nosso espaço interior.

Para viabilizar tais informações, utilizamo-nos da técnica de entrevista semi-aberta, assim denominada, por partir de um roteiro temático, que servirá apenas de orientação para o entrevistador. Através dessa técnica, o entrevistado pode discorrer sobre o tema em questão, sem se prender à indagação formulada, uma vez que o roteiro serve de referência para o entrevistador e não de cerceamento da fala dos entrevistados. A entrevista é um procedimento de apreensão dos dados qualitativos referentes a um determinado tema, através da comunicação verbal, pois:

> [...] por meio da comunicação verbal – que é inseparável de outras formas de comunicação – as pessoas "refletem e refratam" conflitos e contradições próprias dos sistemas sociais e políticos e de suas formas de dominação, em que a resistência está dialeticamente relacionada com a submissão das pessoas na vida cotidiana. (MINAYO, 2006, p. 205).

Tal técnica permite a manifestação de parâmetros de conduta, crenças, sentimentos, experiências, linguagem, cotidiano do trabalho e das relações, valores culturais e representações de determinado grupo sobre temas específicos e demais comportamentos que se expressam na inter-relação do entrevistado com o entrevistador. Nessa situação de interação, por intermédio da fala individual, da palavra e seu conteúdo, serão reveladas as contradições das práticas discursivas que transmitem as concepções de determinados grupos num dado momento histórico.

Dejours (1997) afirma que, para abordar o sofrimento, é necessário buscar o instrumento que privilegie a palavra, o discurso do operário, pois é através deste que pode ser observado e, posteriormente, compreendido e interpretado seu sofrimento, os recursos defensivos utilizados e a organização do trabalho a ser decodificada. Enfim, a fala é o material por excelência para entrarmos em contato com a subjetividade dos indivíduos, e a técnica da entrevista semi-estruturada, além de ser compatível com a abordagem qualitativa, também privilegia a análise dos dados, pois contempla o discurso do participante e sua expressividade. Nesse tipo de comunicação estabelecido entre entrevistador e entrevistado, a fala do participante não somente ganha espaço e importância como a tradicional separação entre sujeito e objeto, entre entrevistador e entrevistado desfaz-se para dar espaço a um vínculo em que o diálogo seja estabelecido e o objeto de estudo possa emergir nessa relação.

As entrevistas foram gravadas em aparelho eletrônico (áudio do tipo mp3) e posteriormente transcritas na íntegra, totalizando 72 páginas. Elas serão guardadas e armazenadas conforme as orientações do Comitê de Ética[5]. Também garantimos a possibilidade tanto de recusar a participação nas entrevistas ou retirar seu consentimento em qualquer fase do desenvolvimento da pesquisa – sem que este venha a sofrer qualquer tipo de penalização ou prejuízo pessoal, como de esclarecer suas dúvidas através do endereço e e-mail da pesquisadora, informados no termo de consentimento. É importante ainda destacar que utilizamos no trabalho outros nomes para os entrevistados, com o objetivo de assegurar o sigilo, o anonimato e a privacidade dos participantes envolvidos na pesquisa.

A fim de realizar a entrevista, a pesquisadora entrou em contato com cada participante, individualmente, para agendá-la e definir o local e horário a ser efetuada. Com o propósito de esclarecer o entrevistado, foi realizada uma breve explicação sobre o trabalho, o tema e seus objetivos, para que este pudesse decidir a sua participação. Feito isso, foi apresentado o termo de consentimento, para formalizar o processo. Nessas condições, após a aprovação no Comitê de Ética, foram realizadas sete entrevistas, cada uma com a duração média de uma hora. A realização de um encontro com cada participante foi o suficiente para finalizá-las.

As entrevistas foram realizadas em locais diferentes, segundo a disponibilidade e a concordância dos participantes. Desse modo, quatro aconteceram em hotéis, sendo duas delas em Goiás e as outras duas em Santa Catarina. As duas posteriores na residência dos pais da pesquisadora, em Goiás, e a última no local de trabalho (no escritório montado no campo de obras de uma PCH) do entrevistado, ainda no Estado de Goiás. Todas as gravações das entrevistas foram transcritas somente pela pesquisadora.

1.3.3. Participantes

Participaram desta pesquisa sete trabalhadores do setor de produção de energia hidrelétrica, todos do gênero masculino e acima de 21 anos. Não foi encontrada nenhuma mulher para realizar a entrevista. A pesquisadora desconhece qualquer pessoa do gênero feminino que tenha esse perfil e atue em hidrelétrica, um universo laboral ainda composto

[5] O projeto de pesquisa foi avaliado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista, em 30 de outubro de 2008, conforme o parecer de n° 1589/2008.

praticamente por homens, por isso a realização das entrevistas somente com o gênero masculino. Esse dado é confirmado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) (1998), ao afirmar que o setor elétrico manteve a característica de empregar majoritariamente trabalhadores do gênero masculino. Estes representam 85% do total da força de trabalho na primeira metade da década de 90. Embora tenha havido um pequeno aumento percentual de mulheres no total dos empregados desse setor, não foi um valor expressivo a ponto de mudar de forma significativa o perfil dessa ocupação.

Todos os entrevistados possuem mão-de-obra qualificada, vivenciaram o processo migratório interno, no mínimo duas vezes, e aceitaram de livre e esclarecida vontade participar do estudo. O contato inicial com esses trabalhadores foi mediado por pessoas conhecidas.

A idade dos participantes varia entre 26 e 58 anos. Todos estes construíram a sua carreira profissional, a maior parte dela, vinculada à demanda da migração laboral no setor de produção de energia hidrelétrica, o que lhes possibilitou residir e trabalhar em diversas cidades, de distintas regiões do Brasil. São chefes de família e se organizaram de várias maneiras em relação ao seu núcleo pessoal e familiar. A maioria experienciou o processo de privatização e vivenciou a demissão. Outros, já aposentados, continuaram trabalhando no setor de produção de energia hidrelétrica e estabeleceram redes de contato e ajuda mútua mediante a organização de cooperativas.

Os entrevistados se mostraram receptivos para relatar suas vivências e concepções acerca de seu trabalho, sobre o seu trajeto migratório e a maneira como enfrentaram essa realidade. Todavia, ao realizar algumas entrevistas, percebeu-se certa inibição, ansiedade e constrangimento em alguns participantes, o que, no decorrer do processo, foi tornando-se mais brando, sem interferir na continuidade e no consentimento destes. Em contrapartida, mediante o estabelecimento de um vínculo de troca durante a entrevista e a disposição de alguns entrevistados, surgiram falas que remetiam à sua história de vida particular, íntima, e repleta de emoções, o que ia além do escopo da entrevista e do tema abordado – momento em que se sentiram livres para pensar e expor sua situação de vida.

1.3.4. Os caminhos da análise do material das entrevistas

O ponto de partida foi a construção de um arcabouço teórico sobre o tema para subsidiar a análise do material das entrevistas. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, na qual contextualizamos o mundo do trabalho na atualidade e as suas interfaces com os processos de precarização atrelados à globalização e ao projeto neoliberal. Feito isso, buscamos também situar o processo migratório e articulá-lo a uma leitura abrangente de território, territorialidade e enraizamento, a fim de envolver as distintas dimensões que os compõem e se tornam referência para o ser humano.

Posteriormente, procedemos à organização dos dados oriundos das entrevistas semi-abertas. Sua análise foi realizada a partir do estabelecimento de categorias sujeitas à investigação e que contemplem a relação subjetiva do trabalhador com sua atividade profissional situada no processo migratório. Buscamos perceber e compreender os significados atravessados nos discursos, posicionando-nos de maneira receptiva ao material, de modo a articular o novo e o conhecido.

> [...] A primeira providência é percebê-lo, o que não é fácil, geralmente requerendo um misto de sensibilidade e de conhecimentos prévios. É mister, a seguir, circunscrever a novidade, caracterizá-la, nomeá-la. Ou seja, criar uma representação que não só possa se referir ao "fato" assim identificado, mas também permitir sua comparação com eventos ainda não ocorridos [...]. (SILVA, 1993, p. 23).

Nesses termos, o trabalho de análise foi centrado nas práticas discursivas encontradas nos textos e nas entrevistas, a fim de realizar uma confluência de conteúdos que seriam ordenados a partir das categorias. Buscamos descobrir os núcleos de sentido integrantes da comunicação, cuja presença e frequência são significativos e necessitam ser compreendidos. Para identificá-los e desvelar seus significados, organizamos etapas a serem seguidas durante todo o trabalho de análise. Para tal, usamos como referência Minayo (2006), que elaborou técnicas de análise de material qualitativo, e Bardin (2000), que empreendeu a análise de conteúdo.

A etapa inicial consistiu na pré-análise, caracterizada por uma leitura horizontal. Nesse momento, os passos anteriores foram incorporados para orientar a compreensão e interpretação do material. Correspondeu a um período de intuições para sistematizar as ideias iniciais e para conduzir, posteriormente, para a etapa seguinte a fim de ordenar os dados.

Consideramos o momento da transcrição das gravações um período importante dessa fase, pois nessa ação estabelecemos um primeiro contato com os dados e pudemos demarcar de modo flexível os possíveis temas a compor a análise do material.

A primeira fase é constituída também pela "leitura flutuante". Por meio desta pudemos percorrer o todo, o conjunto das comunicações, e ter uma noção global do discurso de cada entrevistado, apreender as estruturas relevantes e verificar as ideias centrais. Deixamo-nos à vontade para entrarmos em contato direto e intenso com os conteúdos. Permitimo-nos invadir por impressões, sem, contudo, abandonar a leitura atenta que aos poucos se tornava mais precisa e rigorosa.

No momento seguinte, efetivamos uma leitura exaustiva do material. Nessa segunda etapa, buscamos realizar uma operação classificatória em busca dos núcleos de compreensão dos discursos, fase importante para retomar as indagações iniciais, porém um exercício de atenção e cuidado extremos, para não cair em um tecnicismo que viesse a obscurecer a riqueza e o conteúdo das entrevistas: período de corrigir os caminhos interpretativos, rever o método, prosseguir para novas indagações e perceber os temas para eleger as categorias de análise. Esse estágio favoreceu uma leitura mais sugestiva, articulada e organizada em relação aos passos anteriores. Bardin (2000, p. 117) enfatiza: "A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento [...], com os critérios previamente definidos". Portanto, as categorias não são fragmentos desarticulados, mas remetem ao todo, ao percurso traçado até aqui.

Os temas organizados em categorias de análise foram:

- Como aconteceu o processo migratório: adaptação e relação com o novo trabalho e com a cidade;
- A participação da família nesse processo;
- A criação de novos vínculos e/ou a manutenção dos anteriores e posteriores;
- Algumas experiências vivenciadas no processo migratório e as perspectivas diante de uma nova migração;
- Efeitos subjetivos produzidos pela distância e a sensação de ser um trabalhador-migrante.

Esse processo consistiu em buscar encontrar as categorias. Diante disso, recortamos o texto e destacamos partes deste a fim de indicar conteúdos relevantes e localizar os sentidos imersos nos discursos das entrevistas.

> Para isso, o investigador busca encontrar *categorias* que são expressões ou palavras significativas em função das quais o conteúdo de uma fala será organizado. A categorização – que consiste num processo de redução do texto às palavras e expressões significativas – é uma etapa delicada, não havendo segurança de que a escolha de categorias *a priori* leve a uma abordagem densa e rica. (MINAYO, 2006, p. 317).

Na terceira etapa, processou-se a análise dos recortes destacados. Esse passo é caracterizado pela leitura transversal, pois envolve o conjunto em sua totalidade e seus subconjuntos. Buscamos compreender e interpretar o que foi exposto como mais relevante e representativo do grupo estudado, momento de uma reflexão sucessiva, de ir e vir para refinar o movimento classificatório e estabelecer suas inter-relações. Relemos cuidadosamente as entrevistas, sem dispensar os elementos observados durante a realização destas. Procuramos identificar os aspectos que sobressaíam no discurso de cada participante, para poder comparar os elementos comuns e os divergentes entre os entrevistados, conhecer as suas concepções sobre trabalho, território e relacionamentos profissional, afetivo e familiar.

Na análise final, quarta etapa, após as etapas de ordenação e classificação, procedeu-se a uma inflexão do material destacado, de maneira a possibilitar o movimento dialético entre o concreto e o abstrato, entre o empírico e o teórico, entre o geral e o particular para tanger “o concreto pensado” (MARX, 1973, apud MINAYO, 2006). Buscou-se conhecer, expressar e relacionar as representações típicas e específicas dessa classe de trabalhadores e suas vinculações mais abrangentes e intercomunicáveis com a realidade. Foram processadas inferências e interpretações, buscando conjugar o material e o quadro teórico.

Nesse sentido, empreendemos uma leitura para captar a ideia global e, posteriormente, apreender as singularidades dos entrevistados, de modo a realçar as falas que estabelecessem relações entre os aportes teóricos e os temas eleitos, para a compreensão do nosso objeto de estudo. Esses caminhos possibilitaram visualizarmos as ideias, as contradições, as crenças, os conflitos, as ambiguidades, os temores, os desejos e os distintos elementos que perpassaram os seus discursos e remetiam às suas histórias de vida.

Em síntese, a análise dos dados se norteou pela busca dos sentidos dos textos, das falas, como resultado de processo social e de conhecimento, sobredeterminado, mas com significados específicos e em constante transformação.

CAPÍTULO 2

O MUNDO DO TRABALHO NA ATUALIDADE

Pequena Central Hidrelétrica no Estado de Goiás (Arquivo pessoal)

2.1. Os desdobramentos da globalização e o projeto neoliberal

Compreender os significados do termo *globalização*, em princípio, não aparenta ser uma tarefa difícil. Já ouvimos falar desse conceito há tempos, de diversas maneiras e articulado com diferentes temas. Esse conceito chega até nós diariamente, difundido pelas mídia eletrônica e impressa. Porém, a sua especificidade está muitas vezes dissolvida em inúmeros discursos e eventos, como se não houvesse risco de cometer equívocos ao nos referirmos a um processo já familiarizado, incorporado no nosso cotidiano e, portanto, naturalizado. Por isso, é necessário desconstruir a ideia de globalização como um fenômeno unívoco e um processo largamente generalizável.

Embora o vocábulo *global* tenha dado origem a distintas expressões para designar a intensificação das interações transnacionais ocorridas nas últimas décadas, produtoras de proeminentes transformações, ele traduz mais do que isso. Trata-se de um fenômeno multifacetado, pois estão articuladas, de modo complexo, distintas dimensões: econômica, política, social, cultural, religiosa e jurídica. Logo, não é um conceito passível de assumir interpretações monocausais de caráter plenamente uniformizador e homogêneo. Isso significa que não estamos diante de um processo linear e consensual, mas, sim, de um campo vasto e permeado de conflitos, paradoxos e incoerências (SANTOS, 2000, 2005).

Para Giddens (1991), a globalização é um processo de desenvolvimento desigual que conjuga ações de fragmentação e coordenação. São lançadas novas formas de interdependência, em nível mundial – o que promoverá, ao mesmo tempo, tanto a propagação de riscos e perigos quanto possibilidades de segurança. Por correlação, Ianni (1993, 1994, 1999) argumenta que a globalização, como um processo em vigência, ainda é desconhecido em partes por não ser um fato acabado. A sociedade global se constituiu desde o início como uma totalidade problemática, complexa, aberta e em movimento. É o cenário mais amplo do desenvolvimento desigual, pois a dinâmica do todo não se distribui similarmente pelas partes.

O que costuma ser designado como globalização remete, antes de tudo, a uma junção de diversos processos de globalização, os quais dizem respeito a diferentes e contraditórias globalizações. Pois as novas e intensas interações transnacionais têm alimentado as hierarquias e as desigualdades constituintes do sistema mundial:

> Aquilo que habitualmente designamos por globalização são, de facto, conjuntos diferenciados de relações sociais; diferentes conjuntos de relações sociais dão origem a diferentes fenômenos de globalização. Nestes termos,

> não existe estritamente uma entidade única chamada globalização; existem, em vez disso, globalizações; em rigor, este termo só deveria ser usado no plural. Qualquer conceito mais abrangente deve ser de tipo processual e não substantivo. Por outro lado, enquanto feixes de relações sociais, as globalizações envolvem conflitos e, por isso, vencedores e vencidos. (SANTOS, 2005, p. 55-56).

Para não correr o risco de realizar uma leitura redutora, Santos (2005) propõe uma teoria assente no conceito de Sistema Mundial em Transição (SMET). Nesse sistema está contido o sistema mundial velho (em transformação), mais um conjunto diverso de realidades emergentes que poderão conduzir ou não a um novo sistema mundial. A transição consiste na passagem do Sistema Mundial Moderno (SMM) para o Sistema Mundial em Transição (SMET). Cada um desses sistemas possui uma composição interna específica e uma constelação de práticas diferenciadas:

> A maior complexidade (e também incoerência) do sistema mundial em transição reside em que nele os processos da globalização vão muito além dos Estados e da economia, envolvendo práticas sociais e culturais que no SMM estavam confinadas aos Estados e sociedades nacionais e subunidades deles. [...] as interações entre os pilares do SMET são muito mais intensas que no SMM. [...]. Assim, o Estado, que no SMM assegurava a integração da economia, da sociedade e da cultura nacionais, contribui hoje activamente para a desintegração da economia, da sociedade e da cultura a nível nacional em nome da integração destas na economia, na sociedade e na cultura globais. (SANTOS, 2005, p. 57, 59).

Isso significa que a globalização altera com severidade os sistemas de relações dos Estados-nação, tanto na esfera interna quanto na externa. Ou seja, para transformar as práticas do Estado no âmbito internacional, foi necessário alterar, prioritariamente, a sua organização nacional e a sua política interna. O que pronunciou tais mudanças foi o “Consenso de Washington”, ocorrido na década de 1980, ao delimitar as diretrizes neoliberais.

O neoliberalismo apresenta características marcantes do capitalismo mercantil. É um tipo de globalização hegemônica, pois estende a sua aplicabilidade à escala mundial. Ainda é considerada uma forma de política econômica exitosa para efetivar o ajustamento estrutural e alcançar a estabilização macroeconômica. Seus principais preceitos e exigências que transformaram as políticas nacionais são:

> [...] as economias nacionais devem abrir-se ao mercado mundial e os preços domésticos devem tendencialmente adequar-se aos preços internacionais; deve ser dada prioridade à economia de exportação; as políticas monetárias e fiscais devem ser orientadas para a redução da inflação e da dívida pública e para a vigilância sobre a balança de pagamentos; os direitos de

> propriedade privada devem ser claros e invioláveis; o sector empresarial do Estado deve ser privatizado; a tomada de decisão privada, apoiada por preços estáveis, deve ditar os padrões nacionais de especialização; a mobilidade dos recursos, dos investimentos e dos lucros; a regulação estatal da economia deve ser mínima; deve reduzir-se o peso das políticas sociais no orçamento do Estado [...]. (SANTOS, 2005, p. 29, 30).

Os tradicionais poderes do Estado, tais como autonomia política, soberania e centralidade enquanto lócus privilegiado para a tomada de iniciativas econômica, social e política, sofreram a supressão e o arrefecimento pela supremacia dos Estados hegemônicos e pelas instituições multinacionais. Nesse cenário global, observamos uma tendência geral, a substituição ao máximo do princípio do Estado pelo princípio do mercado. O encolhimento do Estado é feito através da desregulação, das privatizações e da redução dos serviços públicos. Isso ganha força imponente, pois a pressão exercida sobre os Estados é de natureza principalmente monolítica, e o Consenso de Washington é considerado como o único modelo compatível com o novo regime global de acumulação. Esse quadro é mencionado por Pochmann (1999), ao afirmar que a globalização econômica intensificou o movimento financeiro entre os países capitalistas, que, por sua vez, fez com que predominasse a lógica da valorização do capital em detrimento de outros segmentos.

Os países periféricos[6] e semiperiféricos sofreram de forma determinante as imposições e o controle do receituário neoliberal, o qual tem engendrado efeitos drásticos e exploratórios sobre essas nações e seu povo. Tal imposição ocorre mediante o controle da dívida externa efetuado pelo FMI e Banco Mundial. É alvo de recorrentes críticas a intensificação e a disseminação da pobreza como consequência dessas políticas configuradas nesses moldes:

> A nova pobreza globalizada não resulta de falta de recursos humanos ou materiais, mas tão só do desemprego, da destruição das economias de subsistência e da minimização dos custos salariais à escala mundial. (SANTOS, 2005, p. 35).

O Brasil, marcado pela ditadura militar em sua história política, consolidou uma estrutura sócio-econômica de poder e produziu um modelo de Estado que, na década de 80, entrou em crise. Com o avanço do processo democrático, o modelo autoritário de dominação política dos militares findou, mas não chegou a confrontar as estruturas de poder social e

[6] Conforme Pochmann (2001), são considerados países do centro capitalista: Estados Unidos, Canadá, Alemanha, Itália, Japão, Inglaterra, Espanha, Bélgica, Suécia, Noruega, França etc. Como países semiperiféricos, figuram: Brasil, Austrália, Nova Zelândia, Portugal, Chile, México, China, Coreia, Polônia, Rússia, Índia, Egito etc. E países periféricos: Zaire, Tanzânia, Peru, Colômbia, Tailândia, República Dominicana, Equador, Serra Leoa, Argélia, Nicarágua etc.

econômico estabelecidos e nem realizou uma reforma efetiva do Estado – o que implicou a adoção agressiva do projeto de desenvolvimento neoliberal para que a elite conservadora pudesse manter seu poderio:

> Foi nesse contexto que as elites conservadoras cavalgaram com êxito a transição democrática, aproveitando e reforçando a crise do Estado para entregar o país à nova ortodoxia neoliberal onde viram as novas oportunidades para reproduzir o seu poder. [...] a sociedade brasileira abraçou, por iniciativa das elites conservadoras, as formas mais agressivas de desenvolvimento neoliberal. (SANTOS, 2005, p. 13).

Outro aspecto pertinente à produção de globalização é o fato de seu impacto estender-se tanto à realidade que inclui quanto à que exclui – sobretudo o que diz respeito à dimensão econômica, pois ocorrem formas distintas de inserção nacional no sistema global. No momento em que se articulam diferentes processos e se conjugam distintas relações sociais, um jogo de forças rivais e conflitantes se reitera e são produzidas hierarquias entre classes, grupos, interesses e instituições. Sendo assim, as transformações do sistema mundial ocorrem de forma desigual, consoante à posição hierárquica de cada país e seu ajuste nesse sistema. Com efeito, as características das forças dominantes não vigoram de maneira equivalente por todo o planeta. É importante que isso fique claro. Pois, ao se articularem com as especificidades e as diferenças das condições nacionais e locais de cada território, sofrem a alteração de suas forças conforme o tipo de resposta local ou nacional às pressões globais.

Como não estamos tratando de uma globalização única e nem circunscrita apenas à dimensão econômica, faremos referência também aos seus desdobramentos sobre a cultura. Santos (2005) questiona a existência de uma cultura realmente global. Embora seja considerada universal e esteja difundida por processos de homogeneização e uniformização pelo mundo, ela não deixa de sofrer uma confrontação constante com outras culturas. Existem ainda processos que se mantêm característicos, típicos de um território e específicos das tradições de um povo – o que caracteriza uma posição não apenas de diferenciação, mas também de resistência em relação à cultura dominante. Outro empecilho para a constituição de uma cultura global está na crença que a intensificação dos fluxos transfronteiriços de bens, capital, trabalho, pessoas, ideias e informações tenha gerado convergências, isomorfismos e hibridizações entre as distintas culturais nacionais. Disso resultam os variados estilos arquitetônicos, a moda, os hábitos alimentares, o consumo etc.

Uma vez que a lógica do mercado, segundo o modelo neoliberal, igualmente se estende ao campo da cultura, os fenômenos culturais muitas vezes são transformados em

mercadorias de forma a compor as indústrias culturais e seguir os mesmos caminhos da globalização econômica, tornando-se um negócio muito lucrativo. Todavia, a globalização cultural apresenta facetas com tendências não somente homogeneizantes como também com aspectos particulares e diferenciados. Por isso, Santos (2005) assinala a necessidade de saber se o que é definido por globalização não deveria ser nomeado como ocidentalização ou americanização, pois os valores difundidos, o universo simbólico e os elementos culturais (cinema, publicidade, televisão, internet etc.) são muitas vezes ocidentais e, primordialmente, norte-americanos. Isso se deu à custa do esmagamento de outras culturas. É o que reforça Giddens (1991), ao afirmar que a globalização propiciou a difusão de instituições, hábitos e valores ocidentais pelo mundo de maneira ostensiva.

Essa discussão nos faz ponderar que as características dominantes desses processos remetem a uma globalização hegemônica, bem sucedida, de um localismo específico que dissemina suas forças de modo extensivo e intensivo[7]. Deve-se notar, conforme Santos (2005), que não existe uma condição global que deixe de se referir a uma raiz local (real ou imaginária) e a uma cultura específica. Isso quer dizer que a globalização pressupõe a localização, pois o processo que gera o global (dominante nas trocas desiguais que são efetivadas) é o mesmo processo que produz o local (dominado e em posição hierárquica inferior). No atual SMET, a produção de globalização acarreta a produção de localização, mediante as quais se estabelecem as hierarquias dominantes. Aos dominados, nessa relação desigual, resta ter a sua instância local integrada no global pela via da exclusão ou pela inclusão subalterna.

Nesses termos, podemos pensar em globalizações, no plural, de maneira mais clara ao evocarmos a existência de movimentos transnacionais que fazem oposição à globalização hegemônica. Como exemplo, há o cosmopolitismo e o patrimônio comum da humanidade. Ambos fundamentam-se na condição de resistência. Constituem-se como uma globalização contra-hegemônica ao lutarem para transformar trocas desiguais em trocas de autoridade partilhada. Trata-se de buscar alternativas nas práticas sociais e culturais transnacionais para militar pela emancipação e resistir contra as consequências degradantes do capitalismo e da

[7] Tal expressão remete a Giddens (1991), ao afirmar que os modos de vida produzidos pela modernidade, além de se diferenciarem- das tradicionais organizações sociais, sofreram profundas transformações sem qualquer precedente em relação aos períodos anteriores. Mesmo existindo uma continuidade entre o tradicional e o moderno, as mudanças ocorridas nos últimos quatro séculos foram drásticas, abrangentes e geraram impactos que ainda necessitamos aprender a investigar. O "extensional" refere-se ao plano em que tais mudanças atuam, ou seja, o estabelecimento de formas de interconexão social que atingem todo o globo. Já o "intensional" são as alterações das características mais íntimas e pessoais da existência cotidiana.

globalização neoliberal. Sem esquecer que essas forças são atuantes tanto nos registros local quanto global.

Nesse sentido, Santos (2005) observa a existência de diversas fraturas da vertente hegemônica que estão cada vez mais acentuadas no cerne da globalização econômica, política, social e cultural. Há um levante de iniciativas transnacionais de resistência que são movidas de forma a confrontar a globalização econômica neoliberal; principalmente nas áreas de proteção e segurança social, esferas sobre as quais tais vulnerabilidades tornaram-se ainda mais perceptíveis. Atualmente há muitas propostas, denominadas de localização, que se traduzem como resistência aos processos devastadores da globalização econômica e cultural que se encontram cada vez mais desterritorializados. Tais proposições giram em torno da reterritorialização, da redescoberta do sentido do lugar, da comunidade. São iniciativas que visam tanto à criação quanto à manutenção de espaços de sociabilidade em pequena escala, face-a-face. Muitas destas têm como diretriz a autossustentabilidade a partir de propostas de lógicas cooperativas e participativas – invenções de atividades produtivas de proximidade que objetivam a proteção interna contra a predação da globalização neoliberal e não necessariamente um fechamento isolacionista.

De acordo com Birman (2001, 2006), o mundo globalizado e desregulado no qual vivemos, lança todos numa certa desproteção. O desmapeamento ostensivo do mundo não nos ofereceu outras cartografias de sentido para nos orientarmos onde as fronteiras são desconstruídas por esse processo. Os ilegalismos e os ataques aos direitos humanos inscreveram-se no mundo contemporâneo de modo abrangente. A cidadania, articulada com o conceito de Estado do direito e do cidadão, está também debilitada.

Após esse percurso, julgamos necessário considerar e compreender como está sendo vivenciado e quem vivencia o (no) território, tanto geográfico, econômico e social, como afetivo, onde a vida é constituída – nos níveis local e global – para que este seja percebido não apenas como alvo das forças da globalização neoliberal, mas também como resistência.

2.2. O mundo do trabalho na atualidade e os processos de precarização das condições e relações de trabalho

Compreender o mundo do trabalho requer visualizar as áreas econômica, política e social. O processo de globalização e a adoção do projeto neoliberal modificaram as ações

governamentais e outras relações foram estabelecidas com a legislação trabalhista e com o próprio trabalhador. Sendo assim, recorremos a Pochmann (1999), que nos ajuda a entender esse percurso. O autor descreve o trajeto da implementação do programa neoliberal nas economias dele participantes, apresentando-o como um paradoxo, pois as perdas para a maioria da classe trabalhadora são sensivelmente maiores que os ganhos para a minoria e as políticas de ordem econômica e social adotadas pelos Estados são questionáveis em seu êxito.

De fato, as novas as novas condições institucionais que propiciaram maior liberdade em favor do capital não produziram elevações significativas nas taxas de investimento e nem possibilitaram a retomada sustentada do crescimento econômico. As medidas voltadas para a desregulação financeira favoreceram a valorização do capital à custa da ampliação das desigualdades e da oscilação de empregos, mais o incremento do número de desempregados.

A flexibilização do uso e remuneração da mão-de-obra e o aumento da concorrência no mercado de trabalho não propiciaram a emergência de uma nova fase de expansão do capitalismo maduro – o que implicou prejuízos evidentes no aumento da pobreza e da exclusão. A reestruturação do capital viabilizado pela globalização financeira promoveu a instabilidade econômica e o surgimento de inovações tecnológicas, produtivas e organizacionais que romperam com o padrão de concorrência e com os instrumentos e mecanismos nacionais e internacionais que outrora agiam como reguladores.

Mediante esse contexto, a concorrência e a competitividade engendradas na busca de maior eficiência e capacidade produtiva, atributo das empresas, possibilita uma concorrência crescente e predatória, porque os Estados nacionais já não possuem a mesma capacidade de efetivar políticas macroeconômicas voltadas ao pleno emprego, estipular de forma efetiva as atividades de regulação e tampouco políticas sociais capazes de favorecer a distribuição de renda.

Todavia, é este mesmo Estado que viabiliza os percursos da demanda por maior competitividade por parte dessas empresas. Como resultante, temos a insegurança do mundo do trabalho, a elevação do desemprego, da heterogeneidade do mercado de trabalho e da desigualdade, a dificuldade da expansão do crescimento sustentado e durável e a insegurança em sociedades cuja sociabilidade esteve baseada no trabalho. Por isso, é importante não falarmos apenas da competitividade e reconhecê-la, mas estarmos cientes das consequências que tal prática pressupõe, como nos aponta Guareschi (1999).

Diante disso, a luta pela sobrevivência no mercado de trabalho beira a tragicidade. A competição entre os indivíduos é ofensiva tanto para se manter neste quanto para pleitear um lugar. A incerteza, a insegurança e a imprevisibilidade são as marcas da existência nessas

individualidades. As perdas das garantias e das estabilidades, outrora conferidas no trabalho e asseguradas pelo Estado do bem-estar social e a legislação, estão sendo desmanteladas de maneira progressiva.

Vimos que o processo de globalização, econômico liberal, tem desconstruído as tradicionais forças do Estado-Nação. Isso acarreta não somente uma perda de autonomia política, mas também indica a regulação orquestrada pelos fluxos voláteis do capital. Orientado pela acumulação e disseminação do capital transnacional, o Estado, que conferia reconhecimento ao cidadão (do sujeito do direito) não pode mais garantir a este o suporte efetivo, pois as suas funções são adestradas pelos ditames neoliberais (BIRMAN, 2006; SENNETT, 2008).

Sabemos que, com o desenvolvimento do capitalismo e a sua propagação a nível mundial, surgiu uma nova divisão internacional do trabalho conjugada com a economia política pró-mercado que, para acomodar tais mudanças, foi necessário reconfigurar o campo do trabalho. Essa nova divisão propiciou a assimetria geográfica no uso e no rendimento da mão-de-obra, gerando distintas consequências (POCHMANN, 2001).

Agudelo (2000), ao realizar um estudo sobre o mercado de trabalho no Brasil e as mudanças recentes na legislação trabalhista atrelada ao processo de globalização e seus efeitos sobre o emprego, afirma que não há dúvidas de que a globalização afeta tanto as atividades econômicas quanto sociais. Seu impacto sobre o campo do trabalho tem levado os governos a proporem modificações na legislação trabalhista a fim de buscar vantagens competitivas.

Ao delinear essa forma de competição numa perspectiva mundial, Singer (2001) assegura que, na segunda etapa da globalização[8], os países semi-industrializados forneciam ao capital global mais vantagens, pois, além de disponibilizarem mão-de-obra abundante a custos mais baixos e com treinamento, ofereciam também outros benefícios para que os parques industriais se instalassem com mais facilidade e menos ônus. Já os países industrializados não ofereciam tais vantagens competitivas, pois sua classe operária, além de possuir escolaridade elevada, estava mais bem organizada politicamente para pressionar as empresas não apenas para obter aumento salarial, mas também para lograr condições de trabalho mais satisfatórias. Isso fez com que muitas linhas de produção, grandes centros industriais, fossem transferidas

[8] Para Paul Singer (2001), a globalização em curso apresenta duas etapas. A primeira, data do final da II Guerra Mundial até a década de 60, englobando os países desenvolvidos e tendo como protagonista os EUA, os quais, transferiram recursos abundantes para a Europa e o Japão – constituindo todos estes um bloco econômico hegemônico. A segunda etapa refere-se à inclusão de grande parte do Terceiro Mundo mais os países que compunham a antiga URSS.

para os países periféricos. O cenário resultante dessa mudança foi prédios vazios e abandonados e o surgimento de um contingente de desempregados, que antes desses centros partirem, eram funcionários. É essa etapa da globalização que Singer (2001) enuncia como a responsável pela "desindustrialização" e pelo empobrecimento de cidades e regiões inteiras.

A desindustrialização está articulada com o "desemprego estrutural" e o "desemprego tecnológico", sendo todos estes fomentadores da precarização do trabalho. Convém, antes, dizer que a globalização não reduz de maneira sistemática e continuada o índice geral de empregos das economias que dela participam, isto é, os países exportadores de capital e os países importadores de produtos industriais; mas altera significativamente os processos de trabalho e seus conteúdos. Conforme um país cede abertura da sua economia ao comércio internacional, as taxas de importação e de exportação podem ou não aumentar. Por exemplo, se houver elevação de exportação, consequentemente, haverá demanda de produção e o acréscimo de ocupações; caso contrário, quanto maior for a alta de importação, menores serão os postos de trabalho disponíveis e até mesmo a necessidade de eliminá-los por não haver necessidade de produção. As maiores demandas de ocupações caminham juntamente com os países onde são originados os produtos a exportar.

É importante esclarecer que a desindustrialização está ligada a um fenômeno que apresenta tendências universais, a denominada Terceira Revolução Industrial. Ao aplicar a tecnologia computacional, foi possível estabelecer meios mais efetivos para competir – o que implicou a drástica redução da mão-de-obra.

O desemprego estrutural, de modo geral, ocorre porque muitos trabalhadores que sofreram os impactos da desindustrialização não tiveram acesso imediato a outros postos de trabalho, principalmente pelo fato da concorrência tornar-se incrementada pela abertura do mercado interno para o mundial. Nessas condições, verificamos uma situação aparentemente paradoxal gerida pelo movimento de capital, o qual, também tem a capacidade de deslocar consigo os postos de trabalho. A valsa do capital internacional advindo da sua liberdade de movimento nos territórios e suas drásticas consequências, principalmente humanas, foi bastante explorada por Bauman (1999), em sua obra "Globalização: as consequências humanas".

Isso não é tudo. Concomitantemente, enquanto milhões de trabalhadores que outrora criavam um produto, o qual, posteriormente passou a ser importado, sofrem a perda de seus empregos, outros trabalhadores adentram o mercado de trabalho, quando são criados novos postos de trabalho em outros territórios onde as atividades de exportação e afins passam a ser

exercidas[9]. Segundo Dejours (2001, p. 42), "O trabalho não diminui; ao contrário, aumenta, mas muda de local geográfico graças à divisão internacional do trabalho e dos riscos".

Essa liberdade de movimento do capital internacional lhe confere o recurso de dirigir-se para onde lhe aprouver, isto é, para os territórios que lhe ofereçam menor resistência e não sejam impeditivos de expandir sua margem de lucro; para onde o movimento operário esteja debilitado e não represente resistência significativa de forma a dificultar a reformulação das relações de produção e de trabalho, conforme seus interesses – o que intensifica cada vez mais o cenário de precarização.

Constitui-se, assim, um funcionamento semelhante entre as relações econômicas/financeiras com as de trabalho. Da mesma maneira que as políticas financeiras procuram impedir que a economia se aqueça em demasia, para ser mantida uma sobreoferta e atingir a estabilidade financeira, no mundo do trabalho busca-se a criação de um exército industrial de reserva (mão-de-obra desempregada). Fundado nessa relação, o desemprego é um efeito funcional de políticas de estabilização. Isso ocorre para que seja evitado o aumento dos salários, a oferta abundante da força de trabalho seja mantida e o "equilíbrio" da economia garantido. Faz parte desse exército não somente a porção restrita da população economicamente ativa, que é vítima do desemprego aberto, mas também os "pobres", indivíduos socialmente excluídos e que se sustentam através de ocupações precárias (SINGER, 2001).

Segundo Singer (2001), ao consideramos o emprego como o resultante de um contrato entre duas partes, isto é, da relação estabelecida entre vendedores (o trabalhador que vende a sua capacidade de produzir) e compradores (a empresa demandante que paga o preço da mercadoria adquirida em forma de salário), podemos verificar com maior clareza as marcas atuais do mercado de trabalho. A concorrência acirrada, como já afirmamos, é a sua principal característica. Os vendedores ocupam a posição desfavorável em relação aos compradores, já que a oferta tende a superar a demanda. Essa é a tendência presente, pois os detentores de capital (compradores da força de trabalho) são os protagonistas com voz ativa para elaborar as exigências e determinar as políticas de escolha e manutenção para esse tipo de funcionamento.

Devido a isso, faz-se imprescindível notar a diferenciação necessária entre emprego e ocupação, apontada por Singer (2001). O primeiro refere-se a um tipo de ocupação baseado

[9] Giddens (1991) exemplifica isso, ao salientar que a crescente prosperidade de uma área urbana em Singapura pode ter causas relacionadas, mediante uma complexa rede de fatores econômicos entrelaçados, com o empobrecimento de uma vizinhança de Pitsburgo, onde os produtos locais produzidos não se tornaram competitivos nos mercados mundiais.

num contrato entre empregador e empregado (tipo de ocupação mais frequente nos países capitalistas). Já o segundo diz de toda atividade que proporciona sustento para quem a exerce. Com esta especificação é possível perceber a existência de inúmeras formas de atividades autônomas crescendo no mundo inteiro e no Brasil. Assim como vender a capacidade de produção ao capital não é a única maneira de ganhar a vida. O autor afirma que não apenas seria mais apropriado utilizar o termo *precarização do trabalho* ao invés de *desemprego*, como compreender de modo mais aprofundada as transformações atuais que, em conjunto, têm transformado o mercado de trabalho.

Hoje há muitas ocupações, postos de trabalho, por conta própria que são informais ou incompletas. Nesse ínterim, pode-se afirmar que os empregos diminuíram sim, mas as ocupações não. Mediante a terceirização, muitos trabalhadores que anteriormente eram integrantes de uma empresa, seja esta estatal ou privada, mas que garantia um contrato formal de trabalho, agora prestam serviços a estas e outras mais por conta própria – destituídos da relação empregatícia passada. Estes são os fornecedores autônomos de serviços, os consultores, os *freelancers*, os operadores individuais etc.

Como enunciou Sennett (2008), essa conjuntura tem relação direta com a crescente desigualdade. Isso porque, para a maioria aumenta a pobreza, mas em uníssono com a riqueza para a minoria. A redução de empregos fez com que apenas uma parcela restrita de trabalhadores tivesse acesso a outro trabalho com os mesmos salários ou maiores. Muitos foram despedidos, mudaram de emprego, vivenciaram as privatizações de empresas e tiveram seus empregos sujeitos às reestruturações hostis (devido a fusões ou divisões de distintas organizações e/ou modificação de gestão) ou arranjaram outra ocupação.

Ainda segundo Sennett (2008), com a redução do emprego formal, uma grande quantidade de trabalhadores (com distintas qualificações), por falta de opção, submeteu-se a diversas formas de ocupação. A maioria destas é informal, o que os obriga a se engajarem por conta própria, prestando serviços, comerciando em pequena escala na rua, em casa, visitando locais de trabalho, trabalhando longas horas dos dias e praticamente de forma ininterrupta. Nessas novas relações de trabalho, as atividades podem ser exercidas em tempo limitado e parcial, mediante contratos temporários com períodos curtos e esporádicos. Nesses termos, a empresa funciona com mais flexibilidade e não necessita se responsabilizar pelos encargos da legislação trabalhista. Enquanto o empregador ganha outros tipos de liberdade, os empregados, quando não perdem a segurança no trabalho de outrora, perdem seus empregos.

> Os novos postos de trabalho, que estão surgindo em função das transformações das tecnologias e da divisão internacional do trabalho, não

> oferecem, em sua maioria, ao seu eventual ocupante as compensações usuais que as leis e contratos coletivos vinham garantindo. (SINGER, 2001, p. 24).

A vantagem está justamente na maleabilidade desse novo relacionamento e na redução dos custos de trabalho. Do ponto de vista legal, o mercado de trabalho no Brasil é regulado pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho – datada de 1943) e os encargos trabalhistas recaem sobre o empregador. Não havendo mais gastos extras, visto que essa nova força de trabalho não constitui internamente e por base contratual sua equipe, esses trabalhadores também não participam mais dos benefícios da instituição, e nem ocupam nela uma posição de forma a usufruir de tais conquistas ou mesmo dos seus direitos (AGUDELO, 2000; SENNETT, 2008).

Observamos, nas relações pautadas pelas práticas neoliberais, a exclusão de um número cada vez maior de trabalhadores que estão desprotegidos de seus direitos trabalhistas, aglutinando um exército de reserva que se eleva. Em relação às crises passadas enfrentadas pelo Brasil, hoje, o ponto diferencial incide sobre o público diferenciado que é atingido. Soma-se aos camponeses, aos trabalhadores sem-terra e aos trabalhadores não qualificados uma gama de profissionais dotados de qualificação, que pertenceram à classe média, e que agora padecem da exclusão social ou lidam com perdas reais e significativas de suas rendas. Nas palavras de Sennett (2008, p. 152), os "[...] ameaçados parecem ser não apenas os não qualificados, mas também as classes médias e os profissionais liberais, colhidos no fluxo do mercado de mão-de-obra global".

Dejours (2001) reforça que a precariedade atinge os trabalhadores precários e aqueles que vivenciam e sofrem em seus próprios empregos/ocupações os processos de precarização, afetando não somente suas condutas e relações dentro da organização, mas também sua subjetividade – realidade que favorece a manifestação do sofrimento.

O referido autor assevera ainda que vivenciamos uma guerra entre nações, que não se dá por meios bélicos, mas econômicos. Todavia, a gravidade dessa guerra persiste até as suas consequências. Para a sobrevivência da nação e a garantia de sua liberdade, são exigidos sacrifícios tanto individuais quanto coletivos, em nome da razão econômica, a fim de assegurar a desenvoltura competitiva.

São empresas de distintos lugares que todos os dias duelam e muitas vezes são destruídas se não conseguem ludibriar ou destruir seus concorrentes. Os principais prejudicados são os indivíduos. Tanto os integrantes das empresas sujeitas às oscilações de mão-de-obra e árduas exigências de desempenho como os que foram expulsos destas. Aqueles

que não estão aptos a combater são demitidos, excluídos. Caso ofereçam atributos que atendam às requisições empresariais, estão autorizados a integrarem o regimento. Contudo, lhes serão cobrados desempenhos superiores aos seus para produzir. Isto é, devem estar disponíveis de maneira plena, disciplinados e capazes de abnegarem-se de seus projetos pessoais e coadunarem com os interesses da organização em detrimento dos seus.

Ao apresentar um quadro geral da situação do mercado de trabalho no Brasil, Agudelo (2000) ressalta a existência do baixo nível salarial, o desemprego aberto e oculto com ocupações precárias, o alto índice de trabalhadores com baixa qualificação, os trabalhadores por conta própria e inativos, a alta rotatividade de emprego e o crescente e elevado setor informal composto por trabalhadores sem carteira assinada e autônomos.

Para complementar tal quadro, as diferenças regionais existentes no território brasileiro fazem com que haja uma relocalização de empresas em busca de maiores vantagens competitivas. Em suma, como característica decisiva dessa realidade, temos a flexibilidade do mercado de trabalho. Tal conceito surgiu na década de 80 a partir de um diagnóstico sobre as dificuldades de crescimento das economias industrializadas e de um período de fracasso dos meios tradicionais de enfrentar o desemprego. Justifica-se a flexibilização como uma alternativa para superar as normas e as regulamentações que engessam esse mercado e para poder combater o desemprego. Em síntese, nas palavras do autor, poderíamos dizer isso da seguinte maneira:

> O conceito de flexibilidade utilizado aqui é mais restrito. A flexibilização do trabalho é entendida como qualquer mudança realizada nas regras legais que regem as relações laborais no país, com o intuito de modificar (reduzir) os custos do trabalho. (AGUDELO, 2000, p. 16).

Devido à internacionalização da economia, a empresa que lida com a concorrência em nível global vê-se diante da necessidade de adaptar-se às exigências da nova divisão internacional do trabalho. A reestruturação dos processos articulados ao trabalho decorrente das diferenças de produtividade e dos custos de produção envolvidos entre os países pode ser mais ou menos intensa conforme os países implicados nessa mundialização disponham seu mercado interno para o mundial.

Para exacerbar essa conjuntura, são utilizados não só os recursos disponíveis do avanço tecnológico na informática e nas telecomunicações como também as mudanças no próprio modelo de gestão empresarial. É gerada uma interdependência entre os mercados de fluxos internacionais, o que refletirá no nível de emprego e no salário real mediante o processo de concorrência global instaurado (AGUDELO, 2000).

É interessante notarmos o quanto, na atualidade, o sentido do trabalho e o modo como se encontra organizado mudaram drasticamente em relação ao passado recente. No momento em que tecemos outros significados relacionados ao termo flexibilidade e fazemos referência à expressão "capitalismo flexível", verificamos outros desdobramentos. Segundo Sennett (2008), esse termo é mais uma terminologia para designar as mudanças ocorridas na contemporaneidade e nas relações de trabalho, pois as atuais empresas diferem muito das tradicionais. Ao se basearem na flexibilidade, são combatidas as formas rígidas de burocracia e os males da rotina cega. Os trabalhadores são instigados a serem ágeis e abertos a mudanças em curto prazo de modo a tornarem-se dispostos a assumir riscos continuamente e a depender cada vez menos de leis e procedimentos formais.

A rapidez do moderno sistema de comunicação e dos recursos tecnológicos utilizados favoreceu a especialização flexível ao lançar dados do mercado global ao alcance imediato das empresas, onde quer que estas estejam localizadas. Perante isso, é possível visualizar e controlar de maneira meticulosa todas as células que integram uma grande empresa, uma vez que um número menor de administradores exerce o controle sobre um número maior de subordinados.

A carreira tradicional, na qual o indivíduo constituía uma trajetória ascendente dentro de uma ou duas instituições, está fenecendo; assim como a utilização de um único conjunto de qualificações no decorrer de sua vida profissional. As organizações piramidais de outrora dão vez para as organizações em redes elásticas, sendo estas mais abertas à contínua reinvenção. Sem a hierarquia, rígida é possível decompor ou redefinir com maior facilidade tais redes. Para isso, o trabalho em equipe é o enfoque atual. Seu funcionamento enfatiza a responsabilidade mútua. A ética do grupo[10] sobrepõe a do indivíduo e a gestão do tempo é mais flexível e voltada para as tarefas especializadas e de curto prazo. A figura de autoridade tradicional desaparece para dar vez aos denominados "facilitadores" e "líderes".

Estas são as principais características do novo regime baseado no sistema flexível. Embora haja conquistas e usufrutos para o trabalhador, em algumas brechas desse funcionamento o controle instaura-se nas metas de produção ou lucro a ser atingido. Para tanto, são exigidos esforços cada vez maiores nas unidades laborais – visto raramente existir uma sincronia entre as metas, a realidade de oferta e procura e as condições físicas/subjetivas

[10] Embora se defina como uma ética de grupo, esta não deixa de ser individualista, uma microética, pois impede de pensar e agir coletivamente diante das responsabilidades que visem à transformação do social, da ruptura das práticas excludentes, das consequências perversas do modo de funcionamento do capitalismo – ou seja, tudo o que está implícito na relação de competitividade estabelecida entre desiguais. Segundo Guareschi (1999), não existe espaço para o social dentro da ideologia liberal, uma vez que o ser humano é definido como um e não tem nada a ver com os outros por ser o único responsável pelo seu êxito ou pelo seu fracasso.

do trabalhador. Por conseguinte, tal liberdade é especiosa e bastante restrita. Posto isso, a estrutura institucional tornou-se mais complexa e não mais simples. Em meio às complexas ilhas de trabalho em relação de rede, há o continente de poder. Os processos alteritários e de solidariedade lançaram os indivíduos numa relação superficial e isolacionista. Isso porque é sobre o caráter pessoal que a flexibilidade tem causado grande impacto. Na ótica de Sennett (2008, p. 10), o caráter remete ao

> [...] valor ético que atribuímos aos nossos próprios desejos e às nossas relações com os outros. Caráter são os traços pessoais a que damos valor em nós mesmos, e pelos quais buscamos que os outros nos valorizem.

O mesmo autor afirma que muitos indivíduos já não sabem mais quais riscos serão compensados e nem quais caminhos escolher nesse contexto. Por mais que as relações flexíveis de trabalho concedam uma liberdade maior às pessoas para moldarem as suas vidas, verifica-se a imposição dissimulada de novos controles ao invés de simplesmente abolir ou (re)construir regras em relação ao funcionamento passado das tradicionais empresas. As empresas (sujeitas a desaparecer, fundir-se ou dividir) assim como os empregos (que ao mesmo tempo surgem e são eliminados) acabam por lançar os indivíduos numa situação incerta e insegura na luta pela sobrevivência. As relações de tempo, lugar e trabalho nesses moldes mergulham os indivíduos em outra condição que necessita ser compreendida:

> O que é singular na incerteza hoje é que ela existe sem qualquer desastre histórico iminente; ao contrário, está entremeada nas práticas cotidianas de um vigoroso capitalismo. A instabilidade pretende ser normal [...]. Talvez a corrosão de caracteres seja uma consequência inevitável. “Não há mais longo prazo” desorienta a ação a longo prazo, afrouxa os laços de confiança e compromisso e divorcia a vontade do comportamento. (SENNETT, 2008, p. 33).

Diante disso, questionamo-nos como os trabalhadores participantes do setor de construção e de produção de energia hidrelétrica vivenciam essa realidade. Uma vez que uma parcela expressiva dessa categoria atravessou o processo de privatização, trabalha como terceirizado, submeteu-se ao processo migratório recorrente e teve suas relações de trabalho reorganizadas nos parâmetros do modelo econômico neoliberal. São transformações que implicaram não apenas o remodelamento de sua atividade profissional, mas também de suas relações pessoais, subjetivas e afetivas.

2.3. A privatização

Feita a incursão sobre o mundo do trabalho, o programa neoliberal e os desdobramentos da globalização, fica mais fácil situarmos os processos de privatização. Visto que as práticas neoliberais tornaram-se mais evidentes no Brasil no final da década de 80 e a partir da década de 90 intensificou-se, este período ficou marcado pela privatização do setor público produtivo e dos serviços públicos. Optou-se pela priorização da estabilidade econômica em detrimento de outros setores, tais como o social, ao sujeitar a política nacional de desenvolvimento ao capital internacionalizado. Para Singer (2001), isso necessita ser revisto, pois a empresa capitalista globalizada é prisioneira de mercados financeiros (liderados por governos e grandes conglomerados detentores de capital) que temem não a estagnação e a marginalização, mas sim o pleno emprego e a inflação, que poderiam gerar transtornos à plena capitalização de seus lucros.

O referido autor aponta que o Brasil está incluso de forma evidente nesse sistema e refuta os meios escolhidos que em longo prazo trouxeram perdas dramáticas, principalmente na esfera social:

> Em termos concretos, o estado nacional está sendo impedido de implementar políticas desenvolvimentistas porque poderiam ser inflacionárias, o que é um argumento devastador dada a longa e trágica experiência do Brasil. Em duas eleições nacionais sucessivas (1989 e 1994), maiorias nítidas endossaram a privatização do setor público produtivo e dos serviços públicos, a priorização da estabilidade e a submissão do desenvolvimento à dinâmica do capital internacionalizado. (SINGER, 2001, p. 56).

Agudelo (2000) reforça essa concepção, ao afirmar que a recente onda de privatizações iniciadas no Brasil pelos grupos estrangeiros, mediante a utilização de recursos do governo ou de lucros gerados pelas filiais das multinacionais no Brasil, não significaram o aumento de investimento. O destino desses recursos nos países em desenvolvimento precisa ser revisto e problematizado, além de se questionar o impacto sobre o emprego, que, quando não é incerto, pode ser negativo. Isso indica que depende também da futura empresa o planejamento e a gestão desses recursos.

É o que Sennett (2008) evidencia, ao dizer que as propostas mais convincentes para enfrentar os problemas do novo capitalismo concentram-se nos lugares onde as empresas estão operando. Por mais que as organizações se apresentem como libertas das exigências do

lugar, a economia global está vinculada a uma empresa sediada em um território específico, não flutua num espaço cósmico. O local com as suas peculiaridades geográficas, políticas, sociais e culturais conta muito para determinadas decisões de investimentos dessas organizações. Portanto, é possível interferir e articular meios para confrontar a nova economia e contestar as decisões dessas empresas.

Ao nos voltarmos para o setor de produção de energia hidrelétrica, Sampaio, Ramos e Sampaio (2005) avaliam o curso histórico das usinas hidrelétricas, no Brasil, observando que a escassez de recursos atrelada a uma crise de abastecimento de energia, que se concretizou em 2000, levou o governo Fernando Henrique Cardoso a privatizar esse setor, incluindo as empresas de geração. Essa intenção está fundada na inclusão dos ativos federais da geração no Programa Nacional de Desestatização (PND):

> Com a privatização das empresas do setor elétrico, e a expectativa de um mercado competitivo para geração e distribuição, o enfoque da eficiência torna-se uma ótima estratégia, do ponto de vista empresarial, para reduzir custos e aumentar sua margem de lucro ou, alternativamente, repassar os ganhos com o aumento da eficiência para o preço de seus produtos, reduzindo-os e ampliando o seu número de consumidores. (SAMPAIO; RAMOS; SAMPAIO, 2005, p. 468).

Conforme Carvalho (2001), a lei 8.031 de abril de 1990 instituiu o Programa Nacional de Desestatização. Faz referência à política geral de modernização do setor público, pois se adotou a concepção que o Estado teria seu papel redefinido de forma a tornar-se enxuto, voltado para as áreas sociais e delegando ao setor privado a realização de investimentos. Ou, nas palavras de Pinto (2000, apud SANTOS 2008), o Estado deixa de ser o investidor e passa a ser o regulador. Com a venda das empresas estatais, esperou-se a redução do déficit público. Com a receita obtida, a redução da crescente dívida pública.

Os primeiros setores estratégicos da economia a serem atingidos pelas ações do processo de privatização foram o da siderurgia, da petroquímica e fertilizantes, início da década de 90. A partir de 1995, os próximos são o de telecomunicação e de energia elétrica. Esse processo foi facilitado com a criação do Conselho Nacional de Desestatização (CND), também no governo Fernando Henrique Cardoso, o qual acelerou a quebra de monopólio nos setores de infraestrutura dos Estados. Especificamente o setor elétrico do Brasil, que até então estava sob o controle estatal desde 1930, sofre medidas específicas para impulsionar o processo de desestatização. Entre elas, há a lei 8.631, de 1993, que possibilitou a existência do "produtor independente" de energia elétrica. Em 1995, foi promulgada a lei 8.987,

denominada Lei de Concessões, a qual viabilizou a livre escolha do fornecedor de energia elétrica – inicialmente por parte dos grandes consumidores (SANTOS, 2008).

Como pudemos ver, essa nova fase do capitalismo correspondeu de forma intensa e drástica aos ditames da globalização neoliberal. Foram implantadas políticas agressivas de transformação do modo produtivo e das relações com os trabalhadores dentro dessas empresas. A condição de trabalho de vários deles foi alterada de maneira proeminente, fazendo com que muitos dessem novos rumos às suas vidas. Grande parcela sofreu a demissão, em meio ao processo de privatização. Aqueles que conseguiram voltar a essas empresas, se houvesse essa possibilidade, retornavam em outra condição, menos favorecida e mais opressiva.

É importante ressaltar que não estamos lidando com fatos isolados que se restringem apenas à política interna adotada pelo governo brasileiro, mas de uma conjuntura mundial imposta e tida como condizente com a acumulação de lucros cada vez maiores. Porém, com custos que ultrapassaram a dimensão financeira e que recaíram sobre o social, político e subjetivo, com efeitos até hoje, e que necessitam ser compreendidos. Referimo-nos a uma conjuntura mundial de ajuste de custos que levaram empresas e governos a adotarem políticas que têm tornado escassas e debilitadas as conquistas sociais alcançadas no último século pela classe trabalhadora (CAPITÃO; HELOANI, 2003).

A busca incessante pela produtividade privilegiou o capital em detrimento do trabalhador, como visto até aqui. A produção vincula-se à captação de lucro e à ampliação do consumo, ou seja, uma realidade onde o modo de produção cria o seu produtor e o seu consumidor. Uma articulação estreita entre sujeito, trabalho, produto, consumo e lucro que remete aos desdobramentos das ações neoliberais.

> O trabalho como regulador social é fundamental para a subjetividade humana, e essa condição mantém a vida do sujeito; quando a produtividade exclui o sujeito podem ocorrer as seguintes situações: reatualização e disseminação das práticas agressivas nas relações entre os pares, gerando indiferença ao sofrimento do outro e naturalização dos desmandos administrativos; pouca disposição psíquica para enfrentar as humilhações; fragmentação dos laços afetivos; aumento do individualismo e instauração do pacto do silêncio coletivo; sensação de inutilidade, acompanhada de progressiva deterioração identitária; falta de prazer, demissão forçada; e sensação de esvaziamento. (CAPITÃO; HELOANI, 2003, p. 106).

Presenciamos, na atualidade, o que Capitão e Heloani (2003) discutem, em seu estudo sobre a forma de organização do trabalho, em nossa sociedade, e as suas repercussões sobre a subjetividade, quer dizer, as relações de produtividade que excluem o indivíduo. Dessa

condição depreendem-se comportamentos e sensações que têm alimentado a condição perversa que sustenta o mercado de trabalho e a própria condição de precarização do trabalhador.

CAPÍTULO 3

O PROCESSO MIGRATÓRIO E O TRABALHADOR-MIGRANTE

Pequena Central Hidrelétrica no Estado de Goiás (Arquivo pessoal)

3.1 Território, territorialidade e enraizamento: repercussões de sua construção e desconstrução na vida do homem

> *O território faz parte do sistema de referência do ser humano, pois é neste espaço que está e é enraizada a identidade, depositado os prazeres, vivenciado os temores e as inseguranças. São vividas relações significativas, desfrutadas e compartilhadas as memórias e as lembranças; em sua superfície está inscrita a história pessoal. (PAGÈS et al., 1987).*

A relação entre o homem e o território já está posta na definição etimológica desses termos. A aproximação dos significados conduz a uma estreita ligação dos conceitos.

Conforme Albagli (2004), território, do latim *territorium*, deriva da palavra terra e significa pedaço de terra apropriado por alguém. Por sua vez, a palavra homem, segundo Bosi (2000), é proveniente do latim *humus* e quer dizer chão fértil, cultivável, o que é da terra. Está estabelecida uma articulação de significados que sugere um vínculo em que ambos podem nutrir-se, de modo a exprimir uma potência de vida, de criação e afetividade – componentes da singularidade do ser humano.

Diante dessa constatação, podemos avançar e tecer, com o amparo de outros autores, diversas tramas de significados da intrincada relação entre homem, território, territorialidade e enraizamento – conceitos que se dinamizam e transitam entre os polos de pertença, perda e (re)construção, no contexto dos processos migratórios produzidos pela globalização, na atualidade, no mundo do trabalho e dos modos de subjetivação deles decorrentes.

Nessa perspectiva, é indispensável compreendermos alguns conceitos presentes na ciência geográfica e apresentados por Santos (2002), por Albagli (2004), em seu trabalho *Território e Territorialidade*, bem como recorrermos ao conceito de *enraizamento*, exposto e desenvolvido por Weil (1996, 2001) e Bosi (1997, 2000). Tais conceitos muito contribuirão no entendimento das relações da des-reterritorialização e suas repercussões, no processo migratório dos trabalhadores.

3.1.1. O território e a territorialidade

Albagli (2004) parte de uma perspectiva histórica, ao realizar uma reflexão sobre a atualidade dos conceitos de território e territorialidade, no processo de globalização e nas transformações técnico-produtivas. Esses conceitos possuem dimensões distintas, podendo assumir um caráter social, político, econômico e cultural. Sendo assim, território não se refere apenas à dimensão concreta e material, mas também a um campo de forças, de relações de poder e social que se projetam no espaço.

É importante notar a diferenciação entre os conceitos de espaço e território. O termo espaço representa um nível elevado de abstração, no qual se insere a perspectiva territorial. O território, por sua vez, é parte de um espaço apropriado pelo indivíduo. Este agirá, através das relações de poder, de modo a delimitar e definir seus contornos. Em decorrência disso, o território é um produto da intervenção e do trabalho do ser humano sobre um espaço específico: "Cada território é, portanto, moldado a partir da combinação de condições e forças internas e externas, devendo ser compreendido como parte de uma totalidade espacial" (ALBAGLI, 2004, p. 27).

Em conformidade com a sua formação sócio-espacial, o território pode assumir distintos significados de maneira a divergir em relação aos outros. Sua gênese, dinâmica e diferenciação admitem características específicas que são resultantes das variadas dimensões envolvidas em sua constituição e manutenção. Tais dimensões são: física, econômica, simbólica e sociopolítica.

A dimensão física engloba os elementos concretos, geológicos e seus recursos naturais característicos. A econômica diz respeito ao tipo de organização espacial dos processos sociais de produção, de consumo e comercialização. A sociopolítica refere-se às interações sociais e às relações de dominação e poder. E finalmente, a dimensão simbólica, aquela a que nos ateremos de forma mais aprofundada, está atrelada a "um conjunto específico de relações culturais e afetivas entre um grupo e lugares particulares, a uma apropriação simbólica de uma porção do espaço por um determinado grupo, um elemento constitutivo da identidade" (ALBAGLI, 2004, p. 27).

Podemos observar que o território, em sua dimensão simbólica, está repleto de significados afetivos para o indivíduo por estar vinculado à construção da história individual e coletiva. Ele é suporte e produto da formação da identidade, pois nele são suscitados os sentimentos de pertencimento, enraizamento e especificidade. Através de uma série de

representações sociais, imaginárias, simbólicas e míticas dos indivíduos, é possível projetar e materializar no espaço símbolos geográficos que serão tomados como referência e modelos comuns, os quais evocarão uma identidade territorial particular.

As representações e as práticas cotidianas aludem a uma sociabilidade e a uma formação identitária coletiva, a qual remeterá a um determinado território. Nele serão construídas as relações de amizades e aliados, bem como de inimigos e rivais. De acordo com Maffesoli (1984, apud ALBAGLI, 2004), a sociabilidade necessita de um solo para se enraizar – o que conduz os indivíduos a um passado, a uma memória coletiva, a uma identidade cultural como também a construção de um projeto futuro.

Por sua vez, o conceito de territorialidade, de modo recorrente, esteve vinculado aos preceitos jurídicos que aliam a base territorial dos Estados às leis, das regras e das normas aplicáveis aos habitantes e aos elementos constitutivos de um país. A partir do momento que tal conceito passa a ser incorporado pelas ciências humanas e sociais (Antropologia, Psicologia, Sociologia e Geografia), a condição humana passa igualmente a ser analisada na dimensão espacial. O conceito torna-se mais rico e complexo, referindo-se, assim,

> [...] às relações entre um indivíduo ou grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas – uma localidade, uma região ou um país – e expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico. No nível individual, territorialidade refere-se ao espaço pessoal imediato, que em muitos contextos culturais é considerado um espaço inviolável. Em nível coletivo, a territorialidade torna-se também um meio de regular as interações sociais e reforçar a identidade de grupo ou comunidade. (ALBAGLI, 2004, p. 28).

Nessa perspectiva, a territorialidade se relaciona a algo mais abstrato, peculiar, que faz com que um território seja diferenciado em relação aos outros e torne-se depositário de afeto. O que se vive no território é refletido nas dimensões cultural, política, econômica e social. Desse modo, a territorialidade não pode ser considerada sinonímia de raízes territoriais, uma vez que é possuidora de características dinâmicas e transportáveis – como o exemplo dos migrantes que podem se apropriar de novos territórios que não lhes são os de origem e constituir uma (nova) identidade territorial em novos espaços.

Como atributo humano, a territorialidade é moldada pelas normas sociais e valores culturais[11] que se distinguem de sociedade para sociedade, assim como de um período para outro devido à marca da interação entre os seres humanos mediado pelo espaço e pelo tempo.

[11] De acordo com Bosi (2000), não existe *uma* cultura brasileira que possa ser caracterizada como homogênea e matriz do discurso e comportamento de cada indivíduo, mas uma cultura *plural*, polimorfa, de "notável

Tal conceito também pode ser visto como uma forma de estender o controle sobre um determinado território de modo que este se diferencie dos demais, adquira características de exclusividade e sejam promovidos significados que efetivem a delimitação do espaço e legitime o poder territorial mediante identidades coletivas. Isto pode ser facilitador de uma coesão social (manutenção da sociabilidade e solidariedade) ou estimulante de hostilidades, discriminações e exclusões.

Para cada tipo de territorialidade, haverá um correspondente específico de temporalidade, a qual poderá coexistir e se expressar através das diferenças, das desigualdades e das relações e exercícios de poder: "a territorialidade pode ser definida como conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo" (BECKER, 1993, apud ALBAGLI, 2004, p. 30).

Por fim, na perspectiva de Andrade[12] (2002, p. 214), a territorialidade ganha uma complexidade maior ao se relacionar com as distintas instâncias que compõem o território, isto é, os processos políticos, sociais e subjetivos que estão em constante movimento dialético de construção e desconstrução, conforme ocorre a gestão desses territórios:

> A formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentimento da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre as mesmas [...]. Admitimos que a expressão territorialidade pode ser encarada tanto como o que se encontra no território e está sujeita à gestão do mesmo, como, ao mesmo tempo, ao processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar o território.

Após essas considerações, podemos avançar e pensar o conceito de *enraizamento,* a compreensão de sua construção e desconstrução na vida do homem e sua relação com o território e a territorialidade.

---

multiplicidade" e um "espetáculo de variedades", resultado de um processo de múltiplas interações e oposições no tempo e no espaço.

[12] Andrade (2002) afirma a necessidade de estudar o Estado, o governo e as suas políticas que interferem diretamente no processo de gestão do território. Isso se faz necessário principalmente no momento histórico que nos encontramos, quando assistimos ao achatamento dos poderes do Estado em favor do neoliberalismo e das grandes empresas. Estão sendo provocadas grandes transformações no território e na territorialidade, uma vez que há uma intensa disputa de mercados nessas instâncias.

3.1.2. O (des)enraizamento

> *Portanto, é preciso dizer como habitamos o nosso espaço vital de acordo com todas as dialéticas da vida, como nos enraizamos, dia a dia, num "canto do mundo". (BACHELARD, 1989).*

Ao resgatarmos o que a filósofa francesa Weil[13] (2001) já examinava com propriedade, em sua época, início do século XX, sobre o valor das raízes para o indivíduo e a sociedade, bem como as contribuições de Bosi (1987, 2000) – grande estudiosa de Weil –, verificaremos que esses elementos não perdem seu sentido se o trouxermos para os dias de hoje. Pelo contrário, apenas intensificam-se em seus significados com os efeitos da globalização e as condições e relações de trabalho vigentes.

É no espaço, na superfície territorial (relacionada a uma territorialidade específica) que será enraizada a identidade do indivíduo – um direito humano fundamental e que está sendo esquecido, conforme Weil (2001, p. 43): "o enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana". O enraizamento está atrelado à sua participação ativa e comprometida com seu meio afetivo e integra a sua história biográfica:

> Um ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. Participação natural, ou seja, ocasionada automaticamente pelo lugar, nascimento, profissão, meio. Cada ser humano precisa ter múltiplas raízes. Precisa receber a quase totalidade de sua vida moral, intelectual, espiritual, por intermédio dos meios dos quais faz parte naturalmente. (WEIL, 2001, p. 43).

Tal afirmativa não isenta a troca entre os outros espaços de convivência, não nega as suas diferentes influências, menos ainda significa isolar um meio social das influências externas, mas destaca a importância de se ter um determinado meio como referência, que aclame o sentimento de pertença para assegurar o desenvolvimento do indivíduo como um

[13] Simone Weil (1909-1943) sempre se mostrou profundamente interessada pela condição humana no mundo do trabalho. Foi militante dessa causa e chegou a abandonar a posição de cátedra, para tornar-se operária numa fábrica de automóveis, por um ano (1934-1935), a fim de experimentar no corpo e na subjetividade as condições árduas e opressivas de trabalho. O período em que viveu estava marcado pela intensa exploração do operariado francês, pela crise financeira, pelo desemprego e pela continuidade da instauração do processo modernizador, nos distintos segmentos da sociedade.

todo. De fato, o passado, para Weil (2001), é um tesouro herdado, assimilado e recriado por cada indivíduo, sendo uma das necessidades mais importantes da existência do homem.

A relação profunda estabelecida entre o homem e o espaço ultrapassa o universo material e remete à sua história, às suas lembranças e aspirações.

> [...] nessa comunhão dinâmica entre o homem e a casa, nessa rivalidade dinâmica entre a casa e o universo, estamos longe de qualquer referência às simples formas geométricas. A casa vivida não é uma caixa inerte. O espaço habitado transcende o espaço geométrico. (BACHELARD, 1989, p. 62).

A casa, o território e qualquer espaço habitado que se torne familiar confere significação e noção de estabilidade, integração e continuidade. Podemos verificar isso nas palavras de Bachelard (1989) e aferir que esses espaços são superfícies privilegiadas para lançar raízes e constituir um eixo de referência diante das imprevisibilidades da vida, das transformações contemporâneas e das novas relações com o tempo e o espaço advindas da globalização neoliberal.

> Nosso objetivo está claro agora: pretendemos mostrar que a casa é uma das maiores (forças) de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem. Nessa integração, o princípio da integração é o devaneio. O passado, o presente e o futuro dão à casa dinamismos diferentes, dinamismos que não raro interferem, às vezes se opondo, às vezes excitando-se mutuamente. Na vida do homem, a casa [...] multiplica seus conselhos de continuidade. Sem ela, o homem seria um ser disperso. Ela mantém o homem através das tempestades do céu e das tempestades da vida. É corpo e é alma. É o primeiro mundo do ser humano. (BACHELARD, 1989, p. 26).

Nessa perspectiva, Bosi (2000) acrescenta que os espaços estão intimamente ligados à memória, à história afetiva do indivíduo, principalmente em relação às primeiras referências constituídas na infância como a casa e tudo o que contém em seu interior.

> Tudo é tão penetrado de afetos, móveis, cantos, portas e desvãos que mudar é perder uma parte de si mesmo; é deixar para trás lembranças que precisam desse ambiente para reviver. Para a criança que ainda não se relacionou com o mundo mais amplo, a mudança pode ter um caráter de ruptura e abandono. Tudo o que ela investiu dos primeiros afetos vai ser deixado para trás, vai ser disperso e dividido. Só quando aquele primeiro lar já não existe é que o adulto compreende que ele se situava em um outro contexto maior que o do presente. (BOSI, 1987, p. 357).

Mais uma vez, Bachelard (1989, p. 25) pontua que as relações entre a casa e a narrativa da existência de cada ser humano e seus espaços habitados integram a memória e a

história individual. Ao migrar, o indivíduo deixa uma casa, mas pode também levá-la consigo em seu interior e construir/habitar outras: "Assim, a casa não vive somente no dia-a-dia, no curso de uma história, na narrativa de nossa história. Pelos sonhos, as diversas moradas de nossa vida se interpenetram e guardam os tesouros dos dias antigos".

Bosi (1987) ainda destaca que os contínuos deslocamentos que a vida moderna nos obriga podem impedir o enraizamento em um determinado espaço, em uma comunidade, ou seja, obstruem a promoção de uma reterritorialização[14]. O passado é desmantelado quando ocorre uma mobilidade extrema, rumo a um percurso errante e destituído do desejo. Nessas condições, a rede de significações, ao desarticular-se da história pessoal, possibilita a manifestação do sofrimento psíquico.

Mediante o conceito de *enraizamento*, verificamos o quão significativa é a relação do homem com o espaço. Uma construção individual e coletiva que favorece a formação do território e da territorialidade. Com base nisso, é importante atentar como o indivíduo vivencia a transição de um espaço para o outro, de um lugar familiar para um desconhecido. Quais condições e recursos são utilizados para essa mudança e se esta é voluntária ou não, pois nos referimos a um processo desencadeador de reações psíquicas, as quais estão atreladas ao processo, chamado por Weil (2001) de *desenraizamento*.

Para Weil (2001), a "doença do desenraizamento" não se refere de modo literal a uma patologia, mas expressa uma situação sofrente. Representa uma condição desagregadora dos sentidos do enraizamento. É principiada pela dominação econômica, política e interfere no predomínio desses elementos em detrimento de outros vínculos sociais:

> A conquista colonial causa desenraizamento e morte com a supressão brutal das tradições. A conquista militar, também. Mas a dominação econômica de uma região sobre outra no interior de um país causa a mesma doença. Age como conquista colonial e militar ao mesmo tempo, destruindo raízes, tornando os nativos estrangeiros em sua própria terra. (BOSI, 2000, p. 17).

Bosi (2000) alude aqui ao migrante que irá mergulhar no mundo operário, deixando suas tradições e sua história de vida obscurecidas por sua condição operária de forma a segregá-lo do restante da humanidade. Trata-se da produção em série, da automação e da racionalização que exigirão do indivíduo formas de adaptação desenraizadas. A cultura que lhe é imposta está desprovida de sentido por ser fragmentada, tecnicista e voltada para o efeito imediato.

[14] Tal conceito será apresentado de modo mais detalhado adiante, no tópico seguinte.

Nesse horizonte, o desenraizamento atinge igualmente a cultura. A fragmentação desta remete a um tipo de escravidão, de isolamento e de sofrimento. Isso porque a expansão do modo de produção capitalista se infiltra nos territórios e transforma seus recursos naturais e humanos em mercadorias. A tradição perde o seu lugar e as pessoas que não podem se atualizar numa economia de mercado internacional têm seus saberes despojados.

O capitalismo segue inexorável de sorte a consumir e desagregar os valores conquistados pela práxis da coletividade. Não é permitido o passado adentrar o presente e nem projetar sonhos para o futuro, o que culminará no esvaziamento de significação do trabalho humano.

Esse trabalhador sofre a depredação de seus sentidos, de suas lembranças e de suas memórias bem como de suas aspirações. Ou, de maneira sintética, nas palavras de Bosi (2000, p. 21): “Entre os mais fortes motivos desenraizadores está a separação entre a formação pessoal, biográfica mesmo, e a natureza da tarefa, entre a vida no trabalho e a vida familiar, de vizinhança e cidadania”.

3.2. O processo migratório e o processo de des-reterritorialização do trabalhador-migrante

Na atualidade, a mobilidade é algo bastante apreciado. Associada à velocidade, torna-se ainda mais difícil de ser acompanhada em suas novidades e obsolescências. Seja a movimentação de pessoas, idéias, informações, teorias, capital, mercadorias entre outros, tudo parece estar em constante movimento e transformação.

Não obstante, a história da humanidade também está marcada por indivíduos arraigados no território, em busca da estabilidade e da fixidez. Esta é a outra face da relação dos indivíduos com o território, com o coletivo e consigo mesmo. Visão esta que não pode ser desviada, pois tal relação pode assumir outro recurso a ser empregado e até mesmo ser um triunfo, principalmente em meio à realidade atual, onde o desenraizamento e a mobilidade rompantes parecem ser a única opção.

Ao focalizarmos o processo migratório, é importante apontar que o espaço habitual será desarranjado, perturbado e decomposto – o que se ligará aos processos subjetivos. O migrante estará mudando de cidade, terá que se adequar a esta em relação à moradia, ao meio de transporte, aos vínculos institucionais, sociais, profissionais etc.; podendo fazer isso só ou

com sua família e grupo de referência. De qualquer maneira, terá que se preparar para enfrentar uma terra estranha, independentemente do que o mobilizou para concretizar esse deslocamento.

Entra em cena a alteração do costumeiro ambiente de trabalho, do trajeto habitual, das paisagens e rostos familiares, dos pontos de referência, situação em que o indivíduo se submeterá a novas configurações físicas e subjetivas, de estáveis para instáveis, de desconhecidas para as inesperadas.

> Mudar. Sair do espaço conhecido para outro – terra estranha. Deixar parte da identidade na terra de origem porque o que se deixa é um território que faz parte do espaço vital, inscrito no imaginário com extensão do próprio corpo. Buscar a inscrição de outra representação na vida psíquica ocupada por representações conhecidas e amigas. Levar essas imagens para que, junto de outras, assentem-se às desconhecidas. (HASHIMOTO, 1995, p.30).

É um momento de ruptura, mas de constituição de novas referências, porém a forma como isso acontece, o tempo necessário e as estratégias utilizadas são diversos e necessitam ser refletidas.

Vainer (2005) enfatiza que os fenômenos migratórios contemporâneos possuem elementos diversos que até recentemente foram pouco revelados. São muitas as teorias migratórias e de distribuição de população que estão fundadas na noção de liberdade advinda do projeto da modernidade.

> Da mesma forma, o trabalhador é livre e responsável por si mesmo, constituindo-se enquanto indivíduo. Esta é uma grande novidade da modernidade: o trabalhador é livre e livre possuidor de si mesmo, indivíduo que vai decidir o seu destino. Aqui, temos o fundamento mesmo da liberdade como condição e princípio da mobilidade do trabalhador livre. Não seria exagero dizer que liberdade é um dos nomes, uma das dimensões da mobilidade. (VAINER, 2005, p. 260).

Ao remontarmos a Berman (2007), autor que delineou os aspectos físicos, sociais, políticos, culturais e psíquicos que caracterizaram o desenvolvimento do projeto da Modernidade, veremos dois elementos que atingiram grande expressividade: a transformação e a mobilidade. Ambas expressavam o sonho moderno.

O impulso de mudar de local estava impelido pelos aspectos econômicos e pelo período pós-guerra – época que o capitalismo assumia de modo proeminente sua capacidade de renovação e transformação, trazendo consigo promessas de progresso e desenvolvimento.

O imaginário moderno, no Terceiro Mundo, também foi alvo dessas políticas de desenvolvimento que marcaram esse período.

Essas transformações alteraram a relação afetiva que o homem estabeleceu com o espaço. Uma vez que este não é somente habitado, mas vivenciado em diversas instâncias e qualidades, pois sobre este são atribuídos valores a ponto de estabelecer o sentimento de fazer alguém se sentir em casa. Algumas dessas consequências começam a ser questionadas:

> Nós, que sabíamos tão bem como doía arrancar as raízes, atirávamo-nos contra um Estado e um sistema social que parecia estar arrancando, ou explodindo, as raízes do mundo inteiro [...] Individual e coletivamente, precisávamos nos perguntar quem éramos e o que queríamos ser, para onde corríamos e a que custo humano. (BERMAN, 2007, p. 386).

Essa ânsia por mudança tanto mergulhou muitas pessoas em busca de melhores condições de vida, sem poderem compreender o que de fato as mobilizava, e como isso as atingia, quanto alcançou pessoas que vivenciaram essa situação de maneira indireta. O que não as isentou de sofrerem as transformações vigentes que provocaram profundas alterações em seus modos de vida.

Nesse sentido, é importante notar o apontamento feito por Vainer (2005), ao afirmar que a distribuição do direito e a liberdade de circular são desiguais e não são para todos. Portanto, a compreensão da migração não pode estar desvinculada dos elementos sociais, políticos e econômicos, bem como de suas repercussões na subjetividade.

Isso nos chama a atenção para percebermos o processo migratório como uma ação em um espaço onde pode haver a imposição do exercício de poder e da violência. Tal violência não somente pode impelir a mobilidade ao expulsar e forçar deslocamentos, mas também imobilizar, quando bloqueia ou impede o deslocamento. Dessa forma, Vainer (2005) assinala que estamos perante uma crise da modernidade e de sua mitologia de liberdade e promessas. Deparamo-nos com uma realidade histórica em que as leis do mercado e as verdades absolutas da estrutura surgem de forma imponente. É nesse contexto que precisamos situar o migrante.

Outra importante contribuição sobre o processo migratório advém de Haesbaert (2005). Ele nos diz que a entidade abstrata denominada “migrante” é uma confluência de diversas condições sociais e identidades étnico-culturais. Sendo assim, para defini-lo como indivíduo desterritorializado, é necessário qualificar o tipo de processo migratório em que ele está inserido – visto este ser um processo altamente complexo e diferenciado, pois a própria

migração é acionada por distintos fatores e visa objetivos variados conforme o recorte temporal, espacial e social:

> O migrante, esta figura genérica definida sobretudo pela sua mobilidade, é na verdade um sujeito múltiplo, ou melhor, a migração é um processo multifacetado [...] é necessário sempre qualificar o migrante ou a migração de que estamos falando. Não há, assim, uma desterritorialização genérica ligada às migrações, pois, ao contrário do que pensam muitos autores, a simples mobilidade física não é suficiente para defini-la. Assim como a fixidez em um determinado espaço não é suficiente para (re)territorializar, o movimento não é suficiente para desterritorializar. (HAESBAERT, 2005, p. 43).

Haesbaert (2005) destaca a diferença entre as classes dominantes e as subalternas que experienciam, de modo divergente, a desterritorialização. Para os abastados, a mobilidade é vivida na perspectiva de uma multiterritorialidade segura, imersa na flexibilidade, nas experiências múltiplas de mobilidade, vinculada ao desejo e, muitas vezes considerada como uma opção. Já para os desprovidos, a desterritorialização localiza-se na perspectiva da insegurança, é compulsória (quando ainda é fornecida como opção) – pois é resultante da falta de alternativas da "flexibilidade", em meios às "experiências múltiplas" imprevisíveis em busca da sobrevivência cotidiana.

Embora foquemos a migração interna dos trabalhadores do setor de produção de energia hidrelétrica, o deslocamento que ocorre dentro do território brasileiro, não podemos perder de vista a diversidade cultural existente no interior do Brasil. Mesmo que haja uma mesma língua e costumes semelhantes por todo o território, nosso país possui formações culturais bastante distintas de uma região para outra, sendo estas distribuídas de forma heterogênea pela avantajada extensão territorial de 8,5 milhões de km².

> A vivência do "brasileiro" muda de região para região, seja devido à localização geográfica, condições climáticas ou econômicas. Cada uma destas regiões tem sua história, o que determina diferenças na linguagem, hábitos, valores, crenças ou tradições. (OLIVEIRA, 2005, p. 164).

Ao observarmos cada região do nosso país, sua história, sua diversidade natural, seus níveis de desenvolvimento, sua representatividade econômica e a sua expressão política, observamos a existência de traços culturais bastante específicos e divergentes que configuram as grandes regiões brasileiras em escala nacional e em menores proporções em escala regional (ANDRADE, 2002). Ademais, o Brasil em sua dimensão continental, está marcado pelas frentes pioneiras em grande dinamismo e pelo processo de expansão territorial. Ainda é um

dos poucos países a não ter o seu território plenamente construído e apropriado, o que denota os inúmeros projetos previstos e em execução na atualidade (SOUZA, 2002).

D'Incao (1995) frisa que a história da colonização brasileira está marcada pela expansão de suas fronteiras mediante a ocupação de empresas mercantis, o que traz diversas consequências até os dias atuais. Ao retomar a teoria da fronteira, constata, no Brasil, as práticas de ocupação que concebiam o local como vazio, irrelevante – demonstrativo do desrespeito pelas formas de vida já existentes nas distintas localidades. As ações de âmbito nacional atendiam prioritariamente às razões produtivistas, à economia de enclave e às atividades mercantis de exploração:

> Nenhuma delas tem objetivos e compromissos que vão além da atividade-objetivo e, assim, não só constroem na sociedade local, mas, também a destroem e desorganizam, sob o manto de ideologias do desenvolvimento nacional ou regional, de ocupação territorial, ou de enriquecimento nacional ou individual. (D'INCAO, 1995, p. 178).

Os problemas e impactos gerados nesses locais, áreas de enclave, são grandes e alcançam a dimensão urbana, econômica, social e até mesmo a estrutura psíquica. É o que nos aponta Vainer (2005), ao fazer referência aos denominados "projetos de desenvolvimento", que chegaram a expulsar anualmente dez milhões de pessoas de suas residências e terras.

O processo migratório não implica apenas a perda da paisagem geográfica e material, mas uma forma de vida. É para isso que precisamos atentar para a experiência da perda, os seus efeitos e os seus destinos na subjetividade.

Canali (2002) assinala que muitas empresas ainda não estão preparadas para apresentar medidas e ações mitigadoras ou compensadoras que atenuem a sensação de insegurança, da perda dos territórios e tudo o que neles continha – quem sofre diretamente é a população atingida pelo deslocamento compulsório e pelas políticas e ações dessa natureza. Os outros atingidos e envolvidos por esses processos, tais como os trabalhadores dessas grandes obras (do setor hidrelétrico), ainda estão sendo percebidos como indivíduos que também tiveram que refazer suas vidas pessoal e profissional. Trabalhadores que não deixam de ser reflexos de tal conjuntura e que igualmente enfrentam a experiência da perda.

Santos (2002, p. 15, 16) acresce: "É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social". Prossegue o referido autor: "O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo do espaço humano, espaço habitado" E ainda: "O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida". Diante dessas afirmativas, podemos avançar no entendimento desse contexto. Além de o conceito território evocar uma

revisão histórica constante para avaliar as transformações sofridas ao atravessar o tempo, seu entendimento torna-se relevante para lutar contra o risco de alienação, de perda do sentido da existência individual e coletiva além do perigo de renunciar o futuro.

Para facilitar essa leitura e finalizar este tópico, os conceitos de *des-reterritorialição* resgatam e reúnem os conceitos apresentados anteriormente de território e enraizamento. Consideramos, nesta análise, os desdobramentos dos fatos sociais nos níveis global e local. Isto é, as constantes (des)construções de territórios e territorialidades no cerne da contemporaneidade (reforçado pelo processo migratório) que culminará nos processos de des-reterritorialização.

A desterritorialização é concebida como o rompimento das condições estáveis, uma perda (momentânea ou não) do amparo de um território e de uma territorialidade constituídos pelo indivíduo em termos simbólico, concreto e material (político e econômico). Tal ruptura pode produzir efeitos de desamparo, abandono – situação advinda da expulsão de seu lugar de origem, da perda do território em si e muitas vezes da desconstituição de suas relações afetivas e sociais. Trata-se de uma perda que não se refere apenas ao local de origem, mas também às perdas simbólicas e de relação identitária com o local de vivência, de uma forma de vida conhecida e habitual.

Segundo Corrêa (2002, p. 252), a [...] "desterritorialidade é entendida como a perda do território apropriado e vivido em razão de diferentes processos derivados de contradições capazes de desfazerem o território".

Por sua vez, a reterritorialização, ou novas territorialidades, são os modos encontrados e/ou escolhidos, pelo grupo ou indivíduo, para reconstruir sua história, estabelecer novamente suas relações sociais, econômicas, políticas e afetivas no território (re)conquistado e apropriado, lançando sobre este sua história ou a refazendo.

> Novas territorialidades ou re-territorialidades, por sua vez, dizem respeito à criação de novos territórios, seja através da reconstrução parcial, *in situ*, de velhos territórios, seja por meio da recriação parcial, em outros lugares, de um território novo que contém, entretanto, parcela das características do velho território: neste caso os deslocamentos espaciais como as migrações, constituem a trajetória que possibilita o abandono dos velhos territórios para os novos. (CORRÊA, 2002, p. 252).

Portanto, quando ocorre a construção de novas usinas hidrelétricas, seus trabalhadores sofrem o processo de desterritorialização mediante o seu deslocamento para os locais das obras. Os efeitos dessa vivência poderão ser a produção de novas formas de vida e, consequentemente, a reterritorialização. Ou não.

Nesse sentido, entendemos que é importante conhecer como ocorre esse processo, bem como seus efeitos na vida desses trabalhadores. Isso se faz necessário uma vez que a ocorrência da desterritorialidade sem a promoção de uma nova territorialidade é sinônimo de exclusão do processo social, pois não foram criados ou encontrados meios significativos para a recomposição de um território perdido total ou parcialmente (CORRÊA, 2002).

Constatamos que existem muitos estudos sobre as consequências da implantação de usinas hidrelétricas, no que se refere aos seus impactos ambientais e sociais em uma dada região. Porém, há ainda questões sobre as quais é preciso ainda refletir, e outras, a elaborar, que estão relacionadas aos trabalhadores que constroem essas usinas e aos processos subjetivos imbricados nesse tipo de trabalho.

3.3. Algumas considerações sobre o desenraizamento e a desterritorialização principiados pela organização

Com o propósito de explorar um pouco mais as questões referentes ao processo de des-reterritorialização, optamos por tangenciar alguns aspectos que se referem ao trabalho, ou seja, a organização e suas repercussões sobre a vida do trabalhador. Consideramos relevante notar que a constante possibilidade de migrar é um dos meios da organização ocupar a vida privada do trabalhador, o que repercutirá diretamente em sua esfera particular.

Dejours (1996) afirma que o sofrimento no trabalho está articulado com os dados da história singular, pessoal e com referências à situação atual. Há o atravessamento da dimensão temporal que se desdobra além do espaço, pois tal sofrimento se relaciona com os processos vivenciados no ambiente organizacional mais os processos que irão se estender fora da organização, isto é, no espaço doméstico e na economia familiar do trabalhador, em suas relações sociais e afetivas estabelecidas fora do ambiente de trabalho.

Em meio às recorrentes mudanças exigidas pelo trabalho e para se manter empregado, alguns trabalhadores renunciam à vida familiar, outros a adaptam às exigências da empresa e assumem a responsabilidade de enfrentar os encargos de uma mudança que vai além do ato de encaixotar objetos e desmontar móveis. São remoções que acometem a escolaridade e sociabilidade dos filhos, a carreira do cônjuge, as atividades de lazer e festividades da família, seus cultos religiosos e sua própria vida social dentro e fora da empresa.

> A desterritorialização [...] é o conjunto dos mecanismos que consistem em separar o indivíduo de suas origens sociais e culturais em destituí-lo de sua história pessoal para reescrevê-la no código da organização, em desenraizá-lo de sua terra originária para melhor enraizá-lo [...] apagar suas referências originais para substituí-las por outras mais conformes aos interesses da empresa. [...] Trata-se, portanto, realmente de "deformar" o indivíduo em relação aos seus laços culturais e geográficos para criar uma personalidade nova que está impregnada do espírito e das normas da empresa. (PAGÈS et al., 1987, p. 119, 121).

Para Pagès et al. (1987), por detrás da constante mobilidade no ambiente organizacional e o deslocamento dos indivíduos por diversas filiais, estão dispostos mecanismos de poder que impedem uma organização coletiva dos trabalhadores de tal forma que estes não venham a intervir nos objetivos, nas finalidades e nas políticas da empresa. Assim, quando fragmentados e dispersos, induzidos à individualidade, sujeitados às constantes transferências, os trabalhadores estão impossibilitados de se apropriarem do poder. Eles já não podem mais se identificar com uma função ou um status determinado, pois as reincidentes mudanças evitam a cristalização dos interesses individuais e coletivos.

Por conseguinte, a mobilidade constante, à revelia, também acarreta o imaginário do quanto cada um pode ser intercambiável e substituível com facilidade, quantas vezes for necessário. A maneira como acontece a negociação e a participação dos envolvidos nesse processo de migração, o confronto do desejo individual com as exigências demandadas pela profissão podem contribuir para o recrudescimento da tensão, da angústia e do sofrimento. Diante disso, muitos trabalhadores vivenciam um ambiente de trabalho extenuante. Tal condição, se não encontrados outros meios mais exitosos, podem inserir os funcionários numa trajetória específica e os privar de um enraizamento, o que promove

> [...] um reforço do poder central que pode reinar sem partilha e proceder à valsa das mudanças de atribuição, a fim de manter seu domínio sobre este universo movediço. A dominação do espaço, dos lugares, pertence aos que têm o poder de organizar o tempo. (PAGÈS et al., 1987, p. 125).

A prática ideológica da constante mudança, o discurso da velocidade das transformações tecnológicas, econômicas, políticas, culturais, sociais e a exigência da versatilidade (uns dos inúmeros itens tidos como atributos indispensáveis do novo perfil profissional) ocultam os efeitos de poder que perpassam tais discursos. Quanto mais o trabalhador consegue se integrar, se adaptar perfeitamente ao sistema e eliminar superficialmente os conflitos oriundos da mobilidade dentro e fora da empresa, mais a

organização consegue exercer e conservar com excelência sua dominação e poder sobre cada um.

> De fato, os dispositivos de mudança deixam os indivíduos muito dependentes da empresa, visto que esta pode amoldar de maneira "arbitrária" sua trajetória profissional e, portanto, social. Além disso, todas as referências de que o indivíduo dispõe para se situar nas relações sociais são relativas à TLTX *(organização)*, na medida em que as mudanças que ele sofreu o cortam cada vez mais de suas referências anteriores à sua entrada na empresa. (PAGÈS et al., 1987, p. 122, 123 – parêntese nosso).

Teme-se não apenas o deslocamento espacial inesperado exigido pela empresa e que está distante de seu desejo e de seus projetos pessoais, mas a própria ameaça do desemprego. A taxa de mudança de emprego de outrora era muito mais baixa em relação às atuais. Fatores como a segurança no emprego, a estabilidade e o compromisso com a empresa mantinham as pessoas em seus lugares, diferentemente de hoje. A mobilidade ocupacional nas sociedades contemporâneas é, muitas vezes, ilegível e está articulada de forma complexa e dinâmica com uma série de elementos sociais, econômicos, políticos e psíquicos que precisam ser estudados (SENNETT, 2008).

Desse modo, estamos diante de um cenário onde o trabalhador está submetido a pressões e exigências constantes, constrangimentos e instabilidades de diversas ordens. E, como vimos, essa realidade adentra e fere a subjetividade humana, o que traz o sentimento de impotência e desvalorização. Nas palavras de Capitão e Heloani (2003, p. 103): "O desprezo assola o universo do trabalho e traz consequências drásticas para todos os que têm em seu trabalho sua única forma de sobrevivência".

Para enfrentar essa situação e condição de trabalho, são elaboradas estratégias defensivas para combater a doença mental e se manter, custosamente, numa situação frágil e de equilíbrio precário, na normalidade. Assim, o custo dessa luta resulta na vivência do sofrimento (DEJOURS, 1996, 1997). Caso o indivíduo encontre meios criativos e de resistência para lidar com esse cenário de mobilidade e insegurança, estes também necessitam ser conhecidos para que sejam compreendidas as suas estratégias, atividades criadoras e redes de cooperação.

CAPÍTULO 4

HISTÓRIAS DE VIDA MARCADAS PELA MOBILIDADE

Pequena Central Hidrelétrica no Estado de Santa Catarina (Arquivo pessoal)

Considerações de Aninha
Melhor do que a criatura,
fez o criador a criação.
A criatura é limitada.
O tempo, o espaço,
normas e costumes.
Erros e acertos.
A criação é ilimitada.
Excede o tempo e o meio.
Projeta-se no Cosmos.
(Cora Coralina)

Não pretendemos aqui resumir ou apenas descrever um quadro geral do que foi relatado nas entrevistas. Procuraremos pinçar alguns elementos sem, contudo, desviar o olhar para a riqueza dos discursos. Esperamos abordar os aspectos que, aos nossos olhos, cintilaram mais. Para aqueles obscuros, opacos, recorreremos às luzes da teoria, a fim de resgatar os elementos que necessitamos visualizar e poder pensar com mais clareza sobre nosso tema. Nessa conjunção, explicitaremos os conteúdos imersos nos discursos dos entrevistados.

Os modos de perceber, sentir e viver o território – contexto da territorialidade – variam conforme as experiências passadas, os projetos futuros e os desejos neles imbricados, no tempo presente. Portanto, em cada entrevista, percebemos distintos matizes constituintes da história de vida de cada um. Também verificamos a presença de elementos semelhantes, pertencentes ao cenário contemporâneo, tais como as atuais condições de trabalho, suas exigências e precarização. Por sua vez, as divergências remetem aos processos subjetivos, criativos e dinâmicos, à maneira como cada um elaborou estratégias e enfrentou/confrontou a experiência migratória e tudo o que ela suscitou.

Para iniciar, é preciso ressaltar uma diferença importante entre os participantes. Três são aposentados por empresas estatais do setor de produção de energia hidrelétrica, duas de Minas Gerais e uma de Brasília. Esses três entrevistados fazem (ou fizeram) parte de uma cooperativa de ex-funcionários de uma grande empresa estatal onde trabalharam, em Minas Gerais. O tipo de vínculo empregatício variou. Cléber, Benjamim, Ricardo são autônomos e prestam serviço como pessoa jurídica, enquanto Fabiano, Isaías, Mateus e Roberto são contratados conforme a CLT.

Apresentaremos em linhas gerais algumas informações concernentes aos participantes, de maneira a situar seus dados pessoais, sua atividade profissional e sua relação familiar. Cabe relembrar que todos os nomes utilizados são fictícios, assim como restringimos a

caracterização das empresas ao seu porte (pequena ou grande) e à natureza (estatal ou privada).

Roberto, de 39 anos, é casado e tem uma filha adolescente. Possui curso técnico em eletromecânica e cursa administração de empresas. Sua atual função é de técnico de produção de energia. Reside com a família em Santa Catarina e sua origem é do interior do Estado de São Paulo. Trabalhou em uma grande empresa estatal de produção de energia hidrelétrica, na qual vivenciou o processo de privatização e demissão. Hoje, atua em uma empresa privada, multinacional e de grande porte, no mesmo setor.

Isaías, com 45 anos, é casado e tem dois filhos. Possui curso superior incompleto, formação técnica em eletrônica e atua em produção de energia. É líder de manutenção. Mora no Estado de Santa Catarina com sua família, mas nasceu no interior paulista. Trabalhou numa grande estatal do Estado do Paraná, depois em outra estatal no Estado de São Paulo e, em ambas, atravessou o processo de privatização e demissão.

Benjamim tem 58 anos e quatro filhos. É divorciado e, atualmente, vive uma relação estável. É engenheiro elétrico e possui várias especializações. Durante a semana, reside em um hotel, cujas despesas são pagas pela empresa, em Goiás, e nos finais de semana vai para a cidade onde vive a sua família atual. Nasceu no interior de Minas Gerais. É aposentado por uma organização estatal e fundou uma empresa, para poder ser contratado como pessoa jurídica. Atua na construção de duas usinas hidrelétricas, no interior de Goiás. Sua função é a engenharia do proprietário[15], na área eletromecânica. Atua inicialmente na construção e depois no comissionamento[16].

Cléber, de 57 anos, é casado e tem três filhos. Possui curso técnico em elétrica e curso superior em engenharia elétrica. É gerente de implantação da hidrelétrica. Acompanha a construção da obra, montagem, engenharia e comissionamento, até a entrega para a operação. Trabalha no interior de Goiás, onde reside temporariamente. Sua família mora em Belo Horizonte. Aposentou-se numa empresa estatal de grande porte e há nove anos trabalha como pessoa jurídica, prestando serviços para uma grande empresa multinacional.

---

[15] Representante do proprietário. Fiscaliza a execução do projeto e é responsável pela medição e liberação do pagamento referente à parte executada.

[16] É uma das etapas referentes à construção de uma hidrelétrica, como parte integrante de um processo para realizar o *start up* dos sistemas, ou seja, um procedimento que deve ser adotado para colocar um sistema em operação inicial. Consiste na aplicação integrada de um conjunto de técnicas e procedimentos de engenharia, para verificar, inspecionar e testar cada componente físico do empreendimento, desde os individuais, como peças, instrumentos e equipamentos, passando pelos mais complexos, até a entrega da unidade ao cliente final. Portanto, são os procedimentos (cuidados, ensaios e manutenção antes do *start up*) que devem ser realizados para conservar o sistema em bom estado, após uma montagem, e antes que ele entre em operação.

Ricardo, com 51 anos, é divorciado, tem uma relação estável e três filhos. Possui curso superior incompleto e é formado em eletrotécnica. Aposentou-se igualmente em uma grande empresa estatal de Minas Gerais. Sua origem é do Estado de Minas Gerais. Trabalha como pessoa jurídica e acompanha a construção de hidrelétricas. Reside com a família no mesmo local em que trabalha, no interior de Goiás.

Fabiano, de 52 anos, é casado e tem um filho. É técnico em geologia. Atua na parte de engenharia de proprietário, na área de geotecnia. É originário do Rio Grande do Norte, onde atualmente reside a sua família. Atende a duas usinas em construção no interior do Estado de Goiás. Reside em um hotel, com despesas pagas pela empresa.

Mateus, de 26 anos, é casado e tem um filho de quatro meses. É graduado em engenharia civil. É originário de Fortaleza, onde está a sua família. Trabalha na construção de duas usinas, no Estado de Goiás, onde é gerente de produção. Em sua carreira, já vivenciou duas migrações.

Todos os entrevistados se submeteram a diversos deslocamentos de forma recorrente por demanda do trabalho, exceto Mateus, que há pouco tempo trabalha nesse setor e passou por um número menor de migrações. Mesmo para aqueles que tiveram um número menor de mudanças, seu trabalho sempre exigiu que realizassem viagens constantes e, geralmente, iam para casa somente nos finais de semana ou, na média, uma vez por mês. Ou seja, todos vivenciaram a mobilidade, mesmo que de maneiras distintas.

Como já destacamos anteriormente, empregamos, para compreender a realidade migratória e suas diferentes articulações entre os entrevistados, algumas categorias realçadas no material coletado, cujas análises expomos a seguir.

4.1. Como aconteceu o processo migratório: adaptação e relação com o novo trabalho e com a cidade

Percebemos que para todos os participantes, de modos distintos, a mudança está relacionada com a oportunidade de ascensão profissional, com a necessidade de se manter empregado e com a demanda da própria atividade laboral, que requer constantes deslocamentos. Nesse quadro, o incentivo financeiro funciona como uma importante alavanca para inseri-los no processo migratório, mediante a aquisição de benefícios e acréscimo na remuneração, em busca de melhores salários e de poder ampliar o patrimônio pessoal.

Mateus relata que o principal motivo impulsionador para sair de sua cidade de origem, onde estava fixo, e adentrar o processo migratório condicionado às exigências laborais, foi o interesse por melhores salários e a possibilidade de crescimento profissional. Deixou a empresa em que trabalhava e entrou em outra, na qual terá a necessidade de mudar constantemente, para desempenhar suas atividades profissionais.

> [...] É assim, eu estava trabalhando lá, em Fortaleza, na empresa T[17] e surgiu a proposta para mim de ir em outra empresa. Me ofereceram até mais. E conta um crescimento profissional bem maior. Aí eu aceitei. (Mateus).

Reitera que, além da possibilidade de deslocar-se de modo recorrente e, em alguns momentos, a escolha ficar a seu critério, o que o incita para tal é o ganho financeiro. A cada nova mudança, o seu salário recebe um reajuste, obtém um valor adicional e são usufruídos outros tipos de benefícios e incentivos.

> Aí você diz se quer ser transferido ou não. Existe uma oportunidade em outra obra, aí fica a critério da pessoa escolher. [...] São pagos dois tipos de adicionais. Adicional de região e adicional especial, que é adicional quando você mora com a família. Gira em torno de 35% do salário. Hoje te dão aluguel... tudo. Tudo pago pela empresa mais esse benefício no salário. [...] e se você mudar [...] tem reajuste no seu salário de uns 12%. Então, você já ganha vários benefícios nisso. (Mateus).

Fabiano também estava ciente das mudanças que teria que realizar, por demanda do próprio trabalho, desde que ingressou na área da geologia. Sua atividade, além de corresponder a requisições específicas, está igualmente sujeita às oportunidades e durabilidade dos novos contratos efetuados pela empresa da qual faz parte.

> Porque a minha área, a minha área é isso. [...] Eu sabia que teria que viajar muito. Que teria que mudar muito de lugar. E é preferível que eu mude sozinho, tá? [...]. Eu morei numa infinidade de cidades no Brasil. Porque a nossa área, que é a geologia, é uma área que envolve muito trabalho de pesquisa e... trabalho de pesquisa não é uma coisa fixa, não é como numa indústria. [...] Por isso você vai mudando sempre de cidade. [...] Mas só eu. Minha família, não. Sempre fica na mesma cidade. [...]. Mas, no momento, tenho mudado em função dos contratos novos que ela (empresa) vem pegando. Dos novos empreendimentos que ela faz parte. (Fabiano).

[17] Concessionária responsável pela gestão de resíduos sólidos urbanos de Fortaleza. Isso inclui os serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final do lixo domiciliar da cidade.

A sua vida e trajetória profissional estão dirigidas pelas oportunidades de trabalhos disponíveis em sua área. Trabalhou em várias empresas, em diferentes localidades até chegar à atual. Nesse percurso, Fabiano teve que lidar com o fechamento do mercado de trabalho para seu campo de atuação. Durante esse período, voltou para a sua cidade de origem, Natal. Para não ficar desempregado, atuou em setor diferente de sua formação, o comércio. Posteriormente, com a retomada do mercado de trabalho em sua área, outras oportunidades surgiram e ele voltou a se deslocar por diferentes regiões do Brasil, em busca de melhores condições.

> [...] eu estagiei numa empresa em Pernambuco do grupo W[18]. [...], na área de mineração, não era a área de geologia de engenharia. [...]. Fiquei, acho que, uns três anos. Aí fui, saí da empresa, fui para São Paulo e entrei numa empresa da área de geologia de engenharia. Aí, depois, dessa empresa [...], teve uma época que eu trabalhei uns oito, dez anos... E teve uma época difícil aí... quando o mercado se fechou nessa área. Aí eu saí dessa área e fui para área de sísmica. [...] Sísmica é o estudo para petróleo. Aí eu fiquei na minha região, lá no Rio Grande do Norte. Aí fiquei lá, nessa área. Depois, disso [...] o mercado deu uma fechada. Aí eu fui trabalhar por conta própria. Fazer outras coisas na área de comércio, esses negócios. Depois retomou o mercado e foi aí quando eu retomei, novamente, as atividades na minha área. [...] fui para... Tocantins e... [...] depois nós fomos para o Mato Grosso e depois eu vim para Goiás. (Fabiano).

Em seu atual emprego, os trabalhadores são notificados dos próximos empreendimentos e a localidade onde estes estão situados. Nesse processo, existe a possibilidade de o trabalhador-migrante escolher uma cidade melhor, próxima da obra, dirigir-se para ela e residir ali, enquanto o projeto durar. Quanto a isto, Fabiano afirma sentir-se respeitado por sua empresa e considera importante poder participar da decisão de onde irá morar, enquanto suas atividades naquele local persistirem. A empresa oferece hotel com as despesas pagas, carro individualizado e, periodicamente, arca com os valores das passagens para a sua cidade de origem.

> A gente escolhe uma cidade, uma das melhores cidades que estiver próximo do empreendimento, do local de trabalho. Por exemplo, como aqui. Nós temos as duas cidades lá próximo. Só que as duas cidades não têm condição de vida boa. Então, ela (a empresa) abriu mão da gente ficar lá, ofereceu essa cidade para nós. Ofereceu esse hotel para nós, tá? [...] Então, ela oferece para gente meio de transporte, para cada funcionário. [...] E ficamos aqui, durante um período, e passamos o outro (período) em casa. Viajamos todos os meses para casa. (Fabiano).

[18] Empresa brasileira com atuação em 16 países. Suas atividades concentram-se em operações de setores de base da economia que demandam capital intensivo e alta escala de produção.

Esses incentivos estimulam Fabiano a continuar trabalhando nesse campo. Observa-se também que as condições e oportunidades de trabalho disponíveis em seu local de procedência são escassas e diferentes, em comparação com as outras regiões do país.

> [...] Passagem de ida e volta, tudo pago. Então, essa é a negociação. Isso é o que também incentiva a gente a ter essa vida de lugar em lugar. De trabalhar em vários lugares. Porque as condições oferecidas são melhores do que se tivesse uma outra condição, lá na minha região, que não são boas e nem sempre têm. (Fabiano).

Benjamim, assim como todos os outros entrevistados, trabalhou em várias organizações. Mudou-se diversas vezes. Embora aposentado há quatro anos, continua atuando no mesmo contexto profissional. Ele menciona, a exemplo de Fabiano, a época em que os contratos ficaram escassos, período no qual ficou sujeito a demissão. Porém, antes de ser demitido, conseguiu ingressar em outra empresa, estatal, permanecendo nela até se aposentar. Durante esse tempo, fixou-se em Brasília por quinze anos. Posteriormente, como aposentado, voltou a migrar, conforme as oportunidades de trabalho surgiam.

> Aí chegou uma época que os contratos acabaram, começou a mandar todo mundo embora [...]. Aí tinha três meses que eu recebi um aviso prévio, mas prévio mesmo, porque se não aparecesse esse serviço eu ia ser demitido. Aí no terceiro mês que eu recebi o aviso prévio apareceu um serviço na empresa Z[19] [...] a empresa Z me convidou para trabalhar lá. [...] Aí trabalhei 15 anos lá e me aposentei em 2005. Tem cinco anos que eu tô trabalhando aí em tudo quanto é lugar. (Benjamim).

Por sua vez, Cléber começou a vivenciar o deslocamento, de modo mais intenso, no final da sua carreira. Divide-a em duas etapas, uma anterior à aposentadoria e outra posterior a esta. Considera a atividade migratória um marco divisório em sua atividade profissional, pois, no momento em que começou a prestar serviços para a empresa privada X,[20] passou a deslocar-se de maneira recorrente, por várias regiões do Brasil.

> Quando trabalhava na estatal Y[21], que é uma empresa estatal de energia elétrica, eu era sediado. Eu morava em Belo Horizonte, moro até hoje, né? E tinha viagens esporádicas [...]. Vamos dizer assim, duas vezes por mês eu fazia algum roteiro que envolvia obras. Então, eu ficava fora de casa, no máximo, dois ou quatro dias e, às vezes, no máximo uma semana. Então

[19] Empresa estatal atuante na área energética, em Brasília.
[20] Empresa multinacional de grande porte e representatividade, no setor de construção, manutenção e operação de energia hidrelétrica.
[21] Empresa estatal de grande porte e representatividade, no setor de produção de energia hidrelétrica do Estado de Minas Gerais.

> minha vida era normal. Até durante semana, às vezes, eu estava em casa. Isto foi durante um grande período. Depois, quando eu comecei a trabalhar em obras, aí eu já tinha que deslocar com a família. Isso foi mais no final da minha carreira, na estatal Y. Então eu estive em obra aqui em Araguari, fiquei dois anos fora de casa. Depois fiquei em outra obra, fiquei mais um ano. Depois me aposentei. Aí começou uma nova etapa, porque a partir da aposentadoria que eu comecei a prestar serviço para a empresa X e eu já trabalhei para tudo quanto é canto. (Cléber).

A migração, como frisado anteriormente, também remete ao aumento do poder de compra e à acumulação de capital e investimentos para distintos fins. Cléber e Benjamim, ambos aposentados e com uma condição financeira estável, utilizam desse contexto de trabalho como um recurso para tal.

> [...] Eu já tenho o meu sustento, tá? Então, eu não preciso trabalhar. Eu tô trabalhando para ajudar filho. Para ter um... algo mais. (Benjamim).

> [...] Porque eu sou aposentado. Eu tenho uma renda que dá para viver. Não com muita folga. Poderia estar em casa tranquilo, não é? Mas o que você quer? Você quer também adquirir mais um patrimônio [...] (Cléber).

É importante lembrar que a migração está impulsionada igualmente pela influência do mercado de trabalho e pelas políticas adotadas pelas instâncias governamentais. Além disso, é preciso atentar para a interferência da economia mundial, que tanto redesenhou as ações do governo, ao incentivar o processo de privatização a fim de corresponder ao programa neoliberal, quanto alterou as condições e relações de trabalho das empresas que até então eram estatais. Esse conjunto afetou a vida desses trabalhadores, de sorte a tornar a migração uma saída para se manterem empregados e enfrentarem as novas condições de trabalho. Roberto e Isaías são exemplos desse contexto e fazem menção a isso, em seus discursos.

Comprovamos, na fala de Roberto, que o deslocamento espacial tomou outro sentido, não correspondendo apenas à aquisição financeira, mas à sobrevivência e garantia de trabalho. Após um tempo desempregado, avista uma oportunidade em outra região do país, distante de suas raízes – e para lá se desloca, com a finalidade de se manter empregado. Primeiro vai para o Mato Grosso e depois, para Santa Catarina.

> Então, quando eu entrei na estatal era com o intuito de ficar um bom tempo na estatal. Mas... mas só que as coisas mudaram depois que privatizou. Se não fosse a privatização, talvez eu estaria aqui até hoje. Então, com a privatização quem comprou foi uma empresa americana e... então, o sistema deles é outro. Então, você se assusta com isso. Não foi só eu que me assustei. Todos. [...] Na época da estatal, quando privatizou, as pessoas ficaram

> assustadas e mudou completamente. Tudo. Então, não tinha como confiar. E ficou um ambiente muito pesado, né? Então, isso foi minando. Eu fui perdendo o interesse por trabalhar. Não em relação ao serviço. Em relação à conivência no ambiente de trabalho. [...] quando eu saí da [...] antiga estatal, eu fiquei um ano, um mês parado, eu ficava... fiquei perdido. Eu nunca trabalhei numa multinacional [...] você fica assim... sem chão, né? [...] esquece que tem uma carreira, tem um currículo bom, tem uma experiência boa. Então, eu mandei o currículo e foi rápido. (Roberto).

Percebemos que Roberto não somente vivenciou um momento de insegurança e sofrimento, durante o processo de privatização, com a adesão de uma nova política da empresa que se refletiu nas relações entre os trabalhadores, mas também sofreu a demissão. Esse cenário remete-nos à afirmação de Dejours (2001), sobre o fato de a precariedade atingir os trabalhadores que integram uma organização e não somente aqueles que dela foram expulsos e já estão em situação precária. As ações e relações no ambiente de trabalho em processo de precarização e fora dele são alteradas – o que propicia a vivência do sofrimento.

Os reflexos do processo de privatização adotado pelo país fizeram com que a história de Isaías e Roberto apresentassem algumas semelhanças, em seu percurso migratório. Eles trabalharam em empresas estatais de grande porte, no setor de energia hidrelétrica do Paraná e de São Paulo, respectivamente. Acompanharam a redução de custos, a diminuição do quadro efetivo, o desmembramento da organização, o remanejamento de funcionários e as demissões. Isaías experienciou o processo de privatização duas vezes, pois era integrante de uma estatal no Paraná e, depois, no Estado de São Paulo.

> O objetivo já era ficar num lugar mais tranquilo para ter uma família. [...] depois que me casei e a mulher teve um filho, eu vim pro Paraná. [...] na época deixei de lado um pouco a ascensão ali, procurei um lugar mais estável. E aí entrei numa estatal, no Paraná. Fiquei 13 anos. Também foi um período muito bom, só que depois, na época das privatizações, começou aquele negócio de... [...] redução de quadro, remanejamento e corta isso, corta aquilo. [...] E aí eu tive a oportunidade de transferir de novo para outra estatal, num local que eu era oriundo, né? Interior de São Paulo. Lá, depois... acho que dois anos, veio também o mesmo sistema de privatização. Começaram a desmembrar a empresa para preparar para privatizar, para vender parte dela. E aí o setor que eu estava trabalhando foi vendido. Passei para a iniciativa privada. Depois de... acho que mais três anos, ou quatro anos que eu tava ali, eu fui dispensado num corte que teve lá. Aí eu procurei novas oportunidades e o local que mais me atraiu foi Santa Catarina. Já faz quase cinco anos que estou aqui. Mas sempre correndo, não atrás de... deslumbrar tanto uma carreira, vim mais por tratar de uma família e ter uma atividade profissional que me realizasse. [...] (Isaías).

Roberto, por sua vez, trabalhou em várias empresas, em virtude do mesmo processo.

> Eu comecei a trabalhar na estatal, entrei em 95. Aí fiquei três anos [...] no Paraná. Aí depois, transferi para Palmital. [...] Fiquei mais cinco anos lá. Mas nesse período, privatizou. A empresa privada comprou. Aí por ocorrência também da relação pessoal. Tudo mudou, não estava me sentindo bem no serviço, aí teve uma incentivada. Aí eu saí fora. Fiz um acordo. Aí, nesse período, eu já tinha mandado currículo para outras empresas. Aí eu fiquei um mês parado. Fui para a empresa privada X [...] no Mato Grosso. Fiquei um ano lá, trabalhando também numa usina hidrelétrica. E depois de lá eu entrei na empresa privada Y[22], que é uma empresa multinacional também, e estou até hoje aqui. (Roberto).

Portanto, verifica-se que a força motriz que impeliu esses dois trabalhadores ao deslocamento foi constituída pelas novas relações trabalhistas advindas do processo de privatização, na história do Brasil. Os impactos provocados por essas reformulações não se restringiram à esfera econômica, porém influenciaram a história de vida de milhares de brasileiros, como as de Roberto e Isaías – embora nem todos tenham alcançado as mesmas oportunidades que esses entrevistados.

A esse propósito, Sennett (2008) afirma que as fusões hostis, as privatizações e os novos modelos de gestão causaram diversos impactos na vida dos trabalhadores e de suas famílias. Tais mudanças alteraram o próprio sentido de trabalho, uma vez que não há mais uma carreira única e estável, mas que acumula uma gama de experiências, empresas e tipos de ocupações, nas quais a imprevisibilidade e os planos de curto prazo imperam e transformam suas relações profissionais e pessoais. Roberto visualiza isso, de certa forma, ao contrastar sua experiência com a da geração anterior, a de seu pai, que também era trabalhador do setor energético – época em que o trabalho se organizava de modo diferente, e outra conjuntura sócio-econômica concedia estilos de vida mais estáveis e seguros.

> Quando a gente entra (em uma empresa estatal), é um ambiente que a gente conhece demais. Isso em relação aos nossos pais, porque meu pai é barrageiro. Meu pai era assim, aposentado na estatal. Então, você conviveu com seu pai dentro da estatal. Trabalhou na estatal, então, a gente vê a estatal como uma mãe. Então, não é bem assim. Só que as coisas mudam. (Roberto).

A partir daqui, verificaremos outros aspectos pertinentes a esse contexto, ou seja, as relações estabelecidas com a cidade e com o ambiente de trabalho. São territórios que variam em seus aspectos geográficos, climáticos e sociais. São outras localidades, com moradores distintos, que caracterizam um meio e uma cultura. Há ainda a diversidade de companheiros

[22] Empresa francesa, multinacional, de grande porte.

de profissão, conhecidos e desconhecidos, os quais integram diferentes empresas. Mediante esses elementos, poderemos visualizar um pouco mais como esses trabalhadores pensam a própria condição migratória.

Cabe lembrar que Mateus é o mais novo dos entrevistados. Sua vida migratória iniciou-se ao ser contratado por uma empresa responsável pela construção de hidrelétricas. Desde a sua admissão, mudou-se duas vezes. De todos os entrevistados, ele foi o único a acompanhar a atual obra, desde o início até o presente momento. Pôde ver a fase de desmatamento e de implantação, ocorrida no final de julho de 2007. Trata-se de algo não vivido pela maioria dos trabalhadores, pois participam pontualmente de partes das várias etapas da construção até a finalização do empreendimento hidrelétrico.

> Aí era para gente iniciar a obra, desde o zero, implantação, a gente começou a alugar casa para funcionário, começar desmatamento, tudo. Foi do zero mesmo. Então, eu o Alcebíades somos as pessoas mais velhas daqui, nessa obra. Fomos os primeiros. (Mateus).

Considera a sua primeira mudança como a de maior impacto, em virtude de sua saída da terra natal, na Região Nordeste, para o Centro-Oeste, em virtude das condições de moradia e das novas relações pessoais e sociais – todas desconhecidas.

> Inicialmente, a mudança de Fortaleza para Luziânia foi a mais impactante. Eu nunca tinha morado sozinho e fui para uma república de engenheiros. A coisa mais impactante foi do tipo, assim: “Ah! Você vai ter que conviver com mais pessoas, você não conhece ninguém, vai ter que dividir quarto”. Então, foi mais impactante. Eu vim morar sozinho, passar quatro meses, três meses sozinho, sem ninguém da família. A comunicação lá era precária, não tinha telefone na residência, era só por celular e o celular pegava só em Luziânia. Era 80 km da cidade. (Mateus).

A sua segunda migração foi mais positiva, visto que está associada a aventura e entusiasmo. Mateus teve a oportunidade de permanecer na região de Luziânia, Goiás, mas afirma que, se ficasse, estaria dispensando uma oportunidade de crescimento profissional mais rápida, além de um incentivo financeiro.

> [...] se você quisesse ficar lá, ficaria, mas aí você estaria fechando uma porta. Uma oportunidade mesmo [...]. Para você crescer mais rápido. Então, você ficar acomodado esperando... esperando alguma coisa ou vai se transferir para outra obra e crescer mais rápido? Então, eu preferi mesmo optar por crescer... seguir algo, numa empresa. (Mateus).

Nessa segunda migração, a equipe de trabalho já era conhecida, em sua maioria, pois parte dos colegas de trabalho vieram da obra anterior. Posteriormente foram contratados outros funcionários. Mateus entende que esse fato tornou a adaptação mais fácil, além de considerar o grupo unido, não havendo "*grandes danos*", como verbaliza.

Por sua vez, Fabiano, como apontado anteriormente, desde que ingressou na área de geologia mudou-se diversas vezes e morou em muitas cidades do Brasil. Seus deslocamentos estão vinculados aos novos contratos que a empresa assume. O tempo de permanência em cada cidade varia segundo a necessidade e o tamanho do projeto a ser concretizado. Suas mudanças estão atreladas à estabilidade, condições financeiras melhores e oportunidades mais satisfatórias aos seus familiares, que ficaram em sua cidade de origem.

> E essa condição só é dada se a gente puder sair para trabalhar, fora. Se ficar em casa, você vai ter outra condição financeira. Você talvez vai deixar... vai se privar de fazer muitas coisas [...] porque você não vai ter recurso para isso. E nessa forma de trabalho a gente tem recurso para isso. (Fabiano).

Sua adaptação ao trabalho e à cidade está ligada ao que chama de costume. Por Fabiano ter vivido várias migrações, mudar de cidade já se tornou um hábito. Ele acha que essa situação representa algo prático, simples. Porém, salienta que mudar constantemente dificulta a aproximação e a formação de vínculos com outras pessoas que não sejam os colegas de trabalho.

> E vai conhecendo novas pessoas, convivendo com pessoas, geralmente que estão ligadas ao trabalho. Porque na cidade, quando você chega, não tem muito como fazer amizade com as pessoas da cidade. Assim... de frequentar as casas [...]. Com as pessoas que trabalham com você, não. Aí fica mais fácil. Mas isso a gente acostuma. Você vai mudar de cidade é só botar... pegar, arrumar as coisas, pôr no carro. Se é uma cidade perto, é ir de carro até lá. Chegar. Já sabe qual hotel está reservado e pronto, acabou. Agora, se for cidade longe, lógico que não. Você arruma a mala, vai até o aeroporto, pega o avião e vai para lá. Aí acabou. [...] Hoje eu tô aqui, amanhã eu tô lá e... hum... sei lá onde. Lá! Em qualquer lugar. (Fabiano).

A fala de Fabiano faz-nos ponderar sobre essa condição, já que, embora os trabalhadores digam estar acostumados com essa realidade, isso não significa que se adaptaram, se integraram ao local e realizaram o processo de reterritorialização, a ponto de incorporar à sua historicidade, de modo significativo, essa nova conjuntura. A indiferença pode ser um meio para conviver com essa situação, mas inflige riscos ao próprio indivíduo, em que a sua existência e relações estariam suspensas provisoriamente em sua intensidade.

Por correlação, Isaías sublinha que o fato de conhecer várias cidades e pessoas visa somente a atender ao quesito profissional. Para ele, as recorrentes mudanças não alteram muito sua relação com a cidade, porque nem sempre o recurso material que possui corresponde ao usufruto das opções fornecidas pelas diferentes localidades por onde passou.

> Ah! O objetivo todo é trabalho. Não é nada de turismo nem... (risos). Mas... a gente se adapta. A vida é a mesma em todas as cidades. Tem que pagar o aluguel, fazer o mercado, estudar filho. Então, é uma rotina que vai ser igual na nossa cidade, na outra. Umas com dificuldades, outras com mais oportunidades, com mais opções. Mas, às vezes, as opções você não tem condição de manter, desfrutar dela, então, também não faz diferença. [...] Então, não adianta ter... Aqui, quase sem opções, mas tem uma qualidade de vida boa. É sem opção, assim... de luxo, de lazer e tal. Mas você tem amigos e tem família. São amizades sinceras, amizade... (Isaías).

Encontramos ainda outra explicação centrada na realização pessoal que esse tipo de trabalho pressupõe, devido à possibilidade de conhecer novos lugares e novas pessoas. Ricardo afirma que o contexto de seu trabalho o impeliu a aprender a conviver com distintas pessoas e lugares. Tais relacionamentos foram além do ambiente de trabalho e estenderam-se ao povo local. Atribui ao seu jeito de ser – uma pessoa que estabelece relações com facilidade e é bastante comunicativa – algo a seu favor e capaz de favorecer a vivência dessa profissão imersa na mobilidade.

> Sou muito integrado ao grupo de pessoas, né? Eu cultivo uma grande amizade onde eu estou. Não só no grupo de trabalho, mas na cidade que eu estou também. Então... com esse negócio de trabalhar viajando, convivendo com muita gente diferente. Eu consegui... aprendi a adaptar fácil, a conversar, fazer amizade de forma tal que quando eu saio do lugar eu deixo muita saudade. [...] Então, em todos os aspectos, eu nunca tive problema. Graças a Deus, eu tenho uma facilidade muito grande de adaptação. Sabe? Até porque, eu sou muito simples. Esse meu jeitão de falar. E isso ajuda muito. Todo mundo gosta de mim... seja do faxineiro ao chefão, entendeu? [...] Todo mundo sabe quem sou eu. Tem gente que fica ali, fica camuflado. Ninguém sabe quem é o cara. (Ricardo).

Dentre essas vivências, de maneira unânime, os entrevistados ainda consideram a migração como algo salutar. Uma oportunidade de adquirir novos conhecimentos, conhecer outros lugares, pessoas, costumes etc. Uma grande oportunidade para adquirir experiência profissional, crescer na carreira, ampliar a rede de contatos e se realizar.

> [...] acho que é um crescimento. Você cresce. Para mim foi uma coisa nova, porque eu conheci a obra do zero. Então, uma oportunidade de ver uma obra iniciando e terminando. Sou o único engenheiro de produção que tá vendo a obra desde o começo. Então, é uma oportunidade muito boa. Um

> crescimento muito bom. [...]. Mas, para pessoal, aí também foi bom. A gente conheceu algumas pessoas, ela (esposa) também e é uma nova cidade. Um estágio de vida boa. É tipo um turista, ela, né? Eu, não. (Mateus).
>
> O lado de adquirir conhecimentos, costumes, tradições, lugares assim e tal. (Fabiano).

É interessante observar que Cléber, Fabiano, Ricardo e outros entrevistados apontam que o ambiente de trabalho não só é o local privilegiado para fazer novas amizades, como é o espaço de reencontro, visto que muitos, como eles, são também trabalhadores itinerantes, envolvidos com a construção de novos projetos, e pertencentes a um setor restrito, com uma mão-de-obra correspondente. Logo, a possibilidade de se encontrarem futuramente aumenta. Sentem diante disso a responsabilidade de se esforçarem para manter boas relações.

> Aí você fica sabendo quem é todo mundo. Essa área tem muita gente conhecida. Onde a gente vai aparece gente conhecida. Isso é bom porque... Mas a gente tem que ter cuidado [...] é uma área que [...] não é tão aberta para uma quantidade gigantesca de pessoas preparadas para esses fins, para essa coisa. Como também tem muita gente que se conhece, tem que tomar cuidado para saber lidar com esse tipo de gente para evitar problemas aqui e depois, no futuro. Em outras obras. Porque depois vai encontrar com o cara lá, com a pessoa em outra obra. Se eu tiver um bom relacionamento com ele aqui, quando chegar o cara lá, vai dizer: "Pô! Você tá aqui, que legal, que bom!" E, se não, poderia ser o contrário. (Fabiano).

Entretanto, no discurso de Isaías, podemos verificar que, mesmo ele afirmando não ter tido problemas para se adaptar, não deixa de explicitar algumas dificuldades advindas desse momento, de sua chegada e da necessidade de se ajustar ao novo ambiente de trabalho, estabelecendo uma boa convivência com os colegas de profissão. Muitas vezes, isso pode ser um processo custoso e evocar resistências para enfrentar essa nova realidade: um novo espaço a dividir e a conquistar, em meio a desconhecidos.

> Eu, quanto a relacionamento, nunca tive problema nenhum de me relacionar com pessoas. A gente, depois de um tempo de convivência, vai separando o joio do trigo, vai levando [...] mas não assim... no primeiro contato... já causar aquele impacto e refugar e não quero aquilo por causa disso e por causa daquilo. Nunca voltei para trás. Sempre procurei... ou adaptar, conviver ali, sentir o jeito do ambiente e como se deve portar nesses ambientes e ir em frente. Mas, a minha postura eu nunca mudei também. [...] Tanto estatal quanto privada, nunca tive que mudar postura, mudar ética, mudar índole. Não é coisa que se muda. Então, nunca tive problema e... Também as pessoas, eu acho que se algumas não me aceitam, engolem. (Isaías).

A fala de Roberto corrobora essa ideia, quando deixa transparecer a insegurança ao adentrar um novo ambiente de trabalho e ao estabelecer novos laços de amizade. Momento de receio e preocupação. Observa-se que, mais uma vez, ocorre a verbalização do esforço que o trabalhador-migrante deve despender, para constituir, a partir dele, boas relações profissionais.

> Quando você entra em uma nova empresa, nova cidade, novo ambiente, você tenta ter uma boa convivência. Mas você... eu, em particular, não espero muito. Eu... quando entro em outra empresa, em outro ambiente, com vida nova, a gente faz o máximo para... [...] respeito com o próximo, né? [...] A minha preocupação maior, quando a gente muda de cidade, a gente se preocupa é com a família. Em relação ao serviço, com o tempo a gente vai tendo uma melhor afinidade com as pessoas, o ambiente. No começo é estranho, é difícil. [...] Até você conhecer as pessoas, você fica meio... como fala? Com um pé atrás. [...] A gente vai fazendo o serviço da gente e... [...], nós... eu acho que dá certo. (Roberto).

Ainda na fala de Roberto, podemos verificar que a mudança envolve custos financeiros elevados, os quais nem sempre são arcados pela empresa, mas devem ser assumidos pelo próprio trabalhador. Afora esse ônus, há as condições locais, tidas por todos os entrevistados como elementos decisivos na escolha de o indivíduo levar ou não os seus familiares para junto de si.

> [...] desde que eu casei, os outros lugares que eu trabalhei, sempre (a família) esteve comigo. Só no Mato Grosso que eu não levei porque era muito longe. De onde eu estava para onde eu fui era 2400 km. Então, não tinha jeito. Então, para mim, mudar... ir para o Mato Grosso e daqui dois meses levar (a família) e se ela não gostasse. [...] Ter que voltar tudo de novo a mudança, o custo fica muito alto. Tem que pensar muito em custo também e se as condições valem a pena. (Roberto).

Esse quadro, onde reinam a imprevisibilidade, a insegurança e o curto prazo, termo utilizado por Sennett (2008), ao referir-se às mudanças geridas pelo capitalismo flexível, corrói as relações de confiança, lealdade e compromisso mútuo. Embora haja relações formais que remetam ao contexto de trabalho, as experiências de confiança mais profundas parecem não encontrar um solo fértil para brotar. Enfatiza Sennett (2008, p. 24):

> Mas em geral as experiências mais profundas de confiança são mais informais, como quando as pessoas aprendem em quem podem confiar ou com quem podem contar ao receberem uma tarefa difícil ou impossível. Esses laços sociais levam tempo para surgir, enraizando-se devagar nas fendas e brechas das instituições.

Cada indivíduo estabelece uma relação específica com a atividade migratória, com o local onde está e de onde saiu. A maneira como cada um encara esse processo que irá reconfigurar suas relações é semelhante em alguns aspectos e, em outros, divergente.

Benjamim, por exemplo, constituiu um forte vínculo com seu lugar de origem, onde se enraizou profundamente. Em determinado momento de sua carreira, chegou a pedir demissão em seu trabalho, quando estava atuando na Região Norte, para voltar à sua terra. Optou por estar junto de sua família extensa, até então localizada a 3000 km de distância.

> Aí apareceu uma oportunidade lá em São Luís, Maranhão. [...] eu tinha 50 % de aumento mais 20% por ter cargo de chefia. Aí eu fui. Mas era tão longe da minha terra, que depois de dois anos a gente já estava querendo voltar [...] Aí eu peguei, vendi tudo o que eu tinha e [...] voltei para Ubá. Lá eu tinha casa e a minha esposa era de lá também. (Benjamim).

Seu discurso remete aos valores das raízes descritos por Weil (1996, 2001) e Bosi, E. (2000), quando aludem à importância de se poder preservar o patrimônio material e/ou imaterial para que o processo de des-reterritorialização aconteça sem efeitos negativos para esses indivíduos. Esse parece ter sido um momento em sua vida em que o desejo de retornar às origens não foi negligenciado, nem a recompensa financeira surgiu como algo suficiente para fazê-lo desistir de seu retorno.

Após essa volta, ao alimentar-se de suas raízes, Benjamim aparenta ter-se fortalecido e ressignificado sua história. Posteriormente, voltou a trabalhar em outros lugares também distantes, inclusive no norte do país. Não deixou de migrar por demanda do trabalho, porém o vínculo com o seu lugar de procedência continuou forte, conseguindo ficar distante sem romper com suas origens. Atualmente, seu lugar de referência é Brasília, onde constituiu sua segunda família e se aposentou em uma empresa estatal.

Esse contexto de trabalho, embora propicie a ampliação da rede de contatos, limita igualmente o amadurecimento dessa confiança informal, pois a rotatividade de empresas, pessoas e a curta permanência local podem ser empecilhos para o seu favorecimento.

Em consequência, surge nos discursos dos entrevistados uma reiteração do perfil profissional exigido na atualidade, tal como apontado nos capítulos anteriores. Ou seja, um trabalhador sempre aberto às mudanças e de fácil adaptação não só aos novos ambientes como às novas equipes de trabalho que, de forma constante e veloz, se refazem. Nas palavras do próprio entrevistado, não há espaço e ocasião para “um cara que crie problema”, não importando os custos materiais e imateriais disso. O desempenho com excelência em seu

emprego, e sua adaptabilidade a ele, às pressões e suas condições parecem ser as primeiras exigências a serem correspondidas por esse tipo de trabalhadores.

> Hoje é assim, você manda o currículo, mas é bom que tenha alguém lá que te conheça, porque aí fica fácil. [...] Hoje, não tem isso não. Eu preciso do cara capacitado, o cara que tenha um bom relacionamento com os colegas de trabalho, com o cliente e com o executor da obra. Com as pessoas que estão no processo. E não um cara que crie problema, que brigue, que é desleixado, que... Então, quem sabe disso são os colegas de trabalho com quem você trabalhou dez ou 20 anos. (Fabiano).

Sennett (2008) ressalta que o moderno trabalho em equipe faz a ética do grupo sobrepujar a individual, porque enfatiza mais a responsividade mútua que a confirmação pessoal. Isso pode beirar a uma superficialidade degradante que acomete os locais de trabalho. A superficialidade partilhada mantém as pessoas juntas, evitando as questões difíceis, decisivas e pessoais, porém tende a remeter a laços de conformismos de grupo. Essa espécie de agrupamento em que a cooperatividade é uma ficção reforça apenas a implacabilidade da empresa, em busca de lucros sempre maiores.

É significante apontar que a competitividade e as relações conflituosas persistem nesse tipo de trabalho, mesmo os entrevistados afirmando a necessidade de se adaptarem bem e esforçar-se para tal. São características que não ficam circunscritas à esfera econômica e social, mas atingem os indivíduos, em sua subjetividade, na busca pela sobrevivência profissional e de suas empresas, as quais precisam driblar diariamente os concorrentes para se inserir no grupo responsável pela construção desses projetos hidrelétricos. São parcerias e aliados que, de modo constante, são (re)(des)feitos, já que essas construções são dispendiosas e recebem vultosas quantias de investimento até a sua concretização e operação. Por mais que haja um grupo conhecido, sempre haverá outras empresas de diferentes portes que estarão envolvidas na consecução/execução do empreendimento e novas relações a serem defrontadas.

> O que acontece muito é o seguinte: a equipe que a gente trabalha há muitos anos é uma equipe meio que... volante. Então acaba que a gente vai com as pessoas que a gente já conhece da nossa empresa. Agora, a gente sempre encontra os parceiros. [...] E cada hora é uma. [...] E é muito complicado, essas parcerias. É muita "brigaiada". É muita puxada de tapete. [...] É vaidade. É gerentes... são gerentes vaidosos. Muita gente desonesta quer manipular o contrato, quer levar vantagem para o lado dele. [...] Falta de profissionalismo, mas aí é o mercado [...] é a concorrência e tudo. Então, cada obra [...] é uma história diferente, né? (Cléber).

Consoante a isso, avistamos que a chegada a um novo ambiente de trabalho provoca tensão e insegurança no trabalhador. Este se vê como alguém que necessita ajustar-se com rapidez e mostrar resultados e ações eficientes, pois os deslocamentos estão, geralmente, vinculados à ascensão profissional e/ou ao aumento de responsabilidade e exigências no trabalho. Todavia, articular o ganho financeiro com as questões familiares, a vida social, as novas condições de moradia e todas as inseguranças alavancadas por esse processo é algo difícil e, não raro, desestabilizador, irreconciliável e sem usufrutos efetivos, visto que não fica limitado apenas ao ambiente profissional, mas avança para todos os aspectos da vida do indivíduo e suas relações.

> Quando eu cheguei lá no trabalho eu fui promovido a supervisor. Então, o grupo não me conhecia. [...] Até eu conquistá-los, um a um, foi muito difícil. [...]. Porque o cara para trabalhar no grupo ele tem que vestir a camisa do grupo e falar o nível de linguagem do grupo. E saber interagir com os problemas que ocorrem ali. Seja na alegria, seja no sucesso do trabalho, seja na derrota do trabalho. [...] Então, com isso, foi difícil [...] essas mudanças desgastam muito. Elas causam muito problema. Para você implementar uma mudança na sua vida, você tem que estar muito bem preparado. E nem sempre você está [...] quando você vai ser promovido, você olha muito o lado financeiro da coisa e esquece que tem os prós e os contras. [...] Esquece o lado da família, o lado dos colegas, o lado social... [...] durante um longo período você não tem lado social, [...] seus filhos não têm coleguinhas para brincar. Até fazer amizade, ter os coleguinhas é muito demorado. [...] O lado de dinheiro tem que ser muito compensativo para poder... você aceitar uma mudança na sua vida. (Ricardo).

Ricardo ressalta os distintos aspectos envolvidos na transição de trabalho, moradia, relações sociais e familiares. O processo de desenraizamento não se limitou ao trabalhador, atingindo a sua família, pois o cenário conhecido e usual ficou para trás. Diante disso, ele tem que desbravar o desconhecido e se moldar a uma nova realidade – em princípio estranha e incerta.

> É... lá foi bem difícil. Muito difícil. Primeiro é a mudança. Eu morava numa casa minha. Casa totalmente feita do meu jeito. Depois fui morar num apartamento alugado. Um ambiente só de gente de longe. Acho que ninguém se conhecia naquele prédio. [...] uma série de coisas. Depois é... a mulher foi estudar longe para danar. Além de tudo, caro. Tinha que viajar quatro horas todo dia para estudar. Os meninos estudavam longe. (Ricardo).

O referido entrevistado consegue visualizar a necessidade de (re)construir seu ambiente de trabalho, seu lar, conciliar os estudos de seus filhos e da esposa com os recursos que a cidade oferecia. Embora a família tenha migrado junto, nem todas as necessidades

puderam ser satisfeitas e programadas, para se encaixarem nas suas novas condições de trabalho.

4.2. A participação da família nesse processo

O modo como as famílias desses trabalhadores se organiza, em relação ao processo migratório, varia. Há as que preferem se manter fixas e as que se deslocam. Percebemos que cada uma cria estratégias para se (re)situarem em relação à migração principiada pelo chefe de família, uma vez que todos os entrevistados ocupam essa posição e somente algumas companheiras participam no incremento dessa renda.

As configurações são diversas, não se conservaram da mesma forma para cada um e se transformaram ao longo do tempo. Vários deles puderam experimentar a mobilidade com a família, em um período, quando esta o acompanhava; em outro momento, havia a fixação desse núcleo familiar em uma cidade – quando quem migrava era somente o trabalhador.

No momento da entrevista, Cléber, Benjamim, Fabiano e Mateus mantinham um lugar de referência, cidade em que as suas respectivas famílias se estabeleceram, enquanto o trabalhador migrava – o último a fazer isso foi Mateus, que enviou recentemente a sua família para a cidade de origem, após o nascimento do primeiro filho. Para tais famílias, esse local referência, a morada principal, foi onde se investiu uma construção/reforma da casa, onde os filhos estudam, os cônjuges permanecem e alguns desempenham uma ocupação, onde estão os netos. Esses familiares usufruem do suporte financeiro, de novas aquisições e investimentos desse trabalhador-migrante.

Há também aqueles que optaram por vivenciar o deslocamento espacial com seus familiares, mesmo que, durante certo tempo, tenham residido em cidades diferentes. Quer dizer, decidiu-se ficar junto em um momento posterior, assim que esses chefes de família se sentissem seguros em seus empregos e soubessem que o lugar ofereceria uma estrutura melhor para seu cônjuge e filhos se estabelecerem. Ricardo, Roberto e Isaías são exemplos desse tipo de organização.

Em relação a isso, o que pode ser apontado, de modo geral, é que todos os entrevistados assumiram uma ação de proteção de seu núcleo familiar. Mostraram-se preocupados com seus filhos e companheiras, ante os enfrentamentos e desestabilização suscitados pela mobilidade. Sabe-se que muitos desses empreendimentos hidrelétricos

localizam-se em lugares distantes, sendo estes próximos de cidades com escassa estrutura de moradia, de escola, de transporte etc. – locais bastante distintos das cidades de origem e de tudo aquilo que lhes era familiar.

Verificamos que não há apenas um estranhamento para quem se desloca de uma cidade de grande porte para uma de pequeno. Existe ainda uma desestabilização a ser enfrentada, quando o deslocamento ocorre de uma cidade pequena para uma capital ou cidade de grande porte, o que gera transtornos e dificuldades para a adaptação desses trabalhadores e seus familiares. A forma de vida estabelecida, as estratégias encontradas e as ações habituais já não servirão da mesma maneira como orientação para esse novo lugar. Outras adaptações terão que ser arranjadas e construídas, para sobreviverem nessa cidade desconhecida e darem continuidade às suas atividades rotineiras.

A chegada suscita muitas tensões, visto que o desconhecido será confrontado, assim como o inesperado e o imprevisível, porque, em geral, não há algo familiar para se apoiar. Podemos observar, na fala de Mateus, a informação recebida de que a nova cidade estava marcada pela violência. Esse elemento foi decisivo para aumentar ainda mais seu temor e ficar em dúvida se sua esposa devia acompanhá-lo. Após saber que seu colega de trabalho optara por levar sua companheira, ganhou certa segurança e decidiu que ela viria com ele, pois esta não estaria sozinha e desamparada, conforme temia.

> Quando eu cheguei em Luziânia, eu tive a informação que era uma das cidades mais violentas do Brasil. Que era a décima mais violenta do Brasil. Então, eu não ia trazer uma pessoa da minha família para correr o risco. Então, lá (obra) é distante da cidade, uns 60 km. É bem mais tranquilo eu trabalhar sozinho [...]. Para ela (companheira) vir e ficar num apartamento [...] sozinha... Mas como tinha a vizinha, que era também a esposa de outro engenheiro [...] eu trouxe, baseando-se nisso. Mas se fosse para outro apartamento, longe de alguma pessoa conhecida, eu não traria. [...] Tinha que estudar bem para não fazer nenhuma burrada. (Mateus).

Todos reconhecem a dificuldade e as perdas de estar ou de ter estado separado da família, devido à distância do local de trabalho, das más condições de comunicação e estadia. Muitos, em especial Isaías e Fabiano, garantem que essa etapa deve ser percebida como uma circunstância e um "*mal necessário",* sendo preciso superá-la. É preciso haver, mesmo para aqueles já aposentados, um processo de adaptação em virtude da necessidade de trabalhar – seja para manter o emprego, seja para cumprir suas obrigações ou atribuições profissionais.

> Aspecto de ficar longe de casa. Porque não é muito agradável. A gente fica, mas agradável não é. Família é tudo, né? (Benjamim).

A atividade laboral, nessas condições, ainda que haja custos emocionais, é um meio para proporcionar melhores condições de vida para o núcleo familiar, como o estudo dos filhos.

> Ah! Acho normal, porque desde o início foi assim. [...] eu só vinha o final de semana. Então, vamos se adaptando a isso aí. [...] Só que era um mal necessário. Hoje eu falo isso porque a situação favorece. Os filhos já estão praticamente formados. Não tenho mais que ficar me desgastando, correndo atrás de coisas para guardar fortuna. [...] Era mais para garantir o futuro da família mesmo. Então, hoje, graças a Deus, já estão todos encaminhados. Não precisa mais ficar sacrificando tanto. (Isaías).

Mesmo havendo compreensão, o entrevistado referencia uma dificuldade a ser superada e enfrentada pelos dois lados.

> Ficar ausente? Ah! Acho que teve entendimento das duas partes porque eu... Ah! Foi ruim para mim, mas para eles também foi ruim. (Isaías).

Fabiano diz ter-se adaptado a essa situação e procura conformar-se com ela, assim como seus familiares. Aprendeu a conviver com a distância, de sorte que ela não gera tantos transtornos. No entanto, não deixa de apontar as dificuldades e, se pudesse, estaria próximo dos seus familiares. Embora essa situação persista há vários anos, a sua esposa ainda queixa-se, em alguns momentos, de estar só.

> Não, esse acordo é uma coisa bem antes de casar. Já sabia que a profissão era essa. [...] e é o melhor para família [...] em termos financeiros. Em termos de estabilidade etc. Porque nem sempre [...] é bom (o casamento) só porque você está perto. Você tem que estar perto quando pode oferecer condições financeiras ideais, pelo menos para que a sua família viva bem. [...] E uma vez por mês a gente se vê durante um certo período. [...] Aí vêm as férias, vem o final de ano e a gente acaba vivendo bem. [...] Muitas vezes a gente vê casais que ficam o tempo inteiro juntos e muitos não estão tão bem. [...] Pode até ser um mal, mas é um mal necessário. É bom. [...] mas é assim, não tem outra forma de ser. Se tivesse, eu acharia melhor. Bom... quando eu trabalhei do lado de casa, 60 km de casa, e eu ia todo dia para casa, eu achei muito bom. Mas, fazer o quê? (Fabiano).

Quanto à negociação, a maioria sublinha existir esse espaço para resolver como, quando e quem iria migrar. Todavia, quem conduz essa ação são esses trabalhadores chefes de família. Roberto, por exemplo, inseriu sua companheira nesse processo, mediante o diálogo, mesmo que a distância. Nesses termos, a cidade foi apresentada de forma verbal e gradativamente, para não causar tanta surpresa frente ao desconhecido. Preferiu ser o primeiro a conhecer as condições do novo lugar, bem como as possibilidades de exercer sua atividade

profissional. Enfim, procurou informar a companheira e, assim, facilitar o seu processo de inserção em um novo *habitat*. Também buscou conciliar o seu próprio trabalho com a perspectiva de a família ficar reunida em uma mesma cidade. Para tanto, tentou encontrar outros empregos, em localidades diferentes, de modo a corresponder com as expectativas da família quanto a locais com melhores recursos e diversidade.

> [...] primeiro eu verificava tudo. Aí depois ia buscar a mudança e ela vinha comigo. Todo lugar foi assim. Agora, quando eu estava no Mato Grosso, não. Eu já ia comunicando com ela como que era a cidade, né? [...] Mato Grosso, o serviço estava ótimo. Só que o local, onde estava a cidade, não era bom. E falava para ela. E ela concordava. E falava: "Oh! Aqui eu acho que você não vai gostar. Aqui é muito quente. Aqui não tem recurso". E ela ia pela palavra. [...] E eu falava para ela: não, então vamos fazer o seguinte, nesse meio que eu estou trabalhando eu vou procurando outro (emprego). [...] depois de um ano me chamaram, em outra empresa, que é essa que eu estou hoje. Me chamou para trabalhar lá. Então, deu certo. No Estado de Santa Catarina. Então, eu vim para cá. Gostei. Imaginei que também ela ia gostar. E gostou. Eu falei para ela como que é. A cidade. O tamanho da cidade. Os recursos, onde pode estudar. Então, ela também imaginava bom. Porque ela também é professora.Verifiquei onde ela ia poder dar aula. Então, ela já veio preparada. Mais ou menos ela já imaginou como seria. (Roberto).

Para alguns participantes, as famílias – notadamente as companheiras – compreendem a situação ou as exigências de seu trabalho e aceitam enfrentar as contingências da mudança.

> [...] nas duas oportunidades que nós tivemos, como os filhos eram pequenos, minha esposa sempre foi de... foi fácil de negociar com ela. Nunca teve assim... ela nunca teve muito apego, [...] nunca foi muito apegada com família. Então se deslocava sem problemas. (Cléber).

> Ah! Eles (família) adoravam! A mulher dava pulo na laje. Nunca queixou de nada não. Tava sempre pronta. Não tinha dificuldade não. (Benjamim).

> Ela (esposa) acha o máximo, porque ela viaja. Às vezes, quando ela vem para cá..., ela veio mais de uma vez. [...] meus pais também gostam, só que vêm passar férias, aí fica aquela baldeação em casa. (Mateus).

Contudo, cabe lembrar que, desses três entrevistados, nenhum deles está residindo com a esposa, no presente momento. Os dois primeiros, Cléber e Benjamim, mantiveram como referência a cidade de origem, escolhida e tida como boa para seus familiares residirem e usufruírem das opções oferecidas. Mateus, até há pouco tempo, morava com sua esposa em Goiás, porém, com a chegada do primeiro filho, ambos voltaram para Fortaleza, já que lá

estariam amparados pelos familiares até o momento de Mateus conhecer seu próximo local de trabalho e verificar as condições de vida do lugar. Sua insegurança quanto a isso é bastante perceptível e o entrevistado se vê como o único responsável pelo bem-estar (social e físico) de sua família. Ele sabe que há ofertas de diversos projetos hidrelétricos por todo o território brasileiro, mas ainda não está definido ao certo para onde irá e quando. Diante dessa situação, ele teme ir para um lugar muito diferente de sua cidade ou região. Afora os impactos sociais, como a rede de amizades a ser desfeita, num futuro próximo, ele receia que as condições da nova morada possam prejudicar a saúde e o crescimento de seu filho.

> [...] eu fiquei meio preocupado, porque... queira ou não queira, é impactante. Até a vida social dele (filho). Então, a gente tem que analisar todos os riscos [...] Nunca tive a experiência de ficar mudando. Então, eu tenho medo de fazer uma coisa que eu não agrade ele. Então, tudo para mim..., o que rege é ele. Porque eu e ela (companheira), a gente se adapta. [...] mas ele ainda é uma criança. Então eu fico mais preocupado com ele do que comigo e com a minha esposa [...]. Digamos assim... Se eu for para uma cidade mais fria, então, vai ter uma mudança climática e ele pode pegar alguns tipos de doenças que a gente não espera. [...] Eu não posso estar brincando com isso, não. Até porque saúde é em primeiro lugar. (Mateus).

Cléber decidiu ter uma cidade como referência, na qual a família estaria concentrada e fixa. Ele aponta duas situações, diante da mobilidade, que trazem consequências diferenciadas para o seu núcleo familiar. A primeira diz respeito às constantes mudanças, quando os filhos são pequenos. Estas causam intensa desestabilização, dificuldade de adaptação, e podem dispersar os membros da família. A segunda situação remete à sua ausência, quando ele saiu de casa para trabalhar, já aposentado, em locais distantes, com a família já formada e com os filhos crescidos, quando estes puderam se estabelecer em uma localidade, realizar seus estudos e constituir, por sua vez, suas famílias. Dessa forma, podem manter-se agregados e sofrer menos os efeitos dos deslocamentos, porque apenas Cléber migra.

Por conseguinte, quando ele trabalhava na estatal e necessitou se mudar, foi com seu núcleo familiar, uma vez que os filhos eram pequenos e achava importante acompanharem a transferência e permanecerem juntos – mesmo considerando a atividade migratória desgastante e sofrida. Após a aposentadoria, seu posicionamento em face do trabalho foi outro. Seus novos empregos exigiram deslocamentos constantes para locais mais distantes. Dessa maneira, optou por fixar seu núcleo familiar em Minas Gerais e apenas ele migrava. Acredita que manter sua família no seu local de origem evitaria que ela vivenciasse os transtornos provocados pela migração e preservaria suas referências afetivo-sociais. O

entrevistado salienta que essa decisão lhe trouxe custos emocionais, sente-se dissociado desse núcleo familiar, ainda mais depois da chegada dos netos.

> Porque a família... você também não vai ficar tempos e tempos fora com criança pequena em casa e tudo. A pessoa acaba mudando com a família. Só que essas mudanças são terríveis. Adapta, desadapta. Adapta, desadapta. Escola boa, escola ruim. E eu acho que é uma formação terrível para um adolescente, para uma criança. [...] Agora, é o que eu te falo, foram duas situações. [...] Porque eu entendo o seguinte: se eu entrasse, já naquela época, numa maré, de trabalhar de obra em obra, eu acho que a história seria outra. Tem experiências de pessoas da própria família que... [...] acabou ficando esparramada. [...] Então, acho que é uma tendência, de quem trabalha em obra, de espalhar a família. [...] Eu não fiz isso. Eu preferi preservar eles no meio deles. Nas escolas que eles sempre estudaram. E eu decidir fazer isso (migrar) sozinho. Foi quase que uma opção. [...] Então, de 2000 para cá (depois da aposentadoria), eu venho trabalhando em vários projetos e eu fico fora de casa. Quer dizer, quem muda sou eu. [...] E fico, em geral, um mês a dois sem ir em casa. [...] Minha esposa, como está agora aposentada, eventualmente [...] ela vem para cá, fica um tempo e... coisa desse tipo. Eu já tenho dois netos. [...] Então a minha mulher fica envolvida com os meninos, ajuda a olhar, leva na escola [...] Então, assim, na hora que eu achei que eu fosse poder me deslocar com ela, aí a gente se fixou mais uma vez por causa dos netos. Então vai continuar assim, por enquanto. [...] A família fica toda lá. E eu fico dissociado. (Cléber).

Para contrapor a essa distância, há a possibilidade de ir para casa com uma certa regularidade. Os três entrevistados, Cléber, Benjamim e Fabiano, vão esporadicamente para casa, mediante um sistema de folga mensal acordado com a empresa, através do qual podem permanecer em suas cidades quase uma semana. Fabiano e Benjamim usufruem das despesas pagas pela empresa.

> É melhor a gente prosseguir como tem sido feito, neste sistema de folga, que você vai para casa todos os meses. Quando a família vem fica com a gente aqui. Quando não dá, não vem. E assim a gente vai levando e vai conduzindo a vida e trabalhando. (Fabiano).

Benjamim volta mais vezes para casa, porque a atual obra se localiza mais próxima de Brasília, onde reside sua família.

> Agora a família mora em Brasília. Eu tenho uma folga de quatro dias por mês. Aí todo mês, todo dia 25, eu posso ficar quatro dias folgado lá com eles. [...] a empresa paga, né? [...] Me dá a passagem [...]. Mas, por minha conta eu posso ir todo fim de semana. Como é pertinho de Brasília todo fim de semana eu vou. (Benjamim).

Conforme a localização do empreendimento, a ida para casa pode ser facilitada ou não. No atual momento, Cléber está próximo de casa, pois dispõe de um aeroporto em uma cidade vizinha. Todavia, a situação pode variar e dificultar o acesso, seja pela distância, seja pelo custo financeiro.

> E quando eu vou embora, eu vou para o aeroporto de Uberlândia, estaciono. Vou lá, pego o avião, em uma hora eu estou em Belo Horizonte. Então você se sente um pouco mais perto de casa. É uma exceção. [...] Eu pego o carro aqui e em uma hora eu estou em Uberlândia. Uma hora eu estou em Belo Horizonte. Três horas eu estou em casa, se for o caso. Então, você fala: por que você não vai sempre? Não vou, porque é caro. Eu vou uma vez por mês. Às vezes eu espero 40 dias. Eu tenho uma folga a cada dois meses. (Cléber).

Cléber afirma que essa folga já é notificada, no momento do fechamento de contrato com a empresa. Por mais que se saiba o período de retornar para casa e haja uma flexibilidade, se houver necessidade, eles permanecem um período maior de tempo sem voltar, a fim de atender às demandas do trabalho. O afastamento traz consequências para a convivência familiar, uma vez que o entrevistado diz sentir-se um estranho, após tanto tempo sem voltar.

> Essa folga, normalmente, já vem no contrato. [...] No contrato já reza que a cada 60 dias eu tenho essa folga. Aí venceu o período, a gente avalia a situação da obra, vê como é que está e negocia. Funciona desse jeito. Tem época que você não consegue... Quando está rodando máquina, está fazendo um teste mais importante, eu fico. Eu já fiquei oitenta dias sem ir em casa. É uma coisa absurda. [...] Aí você chega em casa e se sente um estranho. (Cléber).

Percebe-se, assim, a interferência do processo migratório na organização familiar. Ricardo se vê em meio de um conflito. De um lado, há a ascensão profissional e o ganho financeiro, o que o impulsiona e motiva a aceitar as novas condições laborais como a exigência de mudança para uma nova cidade. E, de outro lado, a família, a necessidade de convencê-la a aceitar a mudança e as novas condições de vida.

> Eu tive muitos problemas, infelizmente. [...] na época que você vai fazer essas mudanças é muito difícil. Quando eu [...] estava em Montes Claros e vim para Belo Horizonte... Eu tive que negociar durante dois anos para poder conscientizar a esposa que era vantajoso, que ela podia crescer, que ela podia ter uma vida diferente. Que nosso filho podia ter uma faculdade melhor, de mais qualidade. [...] Mas, isso interfere muito. Até no relacionamento que... No interior, você tem tempo, trabalha perto de casa [...]. Convive mais, conversa mais. [...] Amizades boas, até de muita confiança. Capital é muito

> diferente. O pessoal muito atarefado, não conversa. Não tem muito tempo para gente. Acaba que você fica muito isolado. E o relacionamento do casal desgasta muito. Os meninos... você não tem muito tempo pros filhos. Tudo é novo, tudo é difícil. Teu tempo é curto. Aí você perde o controle dos meninos. Então, isso até causa problemas de saúde nas crianças. [...] Uma série de prejuízos que se você considerar não é uma coisa... sei lá! Se eu pudesse fazer muita coisa de novo, eu gostaria que o tempo voltasse atrás (risos), sabe? [...] Você olha só um benefício, o geral, o conjunto. Não é só um lado. O lado de dinheiro é muito bom. Nós precisamos ter recurso. Mas o lado de equilíbrio, de tranquilidade... sei lá... qualidade de vida, amizade, o lado social, o bem-estar do filhos, da família, o lado do casal, da união e tudo mais... isso é muito importante. Vale muito mais que o dinheiro. Dinheiro nenhum compara um momento de alegria, de felicidade. Eu acho que eu pequei muito nisso aí. Sinceramente, eu pequei. (Ricardo).

Embora ele tenha levado dois anos para persuadir a família de que seria importante essa nova realidade, na qual ele não seria o único beneficiado, o resultado global não ocorre como o esperado. O momento de adaptação e acomodação às novas condições não condiz com o tempo disponível para a aceitação e a adequação a essa nova conjuntura. Os desdobramentos futuros interferem de forma proeminente no modo como esse núcleo familiar se organizava até então e traz consequências que nem sempre podem ser superadas em curto prazo.

Como os caminhos encontrados para defrontar o processo migratório variam, podemos observar outro acordo estabelecido entre o trabalhador-migrante e seus familiares. Isaías preferiu se deslocar primeiro, analisar as condições disponíveis e informar seu núcleo familiar, para saber se este aceitava ou não as novas disposições do ambiente. Isaías morou 16 anos distante, voltava somente aos finais de semana, porque a sua família morava no interior do Estado de São Paulo e acreditava que não se adaptaria à vida agitada e diferenciada da capital, dando preferência à vida tranquila e sossegada de seu local de origem. Nos últimos cinco anos, ele foi trabalhar no interior do Estado e levou a sua família, após verificar as condições locais e sentir que o novo lugar poderia os acolher de maneira propícia e mais próxima do que estavam acostumados.

> [...] desde que eu construí família, eu procurei dar segurança para família. Nunca saí como louco catando família e levando para qualquer lugar que eu não conheço. Então, a regra básica é: primeiro ir, ver se vai se adaptar ao trabalho, ver se vai se adaptar a cidade, a região e depois levar a família. [...] De transtorno já basta a mudança. [...] Então, essa que era a regra. É ainda! Primeiro volta, vai eu e depois vai a família. (Isaías).

Roberto geralmente migra com a família. A única vez que esta não o acompanhou e residiram em cidades separadas, por um período maior de tempo, foi quando trabalhou no Mato Grosso, após ter sido demitido, em decorrência da privatização da empresa estatal em que trabalhava.

O novo lugar possuía um clima diferenciado, era distante e carente de recursos, por isso alega não ter levado consigo a sua mulher e a filha. É importante dizer que a disposição do recurso local aparece de forma recorrente, no discurso dos entrevistados, como um aspecto fundamental para definir a estadia e o estabelecimento, com seus familiares, em uma nova cidade, pois interfere decisivamente em sua qualidade de vida.

> Quando eu fui para o Mato Grosso, eu fiquei um ano. Eu deixei eles em Porecatu, não em Palmital. Então, eu ia a cada três meses para casa... Por que eu deixei eles? Porque eu estava muito longe. Então, primeiro eu queria conhecer. Ver se realmente ia dar certo. Porque você não pode pensar só no serviço. [...] não adianta você estar bem no serviço e a família não estar bem, não gostar do lugar. Lá não tinha muito recurso. Um lugar longe, quente. [...] eu fiquei um ano. Foi um teste. Só que nesse período eu percebi que não tinha condição de ficar lá, que era muito longe. [...] a cidade mais próxima [...] que teria condições melhores, seria 200 km de distância. (Roberto).

Nesse contexto, um diferencial é a visita dos familiares, tal como faziam os filhos e a esposa do primeiro casamento de Ricardo. Quando seu trabalho exigia que viajasse mais ou permanecesse fora de casa um período maior de tempo, ele os levava consigo, de acordo com as possibilidades do local e da disponibilidade dos filhos e da companheira. Afirma que aqueles momentos, em companhia da família, foram importantes e gratificantes. Diferentemente acontecia, com a ausência deles: em suas palavras, restava-lhe "*conviver*".

> Ficava (família) em Montes Claros e eu viajando! Só via fim de semana (risos). Eu lembro, na época, quando eu tinha que ir [...] e os meninos estavam de férias. Eu levava, ficavam no hotel comigo lá, dois ou três dias. A esposa ia, ficava uma semana lá comigo. Depois ia embora. Era assim, você tinha que conviver (risos) [...] Assim, quando iam me visitar, era muito bom. Uma coisa muito alegre. Era gratificante demais. Porque você tá lá, trabalhando... a esposa, as crianças vêm te ver. Melhorava pra caramba o astral! (Ricardo).

Cada indivíduo cria meios para enfrentar esses momentos de instabilidade. Uma estratégia elaborada por Benjamim, ao fazer as mudanças com a sua família (no primeiro casamento), era realizá-las no início ou no final do ano, para não atrapalhar o ano escolar de seus filhos. Ele pondera também que o deslocamento representaria uma possibilidade de

estender os laços de amizade e criar outros – e não somente uma condição que causava prejuízos na convivência.

> [...] sempre procurava mudar a família no meio do ano ou no fim do ano para não perder... nunca perderam ano letivo. E criança também gosta de mudança. Têm uns que perdem amizade, mas chegam lá arranjam um monte. Criança tem facilidade. Meus filhos tinham (facilidade) de fazer amizade. (Benjamim).

Como vimos até aqui, por mais que a família acompanhe o trabalhador-migrante ou permaneça preservada, em seu local de origem e referência, cada nova localidade por onde ele passa produzirá um desdobramento distinto sobre o seu núcleo familiar, porque há que se adaptar a uma nova cidade e às suas especificidades. Ele irá dispor de outras condições de estadia, de recursos, de características climáticas, sociais e culturais, somadas às transformações do próprio ambiente de trabalho, devido à rotatividade de pessoas e lugares. Todos esses elementos irão reconfigurar as relações e organizações desse núcleo familiar, o qual pode ficar quilômetros mais distante ou próximo, conforme a localização da nova obra.

4.3. A criação de novos vínculos e/ou a manutenção dos anteriores e posteriores

O avanço das telecomunicações e da tecnologia trouxe facilidades de que outrora os indivíduos não dispunham. Isso proveu o contato e aproximou distâncias. A rede de relações estabelecidas entre os variados locais que esses migrantes atravessaram permanece, porém, com finalidades específicas, em sua maioria de caráter profissional. Poucos foram os que mantiveram um contato mais próximo e afetivo, que não esteja restrito ao âmbito do trabalho. Todavia, esse vínculo conservado facilita não só a manutenção do próprio emprego como também o engajamento em outro, se necessário.

> [...] Não tem aquele presencial, mas tem os contatos que a gente tem que manter (com ex-colegas) [...] porque o mundo dá volta [...]. Não tem como dizer assim: você não tem presença. “Ah! Vamos sair para tomar uma”, ou então, “Vamos num jantar, sair”. Não tem. Mas a gente pode manter contato por telefone, *skype*, *e-mail*. (Mateus).

Além da facilidade de comunicação com quem ficou distante e a circulação de informações a respeito de ofertas de trabalho, há também a facilitação da própria execução do

serviço, em que os recursos tecnológicos podem conferir qualidade e possibilitar a troca entre colegas de distintas localidades.

> E hoje é muito mais fácil que... Não precisa mais ficar fazendo cartinhas (risos)... nem ligar tanto. Apesar de ser mais fácil telefonar hoje, mas a gente... [...] faz tudo por *e-mail* [...] A gente vê as coisas em tempo real. O cara faz foto das coisas, do que está acontecendo, já manda. Você já analisa o que é para chegar lá na obra para ver *in situ* aquilo ali. [...] Então, a gente tem um leque de contatos bem grande nessa área [...]. E sempre que há uma necessidade do mercado, que eles estão precisando de alguém da área, eles ligam: "Fulano, como é que você está? Você está trabalhando?" Eu estou. "Quer vir trabalhar aqui com a gente?" [...]. Fico sabendo o que está acontecendo ali na outra obra do colega, se está boa, se deu problema. O que foi o problema. Às vezes até discute, confere uma solução mais viável para isso. (Fabiano).

Por outro lado, Roberto menciona que, mesmo havendo o recurso tecnológico para se comunicar, não há como evitar a perda das relações tecidas por onde passou.

> [...] no começo, a gente tem um pouco de contato. Depois, vai sumindo. Hoje, não tenho mais. Se eu tiver um ou dois contatos, é muito. Então, na verdade, a gente tem uma lembrança. E por a gente morar longe [...], de Santa Catarina. Para (ir para) São Paulo é muito longe. Então, você vai a cada dois meses e duas vezes por ano para São Paulo. Não tem como você ficar indo todo mês. Então, você vai perdendo contato. E quando você vai para lá, você vai visitar a família. Não vai ver a pessoa que você já trabalhou. É muito difícil. (Roberto).

A dificuldade para manter contato advém não só da mudança de Estado e região como também de empresa. Isaías afirma serem estes os principais empecilhos para conservar uma relação mais duradoura.

> Olha, eu perdi muito contato mudando assim de Estado. [...] Se fosse [...] numa mesma região... [...] Mas eu, o meu caso, foi mais radical. De um Estado eu fui para outro. De um outro eu fui para outro. Então, eu perdi bastante contato [...]. Os contatos que a gente manteve continuam iguais. Não teve alteração. (Isaías).

O tipo de comunicação que persiste em meio à mobilidade reincidente, como já frisado, remete aos aspectos profissionais, mas se adicionam a isso as estratégias de sobrevivência e cooperação estabelecidas entre esses trabalhadores. Assim, eles enfrentam o competitivo mercado de trabalho de forma mais solidária, pois sabem que a qualquer momento podem sofrer um processo de demissão ou sair de uma empresa, em busca de

melhores condições e salários. Nessa lógica, a experiência migratória pode ser uma aliada e auxiliar esses indivíduos a viver essa realidade e a superar dificuldades advindas desse cenário instável. A convivência do trabalhador com um número expressivo de pessoas com quem teve a oportunidade de trabalhar amplia as suas redes de contatos e também se torna um recurso, quando necessário. Essa situação lhe confere certo respaldo e até alimenta seu desejo de ascender profissionalmente.

Algo a ser apontado como relevante, nesse contexto, é a cooperativa formada por trabalhadores aposentados que atuaram e continuam a atuar no ramo de hidrelétricas. Ela constituiu-se uma rede de ajuda mútua, na qual se efetivou uma parceria que tem dado certo há anos e angariado clientes e bons resultados, no mercado de energia hidrelétrica. O diferencial desse grupo está no fato de ser composto por pessoas que passaram um longo período trabalhando em uma empresa estatal Y. Cléber trabalhou com integrantes dessa cooperativa e essa familiaridade lhe assegura uma coexistência em equipe mais tranquila e coesa.

> Agora, com relação ao ambiente de trabalho, essa equipe que a gente convive aí, já há alguns anos [...] é uma coisa boa. É uma convivência muito madura, são pessoas mais velhas. A maioria é aposentada [...] nós montamos uma empresa na época, uma cooperativa. Tudo isso (com o) pessoal que a gente conhecia há 20 anos. [...] Um grupo de umas 20 pessoas mais ou menos. Um grupo forte. Sempre tem problema, mas é um relacionamento muito maduro. Eu acho que é por causa da idade. Por causa do berço que a gente vem... mesma empresa, estatal [...]. Ela, no plano de aposentadoria, quando chegou 1995, aposentou 4000 pessoas. Então a nossa geração são muitos. Seja técnico, seja mecânico, seja engenheiro, seja advogado, administrador e tal. A maior parte desse pessoal se juntou e trabalha junto até hoje. [...] (Cléber).

Ricardo, Cléber e Benjamim fizeram parte desse grupo. Atualmente, vivem como autônomos, mas mantêm contato com essa cooperativa. Todos os três já foram integrantes do quadro de funcionários da estatal Y. Mesmo que o vínculo empregatício deles não esteja, no momento, ligado a essa cooperativa, todos já desenvolveram trabalhos vinculados a ela, quer mediante a sua indicação direta, quer por intermédio de informação de novas possibilidades de trabalho.

Além disso, há também o reencontro por parte desses cooperados ou ex-cooperados em outras obras, em outras prestações de serviços. Nesses locais, eles podem formar novas equipes. Porém, o diferencial está nos integrantes desses grupos, pois eles já se conhecem e tiveram oportunidade de construir um vínculo e adquirir uma relação de parceria e confiança,

em outros trabalhos anteriores É importante lembrar que, nesse campo, existe uma alta rotatividade de pessoas, empregos e locais de trabalho; na maioria das vezes, as pessoas não se conhecem umas às outras.

E, para finalizar este tópico, ao abordarmos o tema aposentadoria, é relevante considerar que, no setor energético, a qualificação da mão-de-obra e a idade mais elevada agregam experiência e não são elementos impeditivos para a continuidade da carreira profissional. Ressalta o DIEESE (1998):

> Em geral, o atributo idade está relacionado à experiência no desempenho das atividades de trabalho e é considerado como fator positivo no aumento da produtividade, por propiciar ao trabalhador maior conhecimento sobre o processo produtivo. Nas discussões sobre o setor elétrico, por exemplo, valoriza-se a chamada "memória técnica" dos trabalhadores, que armazenam informações importantes sobre a configuração real do sistema elétrico, bem como o acúmulo de conhecimento de alta especialização nas áreas de engenharia, finanças etc.

Todos os entrevistados, exceto Mateus, o mais novo deles, possuem anos de experiência, por isso a amplitude da rede de contatos, a continuação do exercício de suas atividades, no setor hidrelétrico, e sua valorização profissional.

4.4. Algumas experiências vivenciadas no processo migratório e as perspectivas diante de uma nova migração

É fato a possibilidade iminente de migração, para todos os entrevistados. Como já destacado, há inúmeros projetos em andamento e outros previstos para execução. Uma característica geral é saberem que irão mudar futuramente, mas há o desconhecimento do destino. Por mais que haja uma perspectiva e uma possibilidade, não são plenamente informados dos projetos em vigência e dos preditos. Por conseguinte, os trabalhadores não sabem ao certo quando será a notificação da ida para essa obra e o tempo previsto para permanecerem nela. Para os autônomos, além disso, há a dúvida de se realmente conseguirão ingressar como associados em um novo projeto.

O deslocamento e o estabelecimento do trabalhador de usina hidroelétrica para outra localidade é um período em que se faz presente a interrupção da convivência familiar. Isso perdura até ele sentir que o novo lugar foi conquistado. O tempo para preparar esse

deslocamento, como salienta Mateus, é curto e requer providências rápidas. A família não é incluída, em princípio, nessa transição, já que, nesse momento, ele não consegue visualizar possibilidades acessíveis para a resolução de seus medos de ser responsável pela produção de prejuízos e impactos ao grupo familiar.

> Se existir a obra, o corpo de superintendentes [...] define quem e para onde vai. [...] Mas, isso é só no fim da obra, é em uma semana [...]. É justamente por isso que eu mandei minha esposa para Fortaleza, porque em uma semana fazer uma mudança [...] para uma criança de quatro meses, cinco meses, seis meses [...] seria uma mudança muito brusca. [...]. Pois é, me desestimula só o medo mesmo de impactar a família. Mas se eu não levar a família, não me desestimula nada. (Mateus).

Ricardo aponta com clareza o ímpeto das mudanças, da agilidade para implementá-las, as pressões no trabalho, as exigências do mercado e as dificuldades de conciliar tudo isso com a área afetiva. Ele revisita sua história passada e pondera quanto às ações presentes e futuras, em face desse contexto. O que se constata é que o desejo de consumir mais, de produzir e mostrar resultados não caminha no mesmo ritmo das necessidades de sua família. O tempo despendido para o trabalho não somente ultrapassa o da convivência familiar, como deteriora esse núcleo. Esses elementos são retratados de forma exímia por Sennett (2008), ao investigar as novas condições de trabalho, imersas no capitalismo flexível, que não permitem às pessoas construir experiências coerentes e integradas para as suas vidas.

Ricardo explica que as condições de trabalho, a organização, a exigência de demonstrar resultados rápidos e o peso excessivo de suas responsabilidades contribuíram no aumento da tensão na sua vida pessoal. Nesse contexto, ele se vê pressionado pelas suas necessidades pessoais, desejos, exigências profissionais, mais as familiares.

> Eu vivia num meio que tinha que pensar para mais de trinta pessoas, porque eu era o supervisor. Eu que decidia as coisas. [...] são três, quatro telefones te aguardando. Um no ouvido, outro no outro e dois lá te esperando. [...] Então, você não tem tempo de parar, pensar, falar: eu não vou decidir agora não, amanhã vou resolver isso. [...] E quando você não tem tempo, muitas vezes você decide rápido. Não teve muito acerto não. No meio de dez acertos, teve no mínimo uns seis erros. [...] Acho que com isso a gente perde, deixa muito a desejar. Entendeu? Com esse negócio lá de família, [...] é muito importante numa mudança, sabe? [...] às vezes, quando você decide uma mudança, você nem pensava na família, entendeu? É isso que eu quero dizer. A família tem que entender. Eu preciso disso e pronto. Então você não colocava a família, você colocava... o seu trabalho... o dinheiro em primeiro lugar. Você. Você é o centro das atenções. Ao passo que era o contrário. Então, quando você decide uma situação e você tem uma família, [...] colocar os pesos tudo no lugar certo: a escola dos filhos, a escola da mulher, o trabalho da mulher, a

> vida social... até a vida religiosa. [...]. Para você ter uma boa decisão. Então, muitas vezes, você dobra o seu salário. Mas talvez, isso custe muito caro depois, no futuro para você. Entendeu? Porque a vida não é só dinheiro. Então, muitas vezes, você tem que optar para ganhar até menos para você ter qualidade de vida. (Ricardo).

Cléber, embora reconheça o crescimento profissional propiciado pela migração, também reconhece os efeitos desestabilizadores provocados pelas exigências perversas do mercado de trabalho, pelas pressões no cumprimento dos prazos, além da busca infindável pela eficiência. Isso é algo que traz sofrimento, além de provocar ou intensificar o conflito familiar.

> E a gente trabalha muito, fica até de noite. Vai fim de semana. Então, no aspecto profissional você cresce muito, mas no aspecto pessoal, da família... Você está longe da família. No aspecto de saúde, você perde um pouco de saúde. Você se desgasta muito. Não é igual a uma pessoa que trabalha normalmente numa empresa, como empregado [...]. A gente trabalha num ritmo mais pesado. Porque esses empreendimentos têm prazo, têm custos, compromissos. E a gente vai ficando cada vez mais apertado. [...] Então, no aspecto pessoal, eu acho que você perde um pouco. Profissional, você ganha muito. Aspecto familiar, você perde. (Cléber).

Apesar de esses conflitos serem recorrentes e intensos, é possível enfrentá-los e ressignificá-los, conforme nos mostra Ricardo. Ele relata que procurou agir diferente, em relação a sua segunda família. Destaca que tem conseguido ter mais cautela e refletir sobre as novas condições de trabalho, moradia e as possibilidades de conjugá-las com o seu grupo familiar.

> [...] hoje eu sou muito maduro. [...] Para eu decidir trazer a família para cá eu pensei mais de seis meses. [...] Então, hoje eu não decido nada correndo. Hoje eu tenho a maturidade muito forte e motivos para pensar muito [...]. A próxima obra, talvez, eu vá para Estreito, no Maranhão, é provável que eu leve (a família). Porque o pessoal lá do Tocantins é bem próximo, sabe? Mas não tem nada certo. (Ricardo).

Benjamim enfatiza que um dos fatores responsáveis pelos êxitos em sua profissão e na migração está articulado com a sua satisfação pessoal, profissional e com a possibilidade de ter mais autonomia em decidir sobre seu destino. Avalia que a migração promoveu tanto contato com outras pessoas de distintos lugares, alternativas para se manter no mercado de trabalho, como conhecer novas possibilidades de emprego.

> Ah! A maioria foi a meu pedido. Acho que foi tudo muito legal. Acho que eu não tive nenhum prejuízo não. Fiquei conhecendo outras pessoas, outros costumes. Conhecendo um pouco melhor o Brasil. Eu não tenho nenhum arrependimento não. [...]. É tudo experiência. O conhecimento que eu tenho hoje de pessoas [...] até me facilita arrumar outros empregos. Conheço muita gente. Acho que eu só lucrei, só tive benefícios. (Benjamim).

Roberto afirma que a mobilidade hoje estaria associada à ascensão profissional – uma vez que ele não está envolvido com a construção de usinas, pois atua na sua manutenção e operação, o que diminui as chances de se deslocar. A especificidade de seu trabalho, em especial o convívio com uma grande diversidade de pessoas e lugares, conferiu-lhe a oportunidade de aprender muito. Foram experiências acumuladas ao longo de sua trajetória profissional, as quais podem favorecer uma oportunidade melhor em sua carreira, como, por exemplo, ascender a um cargo de gerência.

> É... eu sinto... me sinto realizado como profissional. Se fosse para fazer tudo de novo, eu faria. Claro que algumas coisas você poderia melhorar mais, mas eu me sinto muito assim... realizado, em relação as oportunidades que eu tive. Se eu estivesse até hoje na estatal eu não ia conhecer outros Estados, outras pessoas. Então, isso foi muito bom para o profissional... [...] para a sua maturidade. Vivência com outras pessoas, Estado, outros costumes. Isso é muito bom. Então, é muito bom se você tem objetivo de ter um... seguir carreira. Melhorar como profissional, pegar um posto melhor [...] hoje as pessoas, [...] são de Minas Gerais, tudo de fora. [...] Se eu pegar uma gerência, por exemplo, cuidar de uma turma no serviço, então, você vai saber mais ou menos como você pode chegar na pessoa. Os costumes dela. Então, para mim, foi válido. (Roberto).

De modo diferente, Isaías argumenta que, embora o percurso profissional tenha agregado conhecimento e oportunidades, atualmente não se mostra disposto a enfrentar um novo processo migratório, mesmo se as condições financeiras fossem atraentes. Acredita que seria mais um desgaste para a família e que não compensaria.

> Bom, eu já tenho um bom tempo de carreira. E a primeira proposta quando eu resolvi procurar outro emprego seria cumprir o tempo de serviço, aposentar e voltar. Hoje eu estou bem próximo disso. Não sei se eu teria algum estímulo para falar: “Oh! Eu vou para lá porque é melhor. Ou fico aqui ou volto para cidade para ficar lá tranquilo". Mas não vou ficar procurando chifre em cabeça de cavalo. Vou sossegar aqui. Não tenho... Ah!... acumulei bastante experiência em todas as vivências, mas não estou fascinado em desgastar a família, desgastar relacionamento, ficar longe de filho para progredir em carreira. (Isaías).

É necessário mencionar outra questão que emergiu no discurso dos participantes: a relação estabelecida entre o trabalho (inserido na perspectiva migratória) com a aposentadoria. Cabe lembrar que três entrevistados são aposentados e continuam vivenciando a mobilidade no trabalho. O trabalho ocupa uma posição significativa em suas vidas, pois o considera não somente como fonte de realização, incremento de renda, mas também como um "vício", uma atividade que exerce uma função reparatória, que traz tanto mal-estar quanto prazer. O sentimento de sentir-se "útil" e produtivo.

> [...] todo mundo trabalha por dinheiro. Ninguém trabalha para fazer gracinha para os outros (risos). Motivação é o salário que eu vou receber e a experiência que você vai multiplicar. Eu me considero uma pessoa muito experiente na área que eu trabalho. Trabalho há trinta e cinco anos ali na área. Mas tem muito a aprender ainda. Muito a aprender. Então, e a ocupação é muito boa. Ela é muito gratificante. Ela é a melhor terapia que tem... é você ser útil. Você se sentir útil. Sentir estar fazendo, acontecendo, realizando alguma coisa. Sentir contribuindo para alguma coisa. Então, isso aí é o melhor remédio para mente da gente. Entendeu? [...] Então, eu sempre tive uma vida muito ativa assim. Meu tempo era quinze, dezesseis horas bem aproveitado. Quando eu parei com tudo, nossa! Parece que eu morri. Aquilo ali que parece que envelheceu quatro anos, me envelheceu quarenta. Então, quando eu voltei a trabalhar, eu tô me sentindo muito bem. Até a minha saúde melhorou muito. Eu tenho a saúde boa para danar e eu não pretendo parar de trabalhar essas mudanças. (Ricardo).

Cléber reconhece que a sua estadia em casa, em sua cidade de origem e com seus familiares, é importante e satisfatória. Todavia, sua profissão ocupa um lugar fundamental em sua vida, mesmo que isso implique abrir mão, por um grande período de tempo, de outras atividades que lhe tragam prazer e gratificação.

> Até sair esse projeto, eu saí de Tocantins, fui para Belo Horizonte. Fiquei um ano. Ah! Parece que passou assim... igual uma semana. Passou rápido (risos). Mas acontece dar algumas paradas. Seis meses, quatro meses. Dessa vez eu fiquei um ano parado. Um ano. Aí eu vou resolver as minhas coisas. Vou reformar a casa, vou pegar a moto, pôr as minhas visitas em dia. Vou mexer com os meus *hobbies*, tudo. Mas o tempo passou muito rápido. Eu gosto de ficar em casa. Adoro. Se fosse uma opção, claro, eu ficaria. Não ia trabalhar mais não. Eu já aposentei, mas não adianta. Isso é igual... é vício. Tem uma adrenalina nisso. Mas, é o que eu te falei, a gente trabalha, sofre e tal. Mas eu preferia estar em casa, óbvio. Mas você fica muito tempo em casa também, você não aguenta. Porque... ah! Você se sente inútil, não tá produzindo, a convivência fica muito intensa. Aí começa a ter muito atrito. Aí é duro... (pausa)... continuar. (Cléber).

Na verdade, Cléber não consegue visualizar o momento de parar, questiona a sua vida profissional e familiar, como ela foi constituída. Teme decidir continuar muitos anos nessa atividade, mas confessa não conseguir interromper agora a sua vida profissional, mesmo reconhecendo o desgaste provocado por esse tipo de profissão marcado pela intensa atividade migratória.

> Eu sempre penso: com essa obra eu vou... eu acho que vou dar um jeito de parar. [...]. Uma hora eu vou parar. Até quando? Eu conheço pessoas, do nosso círculo, o cara está com setenta e dois anos. Está lá, trabalhando. Eu fico olhando. Não é possível que eu vou chegar assim. Não acredito. Isso é uma doença. Ué! Cadê a vida do cara? Não é? Isso é vida? Ficar até beirar a morte. No meio do mato, trabalhando... [...] Tem aquela dúvida. É o que eu te falei, fiquei um ano em casa. Aí pus as coisas em dia. Acertei tudo. Depois, acaba que você sente falta do movimento. Falta do movimento. Tem a questão da renda, que você durante esse período que você (está trabalhando) consegue ter um padrão de vida muito bom e tal [...]. Aí me acharam para esse projeto. Aí eu fiz as contas. Conversei com a minha família. São trinta meses [...]. Então eu acho que essa aqui é a última. Eu não tenho certeza. É difícil afirmar. [...] (Cléber).

Para Benjamim, o trabalho também ocupa uma função importante em sua vida, mesmo nos momentos em que pensa em parar. Associa a essa etapa da sua vida outro valor ao trabalho, um significado que vai além da remuneração e lhe confere o *status* de realização e reconhecimento.

> Não sei se a gente vai ficando mais emotivo também. Quer mais aconchego, mais... Fica pensando se vale ficar aqui, nesse hotel com tudo, conforto, mas, quero ficar lá com meu filhinho. [...] Hoje a gente fica assim meio balançando. Por exemplo, se aparecer um negócio muito longe, será que eu vou querer sair de Brasília? Eu já estou estabelecido lá. Tenho tanto tempo. Não sei. Mas eu também sou meio aventureiro. Se aparecer um negócio na África é capaz de eu topar ir (risos), viu? Não! Esse é o último! [...] Eu me sinto realizado. Só de eu fazer o que eu gostava. Gosto. Eu sempre gostei de viajar também. Sempre tive esse espírito aventureiro. [...] as minhas migrações foram tudo mais ou menos escolhidas. Era o que eu queria. [...] Que eu tinha o prazer de fazer e tudo. [...] mas eu também estou com a vida ganha. Eu estou na melhor fase da minha vida. Porque é muito diferente você trabalhar sem precisar trabalhar. [...]. Mas melhor mesmo é trabalhar por ter o prazer de trabalhar. Eu já tenho sustento. Minha vida é muito simples. Não preciso mais de dinheiro. Então, eu estou... de vez em quando eu me belisco assim: será que isso é verdade?! (risos). (Benjamim).

Mateus, o mais do novo dos entrevistados, expressa outra vertente sobre a importância do trabalho. Para ele, a sensação de produzir algo em prol de uma coletividade e poder

visualizar a relevância social de sua atividade profissional lhe agrada, mesmo que exija a corresponsabilidade pelas vidas de muitas pessoas e a renúncia da convivência mais próxima com a sua família. Isso parece ser algo que lhe traz a sensação de recompensa e o impele a continuar.

> Eu... me acho mais maduro. Tenho mais experiência, bem mais sensato, bem mais responsável e bem mais importante para sociedade e para empresa. Sociedade porque você está fazendo um bem à sociedade, fazendo uma obra, gerar energia para outras (pessoas). Então, você tem uma responsabilidade muito grande. É... Deus me livre aconteça algum dano. Isso é comigo, mas se tudo bem correr você é elogiado. Então, é uma coisa bem gratificante. Se uma obra dessas romper mata várias pessoas ao mesmo tempo. Mas, se ela ficar aí, estática, então ela está beneficiando uma cidade, duas cidades. (Mateus).

Ainda que os trabalhadores entrevistados enfatizem os benefícios gerados por seu trabalho, em termos de realização pessoal e do esforço nele empreendido, é preciso repensar as condições de vida desses trabalhadores. Afinal, o universo laboral é composto por diversas instâncias, as quais também devem participar de forma corresponsável, a fim de lutar por melhores condições de vida e de trabalho, inclusive quando não acontecer o "se tudo bem correr", como verbalizou o entrevistado.

4.5. Efeitos subjetivos produzidos pela distância e a sensação de ser um trabalhador-migrante

Deparamo-nos até aqui com diversos modos de os indivíduos se organizarem com respeito aos seus familiares, seus lugares de origem, suas condições de moradia, de trabalho e as suas próprias percepções sobre a migração laboral. Observamos que, para a maioria dos entrevistados, o distanciamento do núcleo representa um problema difícil de resolver e, consequentemente, fonte de sofrimento para os envolvidos (trabalhador e família). De um lado, os trabalhadores que migram com sua família preocupam-se muito com o fato de o lugar em que trabalham nem sempre oferecer condições mínimas para dar conta das necessidades essenciais de todos familiares. De outro lado, aqueles que optam por deixar suas famílias nas cidades de origem ou de referência, para protegê-las das agruras da migração, provocam o seu distanciamento do grupo familiar. Esse distanciamento pode ser vivido pelo trabalhador de

diferentes maneiras e, qualquer que seja a decisão, esta pode gerar distintos graus de sofrimento, em todo o grupo familiar. Cléber expressa essa circunstância de forma recorrente, em seu discurso, ao citar a partida dolorosa de casa para retornar ao trabalho.

> O que acontece com a cabeça da gente é o seguinte: você vai para ficar e você sabe o período. Meu comissionamento era pertinho do Mato Grosso, por exemplo. Mas era longe de Cuiabá mais quase 500 km. Era lá quase na divisa com a Bolívia. Então, era sofrido. [...] A hora de ir embora a vontade era de morrer. [...] Você não ter que passar por isso. Você chama o táxi. Vem. Chega lá na porta de manhã. A sua cabeça começa: "Eu vou pegar o táxi. Vou lá para Confins, no aeroporto, porque é longe da cidade 70 km". Espera lá uma ou duas horas para pegar o avião para Brasília. Depois chega em Brasília, eu fico mais duas ou três horas. Pego uma conexão lá para Cuiabá [...] mais duas horas de viagens. Chego em Cuiabá, pego o carro e vou viajar mais 480 km para chegar no lugar em que eu estou trabalhando. [...] quando você está na porta de casa pensando isso é triste. Terrível. Você está largando a sua família ali, ela está junto de você. [...] Porque quando você está vindo é diferente. [...] Então, você vai, é festa. Mas quando você volta. É sofrido. Eu acho que ninguém acostuma com isso não. A gente faz porque precisa, porque a gente quer fazer, a profissão exige e tudo. Mas, voltar é muito difícil. (Cléber).

Isso traz à tona as condições locais de trabalho, as várias horas de jornada laboral, os locais desprovidos de segurança, precários – o que significa mais conflitos e insatisfação.

> O que você acha que a gente faz? Trabalha o dia inteiro, a obra é longe, a estrada é de terra. Quando está chovendo é uma loucura. Fica lá o dia inteiro. Fica sábado. Chega no hotel já escurecendo. Normalmente, cidade pequena, você não tem opção nenhuma. Os hotéis são tão vagabundos. Lugares perigosos. Tem muita violência. Então você tem que dar um jeito de ficar quieto. Vai lá para o quarto, assistir televisão. [...] Aí você chega, a semana passa. Aí chega domingo. Domingo é o desespero. Porque você não tem o que fazer. Às vezes dá vontade de ir lá para a usina trabalhar, não é? Então é isso aí. Você fica num estado... num estado de letargia tão grande que você para de viver. Porque a sua família está aqui, está participando dos eventos, dos aniversários, vai num show, vai no cinema, vai no shopping, compra alguma coisa. E você não tem nada disso, não é? [...] Eu considero assim: passou esses dez meses, você pega eles e pode riscar. Pode riscar, porque não acrescentou nada. Não acrescentou nada assim... sua vida vai continuar daqui. Mas trabalhou ali, ganhou dinheiro, mas depois você pode apagar. Não teve nada. A não ser profissionalmente, não é? Mas aí o que é que conta? É discutível. O que conta mais? A gente tem essa dúvida na cabeça, às vezes. Por que eu estou fazendo isso? Porque eu não estou lá junto com a família? (Cléber).

Portanto, um dos efeitos do distanciamento familiar seria a sensação de estranhamento no trabalhador. Ele tanto pode, por intermédio da negação do distanciamento, vivenciar a sensação de que a vida de sua família parou no tempo, durante sua ausência, como se sentir

alguém “fora do ninho”. As condições de estadia, de locomoção e de trabalho parecem agravar um conflito que já era intenso. A reinserção na família é algo complexo, ambíguo, como se o espaço de familiaridade necessitasse ser reconquistado devido ao seu período de ausência. Um tempo de que ele não dispõe, quer para recuperar o sentimento de se sentir em casa, quer para ter um período maior de folga e voltar em um intervalo menor de tempo. Parece pairar a sensação de desatualização retratada por Sennett (2008, p. 19): “[...] quando a gente não está presente só recebe notícias passadas”.

> Mas é esquisito, não é? Porque você não está vivendo aquele dia-a-dia da família. [...] Você sente como se fosse um estranho naquele lugar, com o povo ali. Então é uma sensação terrível. A gente tem contato permanente. Eu ligo para lá todo dia, desde que eu comecei a trabalhar. [...] Isso eu faço questão. Mas esse lugar em Mato Grosso não tinha nem celular na época. [...] O hotel era tão ruim que não tinha telefone. [...] Na porta do hotel tinha um telefone público. Então o que acontecia? Quando a gente estava folgado no domingo [...] Tinha filas enormes no orelhão, não tinha jeito. Aí você ficava assim: mas se hoje aconteceu alguma coisa lá? (Cléber).

Essa conjuntura remete ao desenraizamento mencionado por Bosi, E. (2000), o qual lança o indivíduo em uma condição de separação e distanciamento. Sua atividade profissional e a natureza da tarefa o distanciam de sua família, de modo a criar um fosso entre a vida no trabalho e a vida familiar, de vizinhança e cidadania. Algo difícil de atingir coerência, integração e continuidade.

Conforme já mencionado, esse cenário – assim como dos outros trabalhadores entrevistados – está acrescido dos problemas oriundos da infraestrutura local, que interfere de distintas maneiras sobre a sua relação com a família e desperta o sentimento de insegurança, medo e solidão. Ademais, há também a insatisfação com o salário, de que emerge uma sensação de “sacrifício” que não pôde ser recompensado nem reparado.

> Então, a cidade, que a gente trabalha, geralmente, elas são muito... muito pequenas, muito simples, sem opção quase nenhuma. As coisas muito caras, o aluguel muito caro. Então, todo nível de exploração existe, entendeu? Só isso. E aí o salário fica meio longe. Nosso padrão de trabalho está um saco. Porque o salário está pequeno em relação ao que nós executamos. Inclusive, antigamente, ganhava muito mais do que nas estatais. Hoje as estatais pagam muito mais do que essas empresas particulares. [...] (Ricardo).

Observa-se igualmente que os dias trabalhados, imersos nas distintas condições que o local lhes proporciona, alimentam o desejo de retornar para casa. A volta é algo esperado com

ansiedade, um desejo que não raro tem que ser postergado, em função das exigências do trabalho.

> Até porque a gente trabalha em função de casa. A gente passa vinte, trinta dias trabalhando em função de ir para casa. Certo? Porque aqui não é o meu lugar. Eu não tenho nada aqui, não tenho o que criar de raízes, nada aqui. Só as amizades do trabalho e das pessoas que a gente conhece nas cidades. Mas eu não tenho nada tão importante que você fala: não, eu quero isso aqui porque aqui tem isso, tem aquela pessoa. Não, não tem. A pessoa que a gente quer está lá em casa. Então, você trabalha em função daqueles dias que você vai para casa. Isso que é o bom da coisa. (Fabiano).

A relação com o local e seus habitantes fica, em alguns momentos, comprometida. O indivíduo, por estar de passagem, não vê o território onde está como o seu lugar, nem deseja nele investir. Para Fabiano, parece imperar o caráter de provisoriedade, o que o impede de estabelecer um vínculo mais profundo e duradouro por onde passa. Uma sensação de perda momentânea do seu território de origem define suas novas relações, pois vigora o distanciamento de suas relações afetivas, familiares e sociais.

Podemos ainda considerar que a provisoriedade da moradia e as condições de vida oferecidas pelo novo lugar são fatores que interferem na formação do vínculo. Talvez seja menos custoso ao trabalhador-migrante não aprofundar suas relações afetivas com o local e com os seus moradores. Isso poderia dificultar a partida e a migração para uma nova localidade. Ao mesmo tempo, a indiferença seria uma forma de tentar suspender momentaneamente a sua vida, tentar paralisar o tempo e a convivência, o que o geraria seu isolamento do mundo ou uma intensa solidão. As maneiras de lidar com a distância, seja deixando o local de origem, seja partindo rumo a um novo território, influem na possibilidade de lançar novas raízes e reterritorializar-se.

Nessa situação, entrevê-se o perigo que Sennett (2008) enuncia: cada nova mudança pode trazer a sensação de que a vida se inicia naquele novo lugar. O passado fica entregue ao esquecimento, as mudanças não mantêm a ideia de integração, porque são vividas como fatos fragmentados, carentes de coerência e sentido para as suas vidas. Uma sensação de deriva no tempo, de lugar em lugar, de emprego em emprego. Na verdade, para o referido autor, o capitalismo de curto prazo corrói o caráter dos indivíduos, sobretudo as qualidades que permitem ligar os seres humanos uns aos outros e criar um senso de identidade sustentável e mais duradouro.

Para Ricardo, o local de origem é uma referência muito forte, mesmo que não esteja residindo lá. Foi esta a cidade escolhida para manter o seu endereço "oficial" e criar seus filhos.

> Moram em Santa Luzia. Na mesma casa que eu morava quando era casado. Mas meus filhos moram lá. Tem a casa lá, que é o meu endereço oficial. E eu tenho uma casa que é aqui em Catalão. Que é alugada, moro aqui. Com a outra família. A família hoje. A segunda família. A menininha, de um ano e oito meses, chama Rebeca! E estou lá, tranquilo. Começando tudo de novo (risos). (Ricardo).

Esse vínculo com o lugar de referência não se tornou impeditivo para estabelecer outras conexões com outros territórios. Ele mora hoje com a sua segunda família, no local em que trabalha e tem vínculos com a nova cidade e seus moradores. Essa configuração traz à tona a possibilidade de instaurar uma relação múltipla, ao lançar novas raízes sem se desfazer de outras, diante dos distintos territórios percorridos e vividos, o que favorece a constituição de uma nova territorialidade.

Já Benjamim declara estar cansado e preocupado com a sua ausência, com respeito à família alocada em Brasília. Ele continuou a migrar após a aposentadoria. Apresenta-se como uma pessoa disposta para isso, pois a mobilidade parece lhe trazer satisfação, como vimos em suas falas anteriores. Todavia, a vinda de um novo filho, ainda criança, parece trazer dúvidas sobre continuar ou não nessa carreira profissional.

> [...] a gente vai cansando também de ficar muito longe de casa. Hoje isso está pesando um pouco. Por exemplo, eu estou preocupado de não estar lá. Tenho um menininho de cinco anos. Naquela época eu era muito mais enérgico na educação e tudo. Hoje eu sou muito mais vovô do que pai. E a gente quer estar sempre junto, participar. Hoje está pesando mais que anteriormente. (Benjamim).

No momento em que questionamos Mateus acerca de sua percepção sobre a mobilidade decorrente de suas exigências profissionais, ele salienta ser um trabalhador imerso no contexto da mobilidade, por decorrência das exigências profissionais. Responde ser um "nômade". Essa visão da mobilidade o faz sentir-se como um "cigano", como um indivíduo pertencente a um grupo que migra, tal como os outros colegas de profissão.

Embora essa realidade apresente dificuldades e requeira uma reorganização de seus planos familiares, não o desestimula a permanecer nessa carreira. O entrevistado afirma que essa situação vai ao encontro aos seus desejos e afinidades. Nesse sentido, parece-nos ser uma

pessoa que se ressignifica, na perspectiva da pluralidade de vivências, de territórios – o que colabora para a formação de novas territorializações.

> Eu sou um trabalhador anônimo. Não. Anônimo, não. É... nômade. Você está aqui [...]. Aí, depois de um tempo, você vai para ali. Então, a gente é... a nossa vida, de quem trabalha em barragem, é tipo os nômades. Hoje tem uma... constitui uma família num lugar, aí pega a mesma família e vai para outro lugar. Então, sai. Talvez essa família é levada junto com você. Igual cigano. (Mateus).

> E como você se sente nisso? Como nômade... (Entrevistadora).

> Eu, gosto. Até gosto. Eu acho tipo... uma aventura boa. Você não fica com aquela coisa rotineira. Você fica conhecendo lugares, fica conhecendo pessoas, então, acho que é legal. (Mateus).

Na perspectiva de Isaías, a possibilidade de se reterritorializar está bastante atrelada à presença e proximidade de sua família, a qual se torna um elemento fundamental desse processo migratório. A despeito de ter vivido sem ela vários anos, hoje, ele afirma que sua presença ao seu lado é um elemento decisivo em sua adaptação e em sua relação a ser constituída com o local.

> Eu sou uma pessoa muito ligada à família. Eu ficar longe, ficar só [...] começo a me isolar das pessoas [...] parece que... aí eu preciso, preciso ter alguém da família perto, para eu ficar bem comigo mesmo. É uma questão que eu acho que é emotiva, sei lá. (Isaías).

Para Roberto, igualmente, a sua adaptação ao novo lugar está vinculada à presença da família. Morou separado dela somente um ano, porque o local, segundo ele, não dispunha de condições apropriadas para recebê-la. Suas relações vinculam-se a partir desse núcleo familiar. Ele ainda pondera que a diversidade cultural existente no país interfere no caráter e na constituição dos vínculos, pelos lugares por onde passou.

> [...] aqui o contato também, em relação às pessoas, mesmo do trabalho... é raro também a gente ter contato. A gente tem contato mais com pessoas que trabalham em outros lugares. Porque na verdade, minha família, eu, a minha esposa, a gente é muito caseiro. Não tem muitos... a gente tem conhecidos. Amigo, amigo a gente não tem. [...] Quando sai, sai com a família. Vai mais... Vai junto. [...] aqui eu percebo que o pessoal, dessa região, Santa Catarina, é um pessoal mais reservado. Os paulistas são mais calorosos. Então, cada Estado, cada local é de um jeito e você tem que se adaptar ao local. (Roberto).

Observamos até aqui que a mobilidade gera momentos de solidão, de insegurança e imprevisibilidade aos trabalhadores. Estes, quando muito intensos, podem impedir as pessoas de usar seus recursos para ressignificá-los. Ou seja, a solidão, a insegurança e a imprevisibilidade constituem-se uma condição propícia para fazer emergir o sofrimento e afetar a relação do indivíduo com o trabalho, grupo familiar e social.

O sofrimento pode manifestar-se de várias maneiras e intensidades, nesse cenário. Uma delas seria o consumo excessivo de álcool. O uso de bebida alcoólica parece ser algo aceito e negado, nessa conjuntura, mas, quando constante e intenso, acarreta conflitos e dificuldades para os próprios trabalhadores e para a coletividade.

> Acaba sendo uma coisa muito velada, porque fora do serviço... Eu sempre trabalhei com uma equipe grande. Fui coordenador [...] Às vezes chegou a ter até quarenta pessoas, técnico, eletricistas, técnico de mecânica e tal. [...] Mas essas coisas a gente... é um pouco velado. Porque a gente não tem muito a ver com a vida particular das pessoas. Eu só intervinha quando a coisa começava..., no caso, adentrava ao ambiente de trabalho. [...] Aí eu tinha que entrar. Mas [...] não tem muito o que fazer. Cada um cuida da sua vida. [...] Mas quem bebe, nesse período, costuma acentuar. (Cléber).

> Qual período? (Entrevistadora).
> Esse período que eu falei em que o cara está longe da família. Sem opção, não é? Então, todo dia vai fazer o quê? Tomar. Vai fazer o quê? Boteco. [...] Aí começa a beber todo dia, acentua o alcoolismo. A gente não chegou a ter, pelo menos na minha (equipe) aqui... a gente não chegou a ter problemas, mas a gente sabe que a coisa é grave. E outra coisa, ligada a bebida são essas saídas noturnas [...] o cara arruma um rolo qualquer e aí acaba refletindo na família mesmo. Mulher fica sabendo, alguém comenta. Então, esses problemas acontecem bastante. É típico dessa turma que vem viajando de obra em obra. [...] Se você pegar colegas na minha idade, a maioria, já está no terceiro casamento, quarto casamento e por aí. É reflexo. Eu estou no primeiro há trinta e quatro anos já. Mas é uma exceção [...] (Cléber).

Por mais que haja uma menção ao consumo excessivo de álcool que remeta às condições e ao contexto de trabalho dessa categoria, o caráter individualista se sobressai, onde somente o indivíduo é responsabilizado. Isto é, outras correlações não são feitas e tidas também como integrantes desse fato, o qual necessita ser investigado para melhor compreender suas inter-relações com o contexto do trabalhador-migrante, visto ser algo recorrente e que diz respeito à saúde.

Vimos alguns elementos que fazem parte da realidade desses trabalhadores, os conhecemos através de seus discursos conflitos, conquistas, confrontos e enfrentamentos. Não encerramos aqui, nem resumimos nas transcrições feitas o fecundo conteúdo dessas

entrevistas, mas procuramos apontar os principais aspectos que compõem esse contexto. Contudo, os seus relatos balizam a necessidade da realização de outras pesquisas que contribuam para o conhecimento sobre a migração laboral, no setor de produção de energia hidrelétrica, especialmente voltados para a melhoria das condições de trabalho e de vida desses trabalhadores e suas famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após finalizarmos este estudo, constatamos que pudemos refletir sobre muitas das nossas indagações iniciais. Porém, nós nos deparamos com outras questões sobre o tema, mais especificamente, acerca das condições de vida do trabalhador, no mundo contemporâneo, pois, ao contextualizarmos o trabalho, na atualidade, encontramos um campo em constante (re)produção, dinamismo e transformação. Um cenário que visualizamos na pesquisa bibliográfica e que também se evidenciou, no momento da realização das entrevistas com os participantes.

Nesse caminho, foi possível perceber como a temática é complexa e multideterminada, o que evoca a necessidade de novos estudos sobre o assunto, para expandirmos o entendimento das complexas interações globais-nacionais-locais que, dia a dia, ganham mais intensidade e geram profundas transformações em distintos níveis.

Cabe esclarecer que consideramos o trabalho não apenas como um meio de o homem garantir a sua subsistência, ao vender a sua força de trabalho ou desempenhar uma ocupação, mas também como um recurso, uma forma de o indivíduo inserir-se na sociedade, exercer sua cidadania e estabelecer relações de trocas econômicas, sociais e afetivas. Um universo privilegiado, quando o indivíduo pode usufruir de meios para executar seus projetos, constituir novas raízes e preservar outras. Conforme Capitão e Heloani (2003, p. 104), o trabalho se integra em uma perspectiva histórica e em um determinado modo de produção:

> [...] o trabalho configura-se como o representante da força dos impulsos que o homem emprega para executá-lo, para poder ou não consumir o que foi por ele produzido, abrindo possibilidades de constituição de subjetividades, correspondentes a cada época histórica, que tem, por domínio, uma forma de produção.

Nesse sentido, é importante verificar como o trabalho é vivenciado pelo indivíduo, uma vez que, para os referidos autores (2003, p. 108), o trabalho "[...] não pode ser uma negatividade da vida, mas, muito pelo contrário, sua expressão". Diante disso, ao buscarmos

compreender os efeitos na subjetividade dos trabalhadores que experienciam o processo de migração, no setor de produção de energia hidrelétrica, questionávamos se, para eles, havia espaço para a manifestação do seu sofrimento, de forma a assumi-lo e expressá-lo, ou se este é silenciado, escamoteado ou naturalizado nas relações sociais e profissionais e, portanto, não reconhecido.

Na contemporaneidade, a mobilidade é muito enfatizada, mas ela não pode ser uma fórmula universal e natural. É necessário questionar o movimento constante e veloz. Por isso, é preciso saber se, ao efetuar os deslocamentos, os trabalhadores dispõem de recursos (materiais e imateriais) a fim de não assumir uma posição, de modo a se sentirem privados de suas referências anteriores e nem destituídos de outras para poder construir novas. É possível ao menos pensar como realizar essa mudança? Ou seja, é importante que o trabalhador se indague em que ritmo e com que recursos mudar, visto que a sua presença (permanente ou temporária) no território não se restringe à categoria geográfica ou ao cumprimento da atividade profissional, porém se estende à sua ocupação e ao exercício social, econômico, político, cultural e afetivo.

O lugar onde será exercida a sua atividade profissional, tanto o espaço da empresa quanto o da cidade, são locais nos quais serão constituídas as relações sociais, experimentada uma cultura plural, tal como definida por Bosi, A. (2000). São espaços, inseridos na perspectiva territorial, para a vivência e expressão de temores e prazeres. Lugares nos quais se podem lançar raízes e reterritorializar-se, constituir-se e resgatar lembranças. Realizar projetos, em que transformará a dada realidade e será transformado por ela.

No momento em que o trabalhador-migrante de usinas hidrelétricas é contratado para exercer sua profissão em outra cidade – seja pela mesma empresa, seja por outra – e ele se depara com outra equipe de trabalho, ele vivencia um processo de desterritorialidade e de desenraizamento, cuja intensidade pode gerar vários desdobramentos. Assim, os momentos de desorganização podem ativar forças criativas conectadas com a vida, com sociabilidades diferenciadas e com a construção de projetos futuros. Birman (2001) considera essa premissa fundamental, pois tanger o futuro nos faz remontar às ideias de tempo e história, requisitar a memória e ressignificar o presente. Todavia, podemos verificar efeitos deletérios para a subjetividade do trabalhador, como o desamparo, a insegurança e o sofrimento.

Nas entrevistas, verificamos que alguns trabalhadores estão também pressionados pelas exigências das novas condições de trabalho, em especial, aquelas relacionadas a poucas e repentinas informações sobre o local em que irá trabalhar e ao escasso tempo disponível para realizar a mudança e se reorganizar no novo território.

Ademais, em geral, o que tem impulsionado esses indivíduos a aceitarem essas condições não diz respeito apenas à redução das possibilidades de trabalho e suas transformações, mas aos incentivos financeiros que essa nova condição laboral lhes oferece.

Porém, as condições da migração no setor sofreram mudanças significativas após a privatização da área energética do país. A empresa estatal de outrora fornecia elos que podiam ser mantidos em meio ao deslocamento recorrente. Embora o trabalhador migrasse, permanecia vinculado à mesma empresa. Geralmente, ele conhecia o território de cobertura da empresa, pois esta era localizada em um determinado Estado e/ou região. O convívio com os colegas de profissão, as condições de moradia e de trabalho eram mais estáveis e regulares. Muitas vezes, os trabalhadores dispunham de conjuntos residenciais, o que facilitava a vinda da família e a sua instalação, em condições conhecidas e favoráveis. Havia também clubes e eventos ligados a esse setor, que propiciavam o convívio e a integração entre os funcionários da empresa.

Entretanto, após o período de privatização, essas circunstâncias foram alteradas. A instabilidade e a desconstrução de referências tornaram-se exacerbadas. A atividade migratória foi intensificada, porque o trabalhador passou a prestar serviços para distintas Organizações, com contratos de tempo determinado ou temporário, em diversos projetos espalhados pela larga extensão territorial do Brasil. Soma-se a isso a modificação do tipo de vinculo empregatício: o trabalhador-migrante passa a prestar serviços como autônomo, pessoa jurídica ou terceirizado – não gozando dos mesmos direitos e benefícios conferidos outrora pelas empresas estatais.

Nas entrevistas, notamos indicativos de que, para os trabalhadores aposentados por estatais, migrar com a família, enquanto empregado de uma empresa estatal, era mais viável. No entanto, nas empresas privadas, enquanto prestador de serviços, essa situação não se conservou e a maioria relatou a preferência de manter os familiares em suas cidades de origem.

Nessa perspectiva, esse tipo de trabalho possui um potencial ambíguo. Ao mesmo tempo em que fornece possibilidades ao indivíduo referente ao sustento, à realização pessoal e profissional, à execução de projetos de vida e possibilidades amplas de conhecer distintos lugares do país, pessoas e costumes, também é percebido como desagregador, destrutivo e desenraizante, já que, muitas vezes, o indivíduo não vê meios efetivos e seguros de incluir a sua família no processo migratório, formas de inserir-se na cultura local e por onde passa,

porque prepondera um caráter de brevidade e agilidade, em suas atividades profissionais, o que pode ser ainda um indicativo de sofrimento.

A variabilidade dos aspectos de des-reterritorialização contém facetas diversas. Alguns encontram a possibilidade de realização profissional. Eles migram com a família e estabelecem novas relações com o local. Rearranjam-se e ressignificam suas vidas, em meio à mobilidade.

Outros não – e a solução encontrada foi simplificar excessivamente a vivência dessa situação, para conseguir passar por esse processo de mudanças e viver a desconstituição de territórios e territorialidades. Isso dificulta o ajuste desse trabalhador-migrante com o seu núcleo familiar, o que favorece a sua inserção em uma trajetória solitária. Para aqueles que tiveram dificuldade de elaborar essa desterritorialização, percebemos distintos efeitos, sendo um deles o consumo excessivo de álcool, como salientado por um dos entrevistados.

Há que se verificar de modo mais atento a adaptabilidade a esse contexto de trabalho, pois esta não surgiu nos discursos como algo difícil, embora não se apresente isenta de conflitos e efeitos sobre as outras instâncias de suas vidas. Tal aspecto nos leva a pensar que, embora haja uma prontidão para a migração, as dificuldades podem vir a se manifestar em sua relação com seu lugar de origem, com as suas referências afetivas anteriores e posteriores e com o próprio sentido e postura no trabalho.

Cabe sublinhar que esses trabalhadores se veem compelidos a corresponder, em primeiro lugar, às necessidades de seu trabalho, fazendo-os adiar seus projetos, sonhos e prioridades afetivas e sociais. Por conseguinte, percebemos que a insegurança não se pauta apenas no mercado de trabalho, na economia instável e nas transformações características da contemporaneidade. A incerteza estende-se também para as suas vidas, onde os planos, a longo prazo, são incertos e imprevisíveis, uma vez que não há referências tão sólidas e contínuas, como outrora se constituíam – elementos analisados por Sennett (2008).

Logo, eles não usufruem de uma regularidade e uma rotina que possam conferir posturas e escolhas tidas como certeiras e satisfatórias para regerem suas decisões. Os fatos e eventos mudam e em alta velocidade. Prepondera o tempo a curto prazo, para ordenar as suas atividades, que, por sua vez, prolonga-se igualmente no modo de organização com os seus familiares, afetos, colegas de trabalho e territórios.

Se por um lado, vimos que as estratégias individuais para se inserir em um novo território nem sempre são suficientes e seguras, além de possuírem um caráter de provisoriedade, por outro lado, observamos outro tipo de enfrentamento da migração laboral. Encontramos uma estratégia coletiva, quer dizer, um grupo de trabalhadores aposentados em

uma empresa estatal que construíram uma rede de cooperação mútua. Essa via possibilitava o enfrentamento do mercado de trabalho e da reterritorialização de maneira mais amparada e afirmativa, ao fazer circular entre seus membros informações sobre novos trabalhos, sua localização e seus recursos territoriais, em termos geográficos, climáticos, econômicos, sociais e culturais. Ela também identificava os profissionais que pertenciam à rede e trabalhavam nos projetos divulgados.

Enfim, essa rede propiciava um maior conhecimento das ofertas existentes no mercado de trabalho, de melhores condições de trabalho, de salários, de ascensão e de realização profissional. Era uma alternativa útil para acumular experiências, ao longo dos anos, advindas da diversidade de vivências proporcionadas pela atividade migratória, de trabalhar em várias situações e com inúmeras pessoas provenientes de todo o território brasileiro.

Mesmo que haja, para os entrevistados, a realização profissional e pessoal, é imprescindível repensar as condições desses trabalhadores-migrantes, os modos como eles se inserem no processo migratório, de maneira a responsabilizar outras instâncias que também compõem/influem essa conjuntura. Pensar em custos que não sejam apenas ressarcidos no plano financeiro, todavia, que sejam promovidos recursos diversos para que esses indivíduos tenham oportunidades melhores para se organizarem e usufruírem de condições mais respeitáveis e dignas, no momento do deslocamento e onde exercerem sua atividade laboral. Isso requer que o trabalhador seja um participante privilegiado na dinâmica da (des)constituição de seu território, territorialidade e enraizamento.

Nesses termos, é importante superar os mecanismos das fórmulas da globalização econômica neoliberal que promovem uma "inclusão subalterna" (SANTOS, 2002) ou que Bosi, E. (2000) denomina "formas de adaptação desenraizadas". Como visto, os países semiperiféricos foram inclusos no supervalorizado processo de globalização, mas sua participação é restrita, desigual e discriminatória, porque o poder é partilhado e distribuído de modo desigual. O trabalhador-migrante, de forma análoga, tem sido incluso dessa mesma maneira nesse processo. A sua atuação é exígua e as exigências do mercado de trabalho são amplas.

Não basta criar meios para recompor o território e a territorialidade, mas é preciso defini-los adequadamente, a fim de que vá ao encontro da rede de significações do indivíduo em busca de uma inclusão mais igualitária entre as partes e de uma adaptação que preserve as raízes anteriores, pois a adaptação desenraizada remeteria a uma acomodação superficial, vulnerabilizando o indivíduo diante dos processos de exclusão e opressão. É para isso que devemos olhar com atenção.

Como vimos ao longo deste estudo, o desenraizamento principiado pela dominação econômica não ficou restrito a quem migrou, mas atingiu quem permaneceu fixo em seu território. Tal circunstância é perceptível, ao analisarmos, por exemplo, os novos desenhos prescritos pela globalização neoliberal que culminaram em privatizações, desempregos e novas políticas do Estado. Essas transformações refratam uma nova condução e gerência do capital, que, por sua vez, resultaram em formas bruscas de reorganizar a vida.

A busca pela sobrevivência, por trabalho, por melhores condições de emprego e de remuneração se sobrepuseram ao desejo individual, afetivo e familiar. Não há como negar que o trabalhador migrante de usina hidrelétrica vivencia o desenraizamento, em suas constantes migrações, mais os efeitos desenraizantes da globalização neoliberal.

Nessa perspectiva, podemos tecer uma metáfora entre o desenraizamento e o processo de quassação. Segundo o dicionário Houaiss, tal processo remete aos procedimentos que visam a reduzir as cascas e as raízes a fragmentos, para melhor extrair-lhes os princípios ativos. Podemos visualizar na prática perversa do capital e do trabalho a extração da seiva humana, de sua potencialidade e atividade criativa, tão ressaltados por Weil (1996, 2001) e Bosi, E. (2000), ao apresentar os valores das raízes para o homem. Quando a subjetividade é capturada por esses processos perversos, mencionados nesse estudo, a condição humana vê-se empobrecida e aviltada. É contra isso que devemos lutar.

Uma das estratégias para encarar essa situação seria a criação de redes solidárias e de trocas entre os trabalhadores, com o objetivo de viabilizar a comunicação, o intercâmbio de informações e o seu fortalecimento como sujeitos ativos, no enfretamento do processo de ”quassação” subjetiva a que estão submetidos.

Talvez seja igualmente necessário estabelecer ou criar condições para esse trabalhador poder indagar, tal com fez Berman (2007): quem somos, o que queremos ser, para onde vamos e a que custo humano? Romper com o funcionamento em que os protagonistas se inverteram e a humanidade ficou de escanteio, para deixar imperarem as leis do mercado e as verdades absolutas do capital. É nesse contexto que precisamos situar o migrante para que a sua atividade profissional não assuma uma posição acrítica e indiferente.

Posto isso, talvez devamos considerar a avaliação e a proposta de Santos (2005). Para esse autor, a globalização hegemônica pode e deve sofrer fraturas realizadas pelas globalizações contra-hegemônicas, pelas quais outras possibilidades são construídas, a fim de resgatar as lutas em prol da humanidade. Nesses termos, essa proposta globalizaria também as lutas, no caso, desses profissionais. Estender as políticas públicas, institucionais e sindicais ao âmbito transnacional, com a finalidade de construir outra ordem contra-hegemônica, capaz de

garantir melhores condições de trabalho e de vida. Recobrar e expandir as responsabilidades globais e não somente as locais. Afinal, o espaço transnacional não deve ficar limitado à movimentação de mercadorias, ideias e capital, mas tem de incluir os movimentos coletivos de distintas ordens, os quais não sigam a mesma lógica de mera acumulação de lucros.

Outros tipos de estratégias e ações poderiam ainda contribuir, na busca de superação dos prejuízos advindos da adaptação desenraizada dos trabalhadores de usinas hidrelétricas. Para isso, retomamos a ideia de Minayo-Gomez e Barros (2002), para quem as articulações entre saúde e trabalho poderiam cooperar na construção de outros olhares sobre a complexa situação laboral do trabalhador-migrante e seus efeitos na sua subjetividade. Nesse sentido, novas práticas no campo da saúde colaborariam para que o trabalho fosse expressão e pontecializador da vida.

Portanto, o projeto de Saúde do Trabalhador, via Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), com suas propostas e estratégias, poderia ser um dispositivo não apenas para cuidar do sofrimento gerado pelas condições de trabalho e de cada trabalhador-migrante, como viabilizar espaços para que haja discussão, questionamento e novas perspectivas dos processos de trabalho, no setor hidrelétrico. Ou seja, a promoção de saúde, como propõe Dejours (1981), propiciaria meios para que o ser humano pudesse traçar um caminho pessoal e original, através do qual ele desenvolveria sua autonomia e se tornaria capaz de se adaptar às situações cotidianas, expressar o seu desejo, organizar a sua vida e interferir, individual e coletivamente, na organização de seu trabalho.

Enfim, cabe revermos e explorarmos o campo de estudo da subjetividade articulada ao trabalho, cuja atuação e práticas necessitam ser revistas e reformuladas.

> Nesse sentido, abre-se ao psicólogo, e aos demais profissionais de saúde mental, um campo enorme de estudo, não apenas de denúncia. As condições e as exigências do mercado de trabalho na atualidade rotinizam e amortecem o sentido da vida, deixando no corpo as marcas do sofrimento, que se manifestam nas mais variadas doenças ditas ocupacionais, além de atentar contra a saúde mental, em especial quando o psiquismo anquilosado em sua mobilidade faz com que a mente seja absorvida em formas de evitação do sofrimento. (CAPITÃO; HELOANI, 2003, p. 107).

O universo do trabalho precisa ser revisitado de modo constante, assim como os seus elementos constituintes, pois são grandes definidores dos contornos dessas vidas e das sociabilidades perdidas e adicionadas. E, nesse processo em que a migração é recorrente, o indivíduo também deve ser um participante atuante, em sua escolha por migrar ou não – e

para qual local – e para propiciar novos caminhos que promovam outras formas de des-reterritorialização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUDELO, H. Globalização, mercado de trabalho e flexibilização da legislação trabalhista no Brasil. In: PRIORI, A. (Org.). *O mundo do trabalho e a política:* ensaios interdisciplinares. Maringá: EDUEM, 2000, 11-31 p.

ALBAGLI, S. Território e territorialidade. In: LAGES, V., BRAGA, C., MORELLI, G. (Org.). *Territórios em movimento:* cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Brasília: SEBRAE, 2004, p. 25-69.

ANDRADE, C. D. A ilusão do migrante. Disponível em: <http://www.luso-poemas.net/modules/news03/article.php?storyid=694>. Acesso em: jun. 2009.

ANDRADE, C. M. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Org.) *Território:* globalização e fragmentação. 5. ed. São Paulo: Hucitec; Annablume; ANPUR, 2002, p. 213-220.

ANEEL, *Agência Nacional de Energia Elétrica*. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/area.cfm?idArea=45>. Acesso em: jul. 2008.

_____. Boletim Energia Número 112, 19 a 24 de fevereiro de 2004. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/arquivos/PDF/boletim_112.htm>. Acesso em: jul. 2008.

_____. Disponível: <http://www.aneel.gov.br/arquivos/PDF/atlas_par2_cap3.pdf>. Acesso em: fev. 2009.

_____. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/area.cfm?idArea=68>. Acesso em: jul. 2008.

BACHELARD, G. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1989, 242 p.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2000. 226 p.

BAUMAN, Z. *Globalização:* as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. 145 p.

BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar:* a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, 465 p.

BIRMAN, J. *Arquivos do mal-estar e da resistência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, 418 p.

_____. *Mal-estar na atualidade:* a psicanálise e as novas formas de subjetivação. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2001, 300 p.

BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. *A expansão do setor elétrico 1998/2007*. Rio de Janeiro: Informe Infra-Estrutura, nº 25, agosto de 1998, 9 p. Disponível em: <http://www.eletrobras.gov.br/IN_Noticias_Biblioteca/setoreletrico.asp>. Acesso em: out. 2009.

BOSI, A. Plural, mas não caótico. In: BOSI, A. (Org.). *Cultura brasileira:* temas e situações. 4. ed. São Paulo: Ática, 2000, p. 7-15.

BOSI, E. Cultura e desenraizamento. In: BOSI, A. (Org.). *Cultura brasileira:* temas e situações. 4. ed. São Paulo: Ática, 2000, p. 16-41.

_____. *Memória e sociedade:* lembranças de velhos. 2. ed. São Paulo: Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1987, 402 p.

CANALI, G. V. A definição e a importância do Projeto Uruguai. In: SANTOS, S. C.; REIS, M. J. (Org.). *Memória do setor elétrico na região sul*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002, p. 111-129.

CAPITÃO, C. G.; HELOANI, J. R. *Saúde mental e psicologia do trabalho. São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 102-108, 2003.

CARVALHO, A. M. R. *Privatização e demissão:* representações sociais de ex-ferroviários. 2001, 108 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia: Psicologia e Sociedade) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2001.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIADE NO BRASIL. Panorama do setor de energia elétrica no Brasil. Rio de Janeiro: Eletrobrás, 1998. Disponível em: <http://www.eletrobras.gov.br/EM_Biblioteca/biblioteca_setor.asp>. Acesso em: out. 2009.

CORALINA, C. *Considerações de Aninha*. Disponível em: <http://www.luso-poemas.net/modules/news/article.php?storyid=80115>. Acesso em: out. 2009.

CORRÊA, R. L. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Org.) *Território:* globalização e fragmentação. 5. ed. São Paulo: Hucitec; Annablume; ANPUR, 2002, p.251-256.

DEJOURS, C. *A banalização da injustiça social*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, 158 p.

_____. *A loucura do trabalho:* estudo de psicopatologia do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez-Oboré, 1997, 163 p.

_____. Por um novo conceito de saúde. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*. São Paulo, 1986, v. 14, abril, maio, junho, n. 54, p. 7-11.

_____. Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações. In: CHANLAT, J. F. (Coord.). *O indivíduo na Organização*. Dimensões esquecidas. 3. ed. São Paulo: Atlas, v. I, 1996, p. 151-173.

Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Disponível em: <http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm>. Acesso em: nov. 2009.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. *Perfil dos Trabalhadores no Setor Elétrico Brasileiro.* Boletim, Outubro 1998. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/bol/esp/estout98.xml>. Acesso em: out. 2009.

D'INCAO, M. A. Sobre o amor na fronteira. In: ÁLVARES, M. L. M.; D'INCAO, M. A. (Org.). *A mulher existe?* Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia. Belém: GEPEM, 1995, p. 175-197.

GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991, 177 p.

GUARESCHI, P. Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. In: SAWAIA, B. B. (Org.). *As artimanhas da exclusão*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 141-156.

HAESBAERT, R. Migração e desterritorialização. In: NETO PÓLVOA, H.; FERREIRA, A. P. (Org*.). Cruzando fronteiras disciplinares:* um panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 35-46.

HASHIMOTO, F. *Sol Nascente no Brasil:* cultura e mentalidade. Assis: HVF Arte & Cultura, 1995, 117 p.

IANNI, O. A era do globalismo. In: OLIVEIRA, F. A. M. *Globalização, regionalização e nacionalismo*. São Paulo: Editora UNESP, 1999, 15-41 p.

_____. *A sociedade global*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993, 194 p.

_____. Globalização: novo paradigma das ciências sociais. *Estudos Avançados*. v. 8, n. 21, p. 147-163, 1994.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento:* pesquisa qualitativa em saúde. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2006, 406 p.

MINAYO-GOMEZ, C.; BARROS, M. E. B. Saúde, trabalho e processos de subjetivação nas escolas. *Psicologia Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 15, n. 3, p. 649-663, 2002.

MORIN, E. *A cabeça bem-feita:* repensar a reforma, reformar o pensamento. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, 128 p.

_____. *Complexidade e transdisciplinaridade:* a reforma da universidade e do ensino fundamental. Natal: Ed. Da UFRN, 2000, 56 p.

OLIVEIRA, P. R. M. O migrante, seu drama psíquico e a recepção das diferenças. In: NETO PÓLVOA, H.; FERREIRA, A. P. (Orgs.*). Cruzando fronteiras disciplinares*: um panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 163-174.

PAGÈS, M. (et al.). *O poder das organizações*. São Paulo: Atlas, 1987, 234 p.

POCHMANN, M. *O emprego na globalização:* a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001, 151 p.

_____. *O trabalho sob fogo cruzado:* exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 1999, 205 p.

SAMPAIO, L. M. B; RAMOS, F. S.; SAMPAIO, Y. Privatização e eficiência das usinas hidrelétricas brasileiras. *Econ. Aplic.*, 9(3), p. 465-480, jul-set 2005.

SANTOS, B. S. Os processos da globalização. In: SANTOS, B. S. (Org.) *A globalização e as ciências sociais*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 25-102.

_____. *Pela mão de Alice:* o social e o político na pós-modernidade. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000, 348 p.

SANTOS, C. A. Os efeitos da reestruturação produtiva para os trabalhadores da companhia paranaense de energia – COPEL. VI SEMINÁRIO DO TRABALHO: TRABALHO, ECONOMIA E EDUCAÇÃO, *Anais*. Marília: RET, 2008, 15 p. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/cesaralexandredossantos.pdf>. Acesso em: out. 2009.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Org.) *Território:* globalização e fragmentação. 5. ed. São Paulo: Hucitec; Annablume; ANPUR, 2002, p. 15-20.

SENNETT, R. *A corrosão do caráter:* as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008, 204 p.

SILVA, M. E. L. (Coord.). *Investigação e Psicanálise*. Campinas: Papirus, 1993, 171 p.

SINGER, P. *Globalização e desemprego:* diagnóstico e alternativas. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001, 139 p.

SOUZA, M. A. Geografias da desigualdade: globalização e fragmentação. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Org.) *Território:* globalização e fragmentação. 5. ed. São Paulo: Hucitec; Annablume; ANPUR, 2002, p. 21-28.

VAINER, C. B. Reflexões sobre o poder de mobilizar e imobilizar na contemporaneidade. In: NETO PÓLVOA, H.; FERREIRA, A. P. (Orgs.*). Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratóri*os. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 251-274.

WEIL, S. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, 469 p.

_____. *O Enraizamento*. Bauru: EDUSC, 2001, 274 p.

WESTBERG, E. Mais energia para o desenvolvimento. *Gazeta Mercantil*. Rio de Janeiro: 11 de novembro de 2002. Disponível em: <http://www.eletrobras.gov.br/IN_Noticias_Biblioteca/setoreletrico.asp>. Acesso em: out. 2009.

ANEXO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

I – Dados do pesquisador e do orientador

NOME DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL:		
CPF:	**TELEFONE:**	**RG:**
INSTITUIÇÃO:		
MAIOR TITULAÇÃO:		
E-MAIL:		

NOME DO ORIENTADOR:	
CPF:	**RG:**
INSTITUIÇÃO:	
MAIOR TITULAÇÃO:	

II – Local de desenvolvimento da pesquisa

CIDADE:	**UF:**

III – Dados de identificação do participante

NOME:		
RG:	**SEXO:**	**DATA DE NASCIMENTO:**
ENDEREÇO:		
CIDADE:		**UF:**

IV – Dados do Comitê de Ética

ENDEREÇO: Avenida Dom Antonio, 2100		
CIDADE: Assis	**UF:** SP	**CEP:** 19806-900
TELEFONE: (18) 3302-5740	**INSTITUIÇÃO:** FCL – UNESP – Campus de Assis	

V – DADOS SOBRE A PESQUISA

TÍTULO DA PESQUISA: "(DES) TERRITORIALIDADE: CAMINHOS PERCORRIDOS POR TRABALHADORES SUJEITOS AO PROCESSO MIGRATÓRIO INTERNO E SUA RELAÇÃO SUBJETIVA COM O TRABALHO"
JUSTIFICATIVA, OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS QUE SERÃO UTILIZADOS NA PESQUISA: Esta pesquisa visa melhor compreender o tipo de relação que o profissional estabelece com o seu trabalho após ser transferido no mínimo duas vezes de cidade. Para tanto, serão realizadas entrevistas semi-diretivas. Pretende-se realizar um encontro, no máximo dois, se o entrevistador julgar necessário a fim de contemplar o fechamento da entrevista. Cada entrevista pode durar em média uma hora e se o entrevistado julgar necessário, pode interrompê-la a qualquer momento sem sofrer qualquer tipo de penalização.

DESCRIÇÃO DOS DESCONFORTOS E RISCOS POSSÍVEIS COM AVALIAÇÃO DE GRAVIDADE: Não há previsão de riscos para os entrevistados e o sigilo da identidade é assegurado. Qualquer sinal de desconforto, o mesmo poderá ser manifestado pelo entrevistado a fim de interromper a entrevista e avaliar se esta deve prosseguir ou não.
BENEFÍCIOS QUE PODERÃO SER OBTIDOS: Poder compreender melhor sua atividade profissional e a relação estabelecida com esta no contexto do processo de migração interna.
MÉTODOS ALTERNATIVOS EXISTENTES: Não há.
FORMA DE ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA, ASSIM COMO SEUS RESPONSÁVEIS: Não há.
PREVISÃO DE RESSARCIMENTO DE GASTOS: Não haverá gastos a serem ressarcidos.
FORMAS DE INDENIZAÇÃO DE EVENTUAIS DANOS DECORRENTES DA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA: Não haverá danos.
MEDIDAS DE PROTEÇÃO DE RISCOS E CONFIDENCIALIDADE: • Será garantido o sigilo que assegure a privacidade dos participantes envolvidos nesta pesquisa; • Será garantido o anonimato dos participantes ao publicar os conteúdos desta pesquisa; • Será garantido ao participante a possibilidade de recusar a participação nas entrevistas ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem que este venha a sofrer qualquer tipo de penalização ou prejuízo pessoal; • Qualquer dúvida que o participante tenha ou venha a ter, a pesquisadora encontra-se disponível para esclarecimentos no endereço informado.

DECLARO QUE, APÓS ESTAR CIENTE E DEVIDAMENTE ESCLARECIDO SOBRE OS ITÉNS DESCRITOS ANTERIORMENTE, CONSINTO EM PARTICIPAR, NA QUALIDADE DE ENTREVISTADO, DESTE PROJETO DE PESQUISA E, INFORMO QUE:

( ) AUTORIZO A PUBLICAÇÃO DOS DADOS, DESDE QUE ESTES SEJAM TRANSCRITOS NA ÍNTEGRA.
( ) AUTORIZO A PUBLICAÇÃO PARCIAL DOS DADOS.
( ) NÃO AUTORIZO A PUBLICAÇÃO DOS DADOS.

_____

LOCAL, DATA.

_____ _____

DANIELE ALMEIDA DUARTE
PESQUISADORA

ENTREVISTADO